



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

João António de Almeida Ferreira Gonçalves

PELO DIREITO AO FUTURO
JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA GREVE CLIMÁTICA
ESTUDANTIL EM COIMBRA

Dissertação no âmbito do Mestrado em Antropologia Social e Cultural, orientada pelo Professor Doutor Fernando José Pereira Florêncio, coorientada pela Professora Doutora Filipa da Mota Alvim de Carvalho e apresentada ao Departamento de Ciências da Vida da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra.

Outubro de 2021

Agradecimentos

Devo os meus mais sinceros agradecimentos aos e às docentes do Mestrado em Antropologia Social e Cultural e da Licenciatura em Antropologia, pelo seu papel fundamental no meu crescimento pessoal e académico, ao proporcionarem as ferramentas necessárias para a construção do meu espírito crítico e de observação e ao despertarem os meus interesses nas áreas das ciências sociais e políticas.

Agradeço também, e em especial, ao Professor Fernando Florêncio e à Professora Filipa Alvim pela persistência, paciência, pelos contributos e discussões indispensáveis à conclusão desta dissertação.

Aos e às colegas de Mestrado e de Licenciatura, agradeço o companheirismo e o convívio, a partilha de ideias e as amizades construídas ao longo deste trajeto.

Às companheiras e companheiros da Greve Climática Estudantil em Coimbra, sinto-me profundamente agradecido pela iniciativa inspiradora, pelas experiências partilhadas, as aprendizagens, a prontidão e a disponibilidade que demonstraram na ajuda à realização desta dissertação.

Aos e às camaradas com quem me organizei no passado e com quem milito no presente, que acompanharam, construíram e motivaram o meu percurso e atividade política, militante e ativista, obrigado pelas discussões, pelos ensinamentos, pelas amizades construídas nas lutas e pela inspiração que me dão e que me orienta.

Aos meus pais e familiares, devo um especial agradecimento pelo valor e apoio incondicional que me dão e que me deram, ao longo do meu percurso e da realização desta dissertação.

À minha companheira, Beatriz, agradeço profundamente por nunca desistir de mim, pela paciência e perseverança, pelas longas conversas, pelo carinho e o apoio emocional que sempre me deu, que me permite concluir esta etapa e continuar a lutar pelo futuro.

Resumo

Uma década após a crise financeira, a crise climática emerge no plano político, fruto da mobilização da juventude estudantil internacional em greve e em protesto pelo futuro, contra a inação dos diversos governos e responsáveis políticos na ação climática. Recorrendo-se a uma metodologia engajada baseada na antropologia militante, envolvendo um compromisso político enquanto ativista no movimento social transnacional *Greve Climática Estudantil* em Coimbra (GCEC), explora-se a relação da juventude com a política, os seus problemas, as suas formas de participação na arena política e os agentes e instituições responsáveis pela sua politização, demonstrando a importância deste e de outros movimentos enquanto importantes catalisadores deste processo. Através de nove entrevistas semiestruturadas e duas notas de campo etnográficas das duas primeiras greves organizadas pela GCEC, estabelece-se um diálogo entre ativistas deste movimento, em confronto com bibliografia da antropologia dos movimentos sociais e das restantes ciências sociais e políticas sobre os temas. Contraria-se o estereótipo da juventude desinteressada por política, dissociando-o do grau de interesse e de participação na política formal. Reconhece-se, nos discursos acerca da crise climática e da política, o recurso dominante a um *frame* geracional, assim como constrangimentos assentes na influência de uma ideologia de estigma em torno da juventude.

Palavras-Chave: juventude, participação política, estigma, frame, movimentos sociais, crise climática

Abstract

A decade after the financial crisis, climate crisis emerges on the political level due to international student youth mobilization, in strike and in protest for the future, against the inaction of different governments and political leaders in climate action. Using an engaged methodology based on militant anthropology, involving a political commitment as an activist in the transnational social movement *Greve Climática Estudantil* in Coimbra (GCEC), we explore the relationship of youth with politics, their problems, forms of participation in the political arena and agents and institutions responsible for their politicization, demonstrating the importance of this movement and others as important catalysts for this process. Through nine semi-structured interviews and two ethnographic

field notes from the first two strikes organized by the GCEC, a dialogue between activists of this movement is established, in confront with bibliography from the anthropology of social movements and other social and political sciences on the themes. The stereotype of youth disinterested in politics is contradicted, dissociating it from the degree of interest and participation in formal politics. A dominant resource to a generational frame is recognized in discourses about climate crisis and politics, along with constraints based on the influence of a stigma ideology surrounding youth.

Keywords: youth, political participation, stigma, frame, social movements, climate crisis

Glossário

15M – Greve Climática Estudantil de 15 de Março

24M – Greve Climática Estudantil de 24 de Maio

AAC – Associação Académica de Coimbra

BE – Bloco de Esquerda

CMC – Câmara Municipal de Coimbra

FEUC – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

GCE – Greve Climática Estudantil

GCEC – Greve Climática Estudantil em Coimbra

IPCC – *Intergovernmental Panel on Climate Change*

JCP – Juventude Comunista Portuguesa

LGBT – *Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender*

LGBTQ+ – *Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, Queer or questioning, and others*

MAS – Movimento Alternativa Socialista

NSM – *New Social Movements*

PNR – Partido Nacional Renovador

PSD/CDS – Coligação do Partido Social Democrata com o Centro Democrático Social

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

RJIES – Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior

RMT – *Resource Mobilization Theory*

SDDH – Secção de Defesa dos Direitos Humanos da AAC

SE – Sindicato de Estudantes

USP – Universidade de São Paulo

XR – *Extinction Rebellion*

Índice

Introdução	1
Porquê uma antropologia militante?	5
Resumo dos capítulos.....	9
Capítulo I – Abordagens teóricas ao conflito e à transformação social	10
1.1. Ritual, conflito e transformação social.....	12
1.2. Peregrinações, comunidade e identidade	15
1.3. O estigma e o <i>frame</i> nas interações sociais	18
1.4. Classe, campo, arena e consciência na viragem pós-materialista	21
Capítulo II – Estudar os movimentos sociais	24
2.1. Fragmentação teórica pré-anos 80.....	24
2.2. A emergência de metodologias engajadas nas ciências sociais	27
2.3. Os "novíssimos" movimentos sociais e as fusões teóricas pós-anos 90	28
2.4. A viragem digital, performance e reperformance	32
2.5. <i>Frame</i> e ideologia na análise de movimentos sociais	37
2.6. <i>Habitus</i> , capital e arena na análise de movimentos sociais.....	40
2.7. Estado, partidos, <i>media</i> e democracia	42
Capítulo III – A juventude e as greves estudantis pelo clima	46
3.1. Juventude, política e educação no contexto atual	46
3.2. A crise climática e o surgimento da GCE	53
3.3. A Greve Climática Estudantil em Coimbra: ação e construção	56
3.4. As greves estudantis pelo clima em Coimbra: 15M e 24M	66
3.5. Relação com os <i>media</i> e com a opinião pública: o estigma da juventude	73
3.6. Relação com a política e com o Estado português	76
Capítulo IV – O despertar político da juventude ativista	79
4.1. Catalisadores do processo de politização e de entrada no ativismo.....	80
4.2. A política e o sistema educativo.....	90
4.3. A relação da juventude com a política	94
Conclusões, balanço e perspetivas	100
Balanço e reflexão.....	105

Posfácio: Perspetivas para trabalhos futuros	106
Bibliografia	107
Webgrafia	112
Figuras	113
Figura 1.	113
Figura 2.	114
Figura 3.	115
Figura 4.	116
Figura 5.	117
Figura 6.	118
Anexos	119
Anexo 1.	119
Anexo 2.	121
Anexo 3.	122
Anexo 4.	124

Introdução

Em plena crise climática global, a juventude internacional mobiliza-se para exigir às gerações antecedentes e aos diversos governos e responsáveis políticos uma atuação imediata e articulada para travar a destruição do ecossistema mundial. Para os jovens, trata-se de um problema que os grandes decisores políticos não podem mais ignorar, já que é o seu futuro próximo que está posto em causa. Em Portugal, a relação entre a política e a crise climática torna-se cada vez mais evidente face a fenómenos climáticos extremos, alguns de carácter anual como os incêndios, outros mais episódicos como a tempestade Leslie, em 2018. São eventos, no entanto, que se têm tornado mais frequentes e marcam e impactam não apenas as vidas humanas, como também as suas infraestruturas, os mais variados ecossistemas, a própria economia e também a própria estabilidade política. Tais fenómenos têm vindo a marcar a discussão e a opinião pública com diversos apelos à responsabilização política governamental e dos anteriores partidos em governação.

O ano de 2019 representou o desfecho de uma década de múltiplas crises globais. Marcada sobretudo pela austeridade, por discursos sobre a crise de representação política das instituições democráticas e das democracias liberais europeias, pela crise de refugiados e migrantes económicos e de guerra, encerra num momento de gradual recuperação económica pós-crise financeira de 2008 e de uma intensificação de protestos internacionais pelo clima, elevando as alterações climáticas ao palco político, também em modo de crise. É o caso de movimentos sociais transnacionais que, como a *Greve Climática Estudantil* (doravante GCE),¹ cuja organização portuguesa em Coimbra é protagonista desta investigação, são construídos pelas gerações mais novas, dando os seus primeiros passos no mundo da participação e da reivindicação política. Assiste-se também a uma crescente polarização política e ao surgimento de novos partidos populistas e de extrema-direita, com discursos e políticas xenófobas, machistas, LGBTQ+fóbicas e racistas, tanto em Portugal, como na União Europeia (UE) e no resto do mundo.

A GCE, gerada em torno da iniciativa e da figura da jovem estudante sueca Greta Thunberg, veio unir a juventude estudantil internacional na denúncia da inação dos vários governos nacionais no combate às alterações climáticas, reivindicando o seu direito a um futuro sustentável neste planeta. Greta toma um primeiro passo que culmina num movimento

¹ Com variadas designações, slogans e variações linguísticas, nacionais e regionais, por todo o globo, como o *School Strike for Climate*, *Youth for Climate*, ou os hashtags *#FridaysforFuture* e *#YouthStrike4Climate*.

transnacional ao realizar uma primeira greve às aulas, sozinha, em frente ao parlamento sueco, o *Riksdag*. Tal movimento deu origem a agrupamentos de jovens em escolas e universidades por todo o mundo, chegando a Coimbra pela iniciativa de três jovens estudantes.

No espaço universitário de Coimbra, o local onde se desenrola esta investigação, tende a florescer a ação política organizada, já de si uma tradição histórica da cidade, que remonta muito para além das organizações estudantis em clandestinidade durante o Estado Novo, com raízes nos primeiros movimentos associativos, republicanos, liberais e democráticos contra a monarquia. Porém, os movimentos da atualidade têm a particularidade de serem baseados e organizados em grande parte nas redes sociais e no mundo digital, abandonando vínculos exclusivamente locais. Numa era em que a internet e as redes sociais são dominadas pela juventude, onde partilham e colidem informações, opiniões, vivências e preocupações, este espaço digital torna-se num meio importante para a internacionalização do ativismo político, para a construção de coletivos e grupos e para o seu contacto com a restante população.

Ao longo desta investigação, os ativistas da GCE Coimbra (GCEC), criada em janeiro de 2019, organizaram e coorganizaram duas greves e manifestações pelo clima, a par com as organizações suas irmãs a nível nacional e internacional, assim como coletivos e movimentos onde alguns elementos estão organizados, ou que se mostraram solidários com a sua causa. Organizaram também vigílias, performances e diversas outras atividades, como oficinas de cartazes e pancartas, limpeza e recolha de lixo em espaços verdes, colagem de cartazes e autocolantes pela cidade, palestras em escolas e universidades sobre os mais variados temas relacionados com a ecologia e modos de vida sustentáveis, e participaram ainda em cimeiras como a COP 25 em Madrid, em debates televisivos como o do programa *Prós e Contras*, assim como noutras reuniões formais e informais. Embora seja um movimento com vários núcleos regionais, organiza-se a nível nacional e internacional de forma a manter uma coesão reivindicativa e não perder a sua missão original.

A escolha do tema desta investigação deve-se sobretudo à imersão e experiência do próprio investigador no meio ativista, enquanto jovem estudante do ensino superior, em coletivos políticos e movimentos sociais em Coimbra, nomeadamente o *Sindicato de Estudantes (SE)*.² Estas experiências trazem ao de cima questões que se articulam inevitavelmente com a construção e o desenvolvimento dos movimentos sociais, nomeadamente com a necessidade de uma maior

² Organização estudantil revolucionária e anticapitalista que luta por uma educação pública, gratuita, laica e democrática.

promoção da política entre a juventude, da consciencialização política, recrutamento e procura de apoio de colegas e restantes jovens junto das suas causas e lutas políticas. O sucesso e o desenvolvimento de um movimento social dependem da sua capacidade de aglomerar uma determinada base social de apoio, de responder ou representar as necessidades de uma camada da população. A juventude, que tem assistido a um sem número de crises ao longo do seu percurso, é, neste aspeto, crucial para a longevidade de movimentos sociais, tanto por viabilizar a continuidade e o futuro dos mesmos, como pela sua capacidade, já por diversas vezes demonstrada, de regeneração da própria política e da forma como a praticamos, ao criar novas formas de participação e de organização, mostrando-se um importante catalisador para a mudança social e política (Pickard e Bessant 2018: 15).

A capacidade deste movimento agregar um vastíssimo leque heterogéneo de jovens estudantes, sobretudo do ensino secundário, foi muito importante para a seleção do campo, pois incluiu muitos jovens estudantes que se encontravam alheios aos círculos sociais do próprio investigador, no âmbito do ativismo político em Coimbra. Através deste movimento entram em “cena”, na cidade, novos atores políticos e ativistas, que até então não haviam contactado com outros ativistas que já vinham a compor algumas das lutas estudantis dos últimos anos na cidade. Ademais, a nível de mobilização, não se assistia a semelhante adesão juvenil em Portugal, desde 2011, com os movimentos *12 de Março* e *Geração à Rasca*, na luta contra as medidas de austeridade impostas posteriormente à crise, por mais direitos laborais, mas também, em última instância, por um direito ao futuro.

Preende-se, assim, com esta dissertação, conhecer de que forma as experiências de organização, de participação e de ação coletiva de um movimento social pela ação climática, poderão contribuir e moldar os processos de politização ou de socialização política e as suas formas de participação, por parte dos jovens que integram a GCEC, contrariando a narrativa e os estereótipos comumente atribuídos aos jovens, enquanto despreocupados ou desinteressados pela política. Em simultâneo, procura-se elaborar uma exploração sobre que atores e instituições formais ou informais estão por detrás destes processos de politização, estabelecendo, ao longo da discussão, um diálogo baseado no seu entendimento e perspetivas relativamente a essas mesmas instituições, com a literatura já existente na antropologia e nas ciências sociais e políticas sobre os temas. Ao traçar este diálogo, serão estabelecidas pontes com diversos acontecimentos políticos que têm marcado a atualidade e que se mostram relevantes neste tema, marcando e moldando a

opinião pública, como o foi com as eleições europeias de 2019, que trouxe novamente ao de cima questões como a abstenção jovem.

A informação resultante da exploração destas questões destina-se sobretudo a promover o debate sobre a relação da juventude com a política, bem como a explorar as diferentes formas através das quais aquela inicia o seu percurso político, como procura participar politicamente e como poderão movimentos sociais e coletivos como a GCEC comunicar e incentivar a restante comunidade juvenil e estudantil a participar em iniciativas semelhantes. Pretende-se, assim, devolver à comunidade jovem que deseje iniciar ou tenha já um percurso na política uma reflexão sobre os problemas e os desafios que provêm da participação política, inspirando, simultaneamente, a mais iniciativas como esta e as de tantos outros jovens e ativistas por todo o mundo.

No sentido de procurar dar resposta a estas questões, recorre-se à elaboração de nove entrevistas semiestruturadas, direcionadas para nove dos principais intervenientes na GCEC, jovens ativistas estudantes, sobretudo do ensino superior, mas também do ensino secundário. Os critérios na seleção dos sujeitos das entrevistas foram o elevado grau de compromisso ou atividade no seio do movimento, a sua própria disponibilidade e motivação e, inevitavelmente, a sua proximidade com o investigador. Foram também entrevistados dois outros elementos que, apesar de não fazerem parte do grupo de pessoas que esteve na génese do movimento, participavam regularmente nas suas ações. É, portanto, um grupo heterogéneo de jovens estudantes do ensino superior e secundário, provenientes de diferentes regiões portuguesas e internacionais com idades compreendidas entre 19 e 22 anos.³ Para a realização das entrevistas, procurou-se acordar com cada sujeito um espaço exterior da cidade à sua escolha e da sua conveniência, como espaços verdes, esplanadas e espaços universitários, com pouco movimento, de forma a não prejudicar a gravação do registo áudio e proporcionar um ambiente mais descontraído. Para a manutenção do anonimato dos entrevistados, optou-se pelo recurso a nomes fictícios. Estas entrevistas semiestruturadas serão complementadas com duas notas de campo etnográficas das greves e manifestações organizadas pela GCEC, a 15 de março (15M) e a 24 de maio (24M) de 2019.

³ Frequentam os cursos de Direito na Faculdade de Direito da UC, de Psicologia na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da UC, de Antropologia na Faculdade de Ciências e Tecnologias da UC, de Ciências da Informação, Geografia e Línguas Modernas na Faculdade de Letras da UC e também o ensino secundário na Escola Secundária José Falcão.

Constrói-se o objeto desta dissertação a partir de uma perspectiva marxista, com recurso a uma metodologia engajada, baseada na antropologia militante (Casas-Cortés et al. 2013; Juris et al. 2012; Juris & Khasnabish 2013a, 2013b; Kirsch 2010; Scheper-Hughes 1995), devido à minha experiência atual, enquanto ativista no SE, e prévia, em outros coletivos em Coimbra.⁴ Tal militância no SE, em simultâneo com a minha participação na GCEC e com o meu papel de investigador será problematizada ao longo da dissertação, pois poderá ter condicionado relações com colaboradores e ativistas da GCEC. Como se demonstrará de seguida, tais fricções são uma realidade transversal a diversas metodologias; no entanto, pretende-se com esta metodologia engajada elevar conteúdos que, de outra forma, não seria possível explorar.

Porquê uma antropologia militante?

Os antropólogos que se juntaram às fileiras de movimentos sociais, desde o Exército Zapatista de Libertação Nacional, à Revolução Bolivariana, à luta contra o Apartheid, até aos movimentos que lhes deram seguimento, contra os tratados de livre comércio, cimeiras, instituições multilaterais, corporações transnacionais e governos neoliberais, a Primavera Árabe, os *Indignados* e o *Occupy Wall-Street*, os vários movimentos feministas, indígenas e ecologistas, entre muitos outros, utilizaram então metodologias de investigação politicamente engajadas. *Action research*, investigação engajada, *advocacy research*, *participatory action research*, etnografia colaborativa e antropologia militante (Burdick 1995; Hale 2008; Lamphere 2004; Lassiter 2005; Low e Merry 2010; Mullins 2011; Sanford e Angel-Ajani 2006; Scheper-Hughes 1995; citado em Juris e Khasnabish 2013a: 23), são alguns dos nomes das estratégias e correntes de investigação por estes utilizadas, todas estas partilhando o compromisso de mobilizar a antropologia para intervenções políticas construtivas (Kirsch 2010: 69).

Nancy Scheper-Hughes (1995), foi uma das principais proponentes de uma antropologia militante. A sua história pessoal, ao transformar-se de uma antropóloga objetiva, numa “companheira” moralmente e politicamente engajada é esclarecedora relativamente à pertinência desta corrente metodológica. Despedindo-se da sua estadia em trabalho de campo numa favela pobre do Brasil, Scheper-Hughes é confrontada pelas mulheres que estudava, ao exigirem-lhe que, quando regressasse novamente, a investigadora trabalhasse em conjunto com elas, enquanto

⁴ Organizações e coletivos como o *Agora Pensa*, o *Não Vai Ter Fundação* e a *Plataforma Anti-Fundação*.

companheira, colocando de lado o olhar passivo e neutro implicado por uma investigação objetiva. Ao regressar, vinte anos mais tarde, à comunidade, passa a dividir o seu tempo e lealdades, descobrindo que quanto mais tempo se encontrava engajada com a comunidade e os seus vários espaços públicos, mais enriquecia e expandia os seus conhecimentos, pelo que passou a considerar a antropologia militante não apenas como moralmente correta, mas também como teoricamente válida e vantajosa. Passou a defender esta metodologia, apelando à responsabilização, compromisso, engajamento, solidariedade, empatia e compaixão, sugerindo brilhantemente que tal abordagem seria “mais feminina” (*ibidem*: 410-411; 419-420).

Estas metodologias engajadas poderão ser consideradas subgrupos da antropologia aplicada, pois partilham vários fatores; no entanto, existem também distinções, nomeadamente entre o antropólogo que é contratado a fim de interpretar, investigar e possivelmente representar uma população local e o antropólogo académico que, no processo de trabalho de campo, é confrontado com o dilema ou a oportunidade de ir mais além da sua investigação, podendo integrar e participar lado a lado com os sujeitos da sua investigação (Kellett 2009: 24). Para etnógrafos engajados, a análise e relatos etnográficos nunca servem apenas o propósito de revelar conflitos internos, tensões ou *fricções* (Tsing 2005, citado em Juris e Khasnabish 2013b: 379), mas também produzir conteúdos críticos que ajudem ativistas a adotar estratégias para a superação de obstáculos e barreiras para a organização. Para estes, a própria etnografia é entendida como uma prática política (Casas-Cortés et al. 2013: 199).

Casas-Cortés et al. (2013: 219-223; 208-210) explicam-nos que os objetivos e métodos da etnografia foram então repensados de forma a serem entendidos não enquanto processos de representação ou de explicação, mas enquanto processos de tradução e tecelagem, nos quais o etnógrafo é uma voz, ou apenas um participante no meio de uma multidão, de um campo multitudinário e multisituado de produtores de conhecimento engajado. É um exercício simultâneo de tradução e de tecelagem, no sentido em que o etnógrafo participa na criação de novos e diferentes mundos, procurando ao mesmo tempo partilhar e estabelecer ligações entre e com outros “nós” transnacionais de produtores de conhecimento engajado, com o próprio etnógrafo a atuar como um desses “nós”, cosido e a coser-se no meio de redes mais amplas. Tais considerações implicam então tomar os próprios movimentos sociais como produtores de conhecimento, já que estes trabalham os mesmos problemas contemporâneos que a antropologia, desenvolvem análises sobre os mesmos, discutem conceitos, interpretam e criticam textos, escrevem, publicam e

organizam conferências, congressos, reuniões, entre outros, participando ativamente na produção, reprodução e interpretação de conhecimento, tornando-se, portanto, fontes situadas de conhecimento e não apenas meros casos de estudo ou objetos de investigação. O objetivo torna-se, portanto, fazer etnografias de problemas e não de pessoas.

De acordo com Juris e Khasnabish (2013a: 27-28), investigações que recorrem a este tipo de metodologias obtêm resultados diversos e são ainda em boa medida experimentais, apresentando, porém, reflexões importantes acerca das dificuldades e problemas enfrentados durante os processos de investigação. Relativamente aos colaboradores ou sujeitos de investigação, apesar de tensões e obstáculos no campo serem comuns a qualquer metodologia, podem manifestar-se através de posições políticas divergentes, sendo impossível manter qualquer tipo de neutralidade, especialmente em casos em que existam fações em disputa. São também relevantes as contradições entre os espaços académicos e ativistas, já que, por vezes, se torna difícil conjugar o ativismo com a pressão que provém do próprio estatuto universitário (enquanto estudante, investigador ou docente), assim como do projeto levado a cabo, cujo produto é quase sempre individual, para além de outras restrições ao processo de investigação, que poderão fazer atenuar ou dificultar a componente colaborativa. Por fim, escrevemos para audiências académicas e ativistas em simultâneo, havendo alguma dificuldade em estabelecer uma ponte entre ambos, não apenas na forma de escrita, como também na publicação em si, dado que a carreira académica supõe a publicação em jornais e revistas *peer-reviewed*, na generalidade, alheias ao universo ativista. São então trabalhos que enriquecem as tradições de investigação etnográfica ao mesmo tempo que apontam para importantes questões de justiça social, aproveitando o conhecimento e conceitos oriundos também de outras ciências sociais e políticas (Kirsch 2010: 78).

O trabalho de Paul Farmer (2011) no Haiti, após o terramoto de 2010, é também ilustrativo da pertinência deste método, ao trabalhar em conjunto com organizações como a *Partners in Health* e a *Zanmi Lasante*, a fim de providenciar serviços médicos básicos, entre outros serviços sociais, a alguns dos cidadãos haitianos mais pobres. As desigualdades pré-existentes no Haiti vieram tornar ainda mais devastadoras as consequências do terramoto, exacerbando um desastre que neste caso não teve origem humana.

(...) The earthquake and our responses to it posed anew questions I'd struggled with while spanning the uneven worlds between Harvard and Haiti. Broadly, how could we diminish the growing inequalities in the world, which lead to, and (for those shy about claims of

causality) are associated with, so much death, disability, and social instability? More specifically, just how “natural” a disaster was the one that struck Haiti on January 12 ... How much of this vulnerability was social, rather than natural, and caused by bad policies, foreign and homegrown? (...) (*ibidem*: 117)

Tais investigações esclarecem-nos quanto ao papel da política e das desigualdades sociais relativamente a desastres naturais, mas também à crise climática que atravessamos. Permitem-nos olhar acontecimentos concretos em Portugal, como os incêndios, que devastam anualmente a população rural mais empobrecida, ou o furacão *Leslie*, cujos estragos assombraram sobretudo a população mais pobre, chegando até a impactar, na própria Universidade de Coimbra, as infraestruturas mais antigas, com menor financiamento, mais concretamente o antigo Colégio das Artes (Departamento de Arquitetura), resultando numa mobilização dos seus alunos, que reivindicaram obras urgentes e mais financiamento, exigência essa que já contava com décadas sem qualquer tipo de resposta.

Relativamente ainda ao movimento pelo clima e à política, Kirsch e Benson (2010, citado em Kirsch 2010: 70) apontam para os problemas das chamadas políticas de resignação, respostas políticas provenientes de grandes corporações à crise do clima e às exigências dos movimentos, cooptando os seus discursos e apropriando-se das suas críticas, promovendo soluções baseadas no consumo “verde” e sustentável, que não colocam em causa os modos de produção do sistema capitalista, numa adaptação sistemática conhecida como o “capitalismo verde”. Fornecem-nos como exemplo uma publicidade à utilização de um carvão “limpo”, ou ainda uma corporação que publicita a captura de gases de efeito de estufa, tecnologia essa que ainda não existe. Sentimentos políticos acabam por ser convertidos em formas de consumo ou em modos de ação não políticos, criando um sentimento coletivo de impotência e de incapacidade de perspetivar mudanças sociais e políticas significativas.

Investigações como esta e dos autores citados poderão servir para nos fornecer mais pistas sobre a forma como experienciamos, perspetivamos e atuamos politicamente, sobre que estruturas formais ou informais existem, que potenciem ou dificultem a participação política de determinadas camadas da população, nomeadamente a juventude, sobre a relação dos movimentos sociais atuais com os novos e os velhos movimentos sociais, o ampliar das fronteiras do político com o surgimento e construção de novas identidades, sociabilidades e contraculturas, como estas se manifestam nos movimentos sociais e de que forma se articulam com questões materiais, de

estratégia e de classe. É fundamental que tais investigações possam, em conjunto com os próprios movimentos sociais, destacar a importância do caráter político sobre o qual assenta a crise climática, para que a disciplina possa também mostrar a sua relevância, na análise, por exemplo, da crise pandémica e dos seus efeitos catastróficos nos planos da saúde, economia, política e ambiente. Saliento também a importância de investigações semelhantes ainda durante este período, já que os próprios movimentos sociais recorrem a diversas adaptações a fim de manter viva a mobilização social e política, contra as várias limitações e constrangimentos estatais e pandémicos. Acima de tudo, investigações como estas poderão ser úteis para uma maior compreensão daquilo que é político. Seguindo a recomendação de Spencer (1997: 15) para o desenvolvimento de uma antropologia dos movimentos sociais, dar um passo em frente significa adotar uma maior sensibilidade ao que ele chama de “imprevisibilidade empírica” do político, referindo-se aos diversos e, por vezes, inesperados (para o antropólogo) tipos de comportamento e práticas que as próprias pessoas entendem como sendo políticos.

Resumo dos capítulos

No Capítulo I, abordar-se-á, brevemente, a história do desenvolvimento da antropologia política e proceder-se-á a uma revisão bibliográfica de contributos teóricos para a compreensão do conflito e da transformação social, assim como para um maior entendimento sobre o papel do ritual na formação, manutenção e desagregação de comunidades e de identidades coletivas. Posteriormente, procurar-se-á entender o aspeto performativo das interações sociais, como estas podem ser alteradas através do estigma (Goffman 1963) e o papel dos atores na definição e manipulação de situações através de *frames* (*idem* 1986[1974]). Concluir-se-á este capítulo com um olhar sobre a relação entre a agência e a estrutura, numa análise de “longa distância”, onde veremos como os agentes competem e atuam em diferentes arenas (Turner 1974; Bierschenk e Olivier de Sardan 1998; Florêncio 2003) governadas por dinâmicas de poder e como as suas posições sociais nos poderão informar acerca do seu *habitus* (Bourdieu 1992). De seguida, no Capítulo II, identificar-se-ão algumas das principais correntes teóricas da literatura em torno da análise de movimentos sociais e o surgimento de metodologias engajadas nas ciências sociais. Posteriormente, iremos identificar algumas fusões teóricas nesta literatura, a partir da abertura de um novo ciclo de ação coletiva nos anos 90, com o surgimento dos “novíssimos movimentos sociais” (Juris et al. 2012; Raposo 2017) e com a viragem digital. Por fim, veremos como os

movimentos sociais empregam *frames* para a agitação e mobilização, assim como para a identificação de problemas sociais, com David Snow e Robert Benford (1988), aplicar-se-ão aos movimentos sociais as ferramentas teóricas de Bourdieu (1992), através de Hanna-Mari Husu (2012), e o capítulo terminará com uma exploração da relação destes movimentos com o Estado, com partidos, com os *media* e com a democracia.

Veremos, no Capítulo III, o contexto atual da juventude e os principais constrangimentos à sua ação e participação política. De seguida, traçaremos o surgimento da GCE e faremos uma caracterização do movimento à luz do material empírico recolhido. Prossegue-se com a apresentação de duas notas de campo etnográficas das duas greves climáticas, o 15M e o 24M, e, posteriormente, veremos como este movimento se relaciona com os *media* e com a opinião pública e como tal relação é alterada pela existência de um estigma em torno da juventude. Finalmente, retratar-se-á a relação destes jovens e do movimento com a política e com o Estado português, procurando também conhecer a sua perspetiva quanto ao papel do governo no combate às alterações climáticas. No Capítulo IV, mapearemos o percurso de politização, de entrada no ativismo e de consciencialização ambiental dos jovens da GCEC, explorando e identificando os principais agentes, instituições e fenómenos que influenciaram este processo. Procurar-se-á entender a sua visão quanto à influência da política no sistema educativo e, por fim, discernir como é que veem a relação da juventude com a política.

Capítulo I – Abordagens teóricas ao conflito e à transformação social

A produção e investigação antropológica em torno de fenómenos políticos e movimentos sociais tem um percurso histórico particular, marcado sobretudo pelo papel fundacional da disciplina, enquanto instrumento facilitador e justificador do colonialismo europeu e ocidental. Tal percurso pauta-se ainda por redefinições, debates e choques entre antropólogos, escolas, outras áreas das ciências sociais e políticas, assim como pelos próprios eventos da história, das mais variadas crises, guerras, conflitos, fluxos migratórios, desigualdades, e das várias reorganizações sistémicas e geopolíticas do capitalismo global. Enquanto subcampo disciplinar, a antropologia política é ainda formalmente recente e emerge com a publicação do *African Political Systems* de Fortes e Evans-Pritchard (1940), funcionando como centro teórico disciplinar até aos anos 70, quando a própria subdisciplina e o conceito de política são alargados, culminando em várias abordagens teóricas e metodológicas (Kurtz 2001: 1).

Tal como noutros subcampos da disciplina, a antropologia política estuda e analisa fenómenos políticos em todo o tipo de sociedades humanas das quais temos registos, desde as mais antigas formações pré-históricas, às do presente. Inicialmente construída sob distinções radicais entre o político e o cultural (Spencer 1997: 4), munida de uma visão dicotómica entre sociedades políticas e sem organização política, concentrava-se, portanto, no estudo de sociedades ditas “primitivas” ou “exóticas”, procurando investigar sociedades e grupos em que o Estado não existia, não se constituiu, ou teria configurações diversas. Procuravam estudar sociedades cujas práticas e estruturas políticas (embora, até então, não reconhecidas como tal) e culturais se apresentavam como resistência ao eminente domínio colonial e capitalista das potências ocidentais, em busca de exemplos reais e modelos de sociedade alternativas, como ilustrado pela célebre publicação de Pierre Clastres, *A Sociedade contra o Estado* (1974) (Ciavolella 2015: 25).

De acordo com Balandier (1972[1967]: 23-24), as abordagens da antropologia política tendem a distinguir-se das restantes ciências sociais e políticas, no sentido em que não aludem apenas aos fenómenos políticos inerentes às instituições políticas formais, habitualmente associadas às formações estatais modernas. São, portanto, abordagens maximalistas pois, tradicionalmente, colocam em questão a existência de outras formas de governo noutras instituições de uma dada comunidade política. A compreensão de que nas sociedades pré-industriais, pré-capitalistas e não-ocidentais existiam práticas políticas e estruturas de governo em contextos inesperados, como na bruxaria e na feitiçaria, associações de parentesco, conjuntos de idade, sociedades secretas ou xamãs, salientou essa necessidade de abordagens mais amplas às estruturas e fenómenos políticos. Trata-se de um reconhecimento de que nem todas as sociedades estudadas por antropólogos teriam instituições políticas formais, porém todas as sociedades humanas, independentemente ou não da sua simplicidade a nível institucional, são dotadas de alguma forma de organização política e liderança (MacLeod 1931; Murdock 1957; Radcliffe-Brown 1922; Redfield 1959; Sharp 1958; citado em Kurtz 2001: 3; Balandier 1972[1967]: 195-196).

Ideias dominantes relativas à imutabilidade de determinadas culturas serão alvo de crítica pela Escola de Manchester, com um recentramento da análise de fenómenos políticos no seu carácter processual, destacando a relevância de conflitos e crises e, por sua vez, a sua resolução, com o escrutínio do papel de mecanismos sociais na perpetuação e manutenção de sistemas sociais (Susser 2010: S229). Tais críticas fornecem bases para um entendimento de mudanças sociais

numa era global, na qual o capitalismo e o Estado moderno saturaram todo o espaço de vida social, deixando de fazer sentido pensar os “primitivos” como habitantes de espaços físicos e culturais radicalmente distintos do território europeu do Estado e do capitalismo (Deleuze e Guattari 1972: 213; Ciavolella 2015: 25-26). Reconhecendo estas transformações, ilustradas, nomeadamente, pelo fluxo migratório laboral de populações pastorais africanas para novos centros urbanos (Susser 2010: S229), multiplicam-se críticas ao uso de modelos de sociedades “primitivas”, consideradas como mais “autênticas” ou “puras” (Balandier 1971: 198-199), e a subdisciplina expande o seu campo etnográfico, assim como o seu sujeito político. A deslocalização do campo, assim como do sujeito político, decorre em simultâneo com a deslocação global do centro produtivo e de desenvolvimento da modernidade capitalista, desde as potências ocidentais europeias em direção ao Sul e ao Leste, que se tornam os precursores do desenvolvimento histórico do Norte global, com a subjugação dos seus povos e a manutenção da sua exploração, com políticas de baixos salários e condições de trabalho miseráveis (Comaroff e Comaroff 2012: 15; Baer 2012: 217-218).

1.1. Ritual, conflito e transformação social

Na tradição antropológica, como referi anteriormente, a importância atribuída ao conflito e à transformação social obteve destaque teórico graças aos trabalhos de investigadores da ‘Escola de Manchester’, nomeadamente de Max Gluckman, antigo diretor de investigação etnográfica no Rhodes-Livingstone Institute, e de Victor Turner, um dos seus discípulos. Gluckman (1965: 286) analisa o conflito social, enfatizando os processos que estão por detrás da resistência e persistência de sistemas, estruturas e laços tribais na África colonial, através do trabalho de campo em regiões rurais e urbanas transformadas pelos interesses coloniais da indústria mineira, argumentando que tais estruturas tribais, já encrustadas na estrutura dominante, demonstravam uma forte tenacidade e capacidade prática para absorver mudanças sociais e políticas. Demonstrou como, enquanto nas regiões rurais os sistemas tribais consistiam na participação num sistema fortemente organizado de relações sociais e políticas, nas regiões urbanas ou industriais, embora tal sistema fosse importante para o quotidiano das relações sociais e para o agrupamento de pessoas em categorias e grupos, em situações de crise, nasciam interesses comuns a partir de associações urbanas ou industriais, que suplantavam laços e divisões tribais (*ibidem*: 295).

Para entender estas transformações, Gluckman (1965: 235) introduziu o ‘*extended-case method*’, para uma análise, num período temporal extenso,⁵ do desenvolvimento de relações sociais, sob as pressões conflitantes de princípios e de valores discrepantes, à medida que as gerações mudam, desvendando a forma como várias das partes operam e manipulam crenças místicas para servir os seus próprios interesses. Estas crenças são vistas em processos dinâmicos no seio da vida social quotidiana e na criação e no surgimento de novos grupos e relações (*ibidem*: 235). Baseiam-se na atribuição de relações de causalidade entre a ocorrência de infortúnios e ações espirituais de ancestrais, devido a quebras de obrigações para com os mesmos ou para com a performance de obrigações associadas ao parentesco, negando a sua validade enquanto rede de direitos e de deveres mútuos, assim como a autoridade dos mais velhos que representam os ancestrais entre os vivos (*ibidem*: 227). Assim, com o decorrer do tempo torna-se então possível assistir a estas perturbações da ordem moral de um sistema social tribal, que poderão surgir fruto de qualquer alteração no conjunto das relações morais que a constituem – por processos de constituição e desenvolvimento de alianças que entram em contradição com outras alianças ou laços sociais, por desenvolvimentos externos ou por desenvolvimentos internos de uma ordem natural, como a fertilidade, esterilidade, doença, morte, sorte e azar –⁶ porém, estas perturbações e as crenças que as rodeiam derivam de conflitos entre princípios fundamentais da própria organização social (*ibidem*: 239-241; 264-265).

Um olhar atento à relação entre as suas crenças e os processos de conflito inerentes à sua organização social poderá revelar o papel da ação ritualística enquanto mecanismo que mascara, reconcilia e reajusta estes processos e reafirma as lealdades dominantes da organização (*ibidem*:

⁵ A importância que Gluckman (1965: 25) atribui à estadia prolongada no campo para uma melhor compreensão do contexto das relações sociais deve-se à forte influência que teve a metodologia de observação participante de Bronislaw Malinowski que, durante a Primeira Guerra Mundial, ficou retido na Austrália, por ser cidadão austríaco e, portanto, um ‘inimigo’; porém foi-lhe permitido realizar trabalho de campo durante esse período, indo viver durante alguns anos junto dos *Trobriand*, aprendendo a sua língua, os seus costumes e o processo da sua vida comunitária, adquirindo dados distintos de investigadores anteriores, que os obtinham através de informantes ou em estadias curtas.

⁶ Gluckman (1965: 244) explica como nas sociedades tribais há uma interdependência forte e complexa entre pessoas, com base em laços e grupos de parentesco, sendo necessária a cooperação para atingirem diversos propósitos (para a posse e uso da terra, produção e distribuição de bens, organização de casamentos arranjados, criação e educação de crianças, para o funcionamento enquanto unidade na administração e luta política, na recreação, e na adoração e culto como congregação) e, assim, qualquer ação de um membro de um grupo que fuja das normas vai influenciar adversamente essa cooperação e conseqüentemente as relações e atividades de todo o sistema, provocando um distúrbio moral. Da mesma forma, acontecimentos externos que fujam da norma, vão ser atribuídos a distúrbios nas relações morais do grupo, relações essas que são sempre enquadradas em termos místicos. A este tipo de sociedades caracterizadas por uma economia de subsistência, onde cada relação social tende a servir diversos propósitos, Gluckman (1962: 26) atribui o nome de sociedades “*multiplex*”.

248; 265). Após a ocorrência de um infortúnio, vários indivíduos ou seções procuram manipular e isolar o agente responsável, assim como as crenças que lhe estão associadas, através da divinação, porém a decisão final, relativa ao agente em causa e aos modos e rituais apropriados para o ajustamento, cabe ao oráculo ou ao aparato divinatório, às autoridades detentoras de poder místico (*ibidem*: 264). Contudo, no caso de uma seção do grupo se tornar independente o suficiente, poderá realizar também abordagens diretas aos ancestrais, alterando a estrutura de poder ou criando uma nova (*ibidem*: 227). No ritual, a dramatização das relações morais do grupo e a performance dos seus papéis cumprem propósitos importantes para a sua eficácia, representando tanto os laços de unidade como os conflitos que neles assentam, com recurso ao exagero e, por vezes, à completa reversão dos comportamentos associados com esses papéis, com o intuito de reafirmar as lealdades dominantes, tornando-as inquestionáveis (*ibidem*: 257-258; 265). Ao representarem estes conflitos no ritual, estão a performatizar ações prescritas, aprovadas socialmente, para o bem comum, reforçando e fortalecendo a solidariedade e os valores morais implícitos no sistema tribal (*ibidem*: 259-260). No final da ação destes processos de ajustamento, o sistema não é necessariamente composto pelas mesmas partes, pois o padrão, a norma e os costumes permanecem constantes, mas há algumas cedências e brechas na sua estrutura, ocorrendo então mudança (*ibidem*: 280). Para o autor, esta mudança pode então ser observada na continuidade de sistemas tribais, através da copresença ou multiplicação de vários antigos e novos costumes e instituições, assim como pela substituição de antigos costumes e instituições por novas, atingindo um equilíbrio temporário de cooperação por via da ação de mecanismos de ajustamento, que permitem a acomodação destas instituições, reparando, até certo ponto, conflitos e distúrbios (*ibidem*: 285).

A eficácia e o papel do ritual na manutenção de crises e conflitos em sistemas tribais, em prol da sua coesão e consenso, foram estudados com maior pormenor por Victor Turner, dando seguimento a esta tradição metodológica de Gluckman e a ‘Escola de Manchester’. Em *Dramas, Fields and Metaphors: Symbolic action in human society* (1974: 78; 50), Turner, usando a noção de drama social⁷ como um dispositivo para descrever e analisar episódios que manifestam conflito

⁷ Para Turner (1974: 37), dramas sociais são unidades de processos inarmónicos ou desarmónicos, originários de situações de conflito, consistindo de quatro estágios (de sequência e peso variáveis): que procedem de um cisma numa relação dada como crucial no grupo social em questão, uma quebra do regular e da norma que ditará o cenário e os propósitos em causa; para uma escalada de crise em torno da clivagem dominante, a fase entre estruturas ou o ponto de viragem entre fases mais ou menos estáveis do processo social, com tendência ao distanciamento do cisma; seguindo-se da fase de ação retificativa, onde são empregues meios legais ou rituais para limitar a expansão da crise ou reconciliar ambas as partes em conflito no cenário de ação, a etapa em que os indivíduos que constituem estas partes estão mais “auto conscientes” e onde é replicada simbólica ou racionalmente a crise ou o cisma inicial, podendo

social, convida-nos a estudar a dimensão “anti-estrutural” de formas de ação simbólicas e ritualísticas, isto é, a dimensão espontânea das estruturas sociais,⁸ cujos componentes, como o *communitas* e a liminalidade, são condições para a produção de metáforas de raiz, para a produção de arquétipos conceituais, modelos e novas formas de ação, entre outras inovações. Apoiar-se na descoberta de Van Gennep, no seu trabalho comparativo em ritos de passagem, em que assinala que em todo o movimento ritualizado existe pelo menos um momento no qual os seus participantes são libertados dos requisitos estruturais normativos, quando estavam “*betwixt-and-between*” sucessivas posições em sistemas político-jurídicos (*ibidem*: 13). De acordo com Van Gennep, esta seria a fase do meio, ou límen de um rito de passagem (*ibidem*: 196). No entanto, Turner ao estudar ritos de passagem dos *Ndembu*, desenvolve o conceito de liminalidade enquanto instância temporal que quebra com o “programa” de uma determinada sociedade que determina a performance, permitindo ao indivíduo destacar-se da sua posição inicial, assim como de todas as posições sociais, sendo uma etapa onde encontramos formas de ação simbólica, na qual os anteriores modelos são sujeitos a críticas (*ibidem*: 14-15). Na liminalidade encontramos a condição ótima para o desenvolvimento de relações geradas espontaneamente entre seres humanos, nivelados e iguais, despidos de atributos estruturais, numa simplificação e homogeneização da estrutura social, colocando todas as regras estruturais em questão numa abertura para novas possibilidades, sendo aquilo a que Turner chama de *communitas* que, conjuntamente com a liminalidade, constituem a anti-estrutura (*ibidem*: 201-202). O *communitas* é uma modalidade de semelhança social e é o que garante a coerência de um drama social e a eficácia da sua resolução, é responsável pelo consenso, sendo, portanto, parte da anti-estrutura, já que, inversamente, o conflito é uma característica inerente à estrutura (*ibidem*: 201; 50).

1.2. Peregrinações, comunidade e identidade

Partindo destes conceitos, Turner (1974: 65) analisou peregrinações em culturas “complexas” dominadas pelas religiões históricas dominantes, como “equivalentes funcionais”,

levar ao confronto ou fraccionalismo; terminando com a expressão pública e/ou simbólica da reconciliação, reintegração, solução ou do reconhecimento do cisma irremediável (*ibidem*: 38-44; 78; ver também *idem* 1967).

⁸ Turner (1974: 201) opôs-se ao conceito de estrutura enquanto “categorias inconscientes”, empregue por Lévi-Strauss, optando pelo termo de Robert Merton de “arranjos padronizados de conjuntos de papéis, de conjuntos de estatutos e de sequências de estatutos” reconhecidos conscientemente e operativos regularmente numa dada sociedade em relação próxima com normas e sanções político-legais”.

em parte ritos de passagem, em parte rituais de aflição,⁹ apontando para o caráter sobretudo voluntário dos seus participantes, que procuram curar-se dos males e dificuldades do corpo, mente e alma, com base em algum poder milagroso ou moral, ao trilharem a viagem penitente em direção ao santuário peregrino. De acordo com o autor e com relatos de peregrinos, as relações que se desenvolvem entre peregrinos ao longo das viagens são relações de *communitas*, de igual para igual, considerando as peregrinações como fenômenos liminais, no seu aspeto espacial, que subentende uma relativa marginalidade, voluntária ou não, com respeito ao centro da vida pública (*ibidem*: 65; 166-167; 52). Porém, esta visão funcionalista do papel da peregrinação relativamente à estrutura social, de fortalecimento de laços de *communitas* é, de acordo com Fiona Bowie (2006: 241), limitada, pois, para a autora, o contrário também pode acontecer, podendo dar-se o caso de peregrinações que destaquem essencialmente tensões internas. De facto, concorda que, tal como um rito de passagem, a peregrinação é uma forma de performance, pois, independentemente da forma como é feita, é um ato tanto físico como emocional (*ibidem*: 259). Salienta, no entanto, a importância de, em fenômenos particulares onde se manifesta a centralidade dos corpos, se considerarem sempre as dimensões pessoais e sociais de qualquer fenómeno, já que as experiências dos peregrinos são únicas e pessoais e nem sempre são canalizadas apenas pelas próprias expectativas, mas também pelas de companheiros ou especialistas de rituais (*ibidem*). Assim, em peregrinações, o discurso¹⁰ de *communitas* pode coexistir com “discursos em competição”, isto é o discurso de *communitas* pode ser visto como um discurso entre vários, coexistindo e competindo com estes (Eade e Sallnow 2013[1991]; 5; Bowie 2006: 242). Bowie (2006: 242) acrescenta também que o termo competição não envolve necessariamente uma competição consciente ou antagonística e que olhar para discursos em competição entre participantes envolve tanto uma postura de reconhecimento de diferentes perspectivas, como de sensibilidade às relações de poder no seu seio. Tais considerações permitem-nos entender as diversas interpretações e visões do mundo que têm participantes de peregrinações ou de manifestações.

De facto, o repertório simbólico presente num ritual ou numa manifestação não é, necessariamente, interpretado de forma semelhante pelos seus participantes, que podem até partilhar dos mesmos símbolos e até de formas comuns de comportamentos, mas os significados que lhes conferem podem variar consideravelmente, dado que os símbolos, na sua versatilidade,

⁹ Rituais para a cura de doenças ou para a provocação de infortúnios (Turner 1974: 65).

¹⁰ Bowie (2006: 242) utiliza a palavra discurso enquanto dialeto ou linguagem e, por extensão, visão do mundo associada à linguagem.

permitem que a sua forma comum seja partilhada entre membros de um mesmo grupo, sem a imposição e o constrangimento de um significado uniforme (Cohen 2001: 18). Assim, apesar de entre membros de uma mesma comunidade muitas vezes serem reconhecidas diferenças entre si, reconhecem-se também como mais semelhantes do que em relação a membros de outras comunidades. Daqui decorre que, apesar da diferença na atribuição de significados a símbolos, estes símbolos são partilhados e, muitas vezes, de tal forma que se tornam inconscientes da diferente atribuição de significados entre os seus pares. A eficácia dos símbolos deve-se então, de acordo com o autor, precisamente à sua imprecisão e ao caráter subjetivo dos seus significados, já que os símbolos não carregam consigo um significado inerente (*ibidem*: 21, 90).

Olhando o caráter simbólico da fronteira, enquanto delimitador do início e do fim de uma comunidade, Cohen (2001: 62; 12) argumenta que a fronteira é a norma ou as normas que encapsulam a identidade da comunidade e, tal como a identidade do indivíduo, é invocada pelas exigências da interação social.¹¹ A noção de comunidade expressa, portanto, uma ideia relacional, condensando simbolicamente, enquanto construto mental, as teorias sociais de semelhança e de diferença dos seus membros, funcionando como bússola para a identidade individual (*ibidem*: 12; 110-115). É um agregado de referências mapeadas simbólica e ideologicamente, através das quais o indivíduo se orienta socialmente (*ibidem*: 58). A criação de consciência entre membros de uma comunidade, dá-se através da expressão e afirmação simbólicas da fronteira pela via do ritual, que confirma e fortalece a identidade e a perceção da localização social dos seus participantes, sendo um meio importante através do qual as pessoas experienciam a comunidade (*ibidem*: 50). Seguindo Gluckman e Turner e enquadrando-se também na corrente do interacionismo simbólico, Cohen (2001: 63) afirma que estes rituais, para além de servirem de meio para a demarcação de fronteiras entre uma e outras comunidades, poderão recorrer à inversão ou reversão de normas de comportamento e valores que habitualmente marcam as suas fronteiras, de forma temporária, para enfatizar e reafirmar tais normas, assegurando a continuidade da comunidade, ou, permanentemente, para rejeitar e afirmar normas alternativas, orientando-se para a criação de uma comunidade (*ibidem*). Acrescenta que tais formas simbólicas podem ser encontradas em movimentos sociais como no movimento feminista e no movimento pelos direitos civis, sugerindo, a título de exemplo, a afirmação “*black is beautiful*”, dizendo tratar-se de uma rejeição da perceção

¹¹ Parte da noção de cultura de Clifford Geertz (1973: 5), como uma rede de significados, formada e reformada numa dinâmica contínua, por pessoas em interação social, analisada apenas a partir de uma ciência interpretativa que investigue significados, ao invés de uma ciência experimental que procure leis.

dominante acerca do que é “normal” e de uma inversão pela afirmação de superioridade, utilizando o estigma enquanto recurso de empoderamento, como um meio simbólico para a definição das próprias fronteiras e, portanto, das suas normas (*ibidem*: 60-63). Tal como a comunidade, os movimentos sociais são altamente simbolizados, com um carácter suficientemente maleável para acomodar as identidades de todos os seus membros sem que sintam a sua individualidade comprometida ou perdida, tornando-se um recurso, um repositório de significado e um referente para a sua identidade (*ibidem*: 109; 118).

Os contributos de Cohen (2001: 117; 107) permitiram ver a comunidade, não como um anacronismo na sociedade urbano-industrial, mas como uma das modalidades de comportamento disponíveis em tais sociedades, sendo afirmada, na sua forma étnica ou local, quando as pessoas a reconhecem como o meio mais adequado para a expressão da sua identidade, ou quando entidades nacionais ou supranacionais são reconhecidas como tendo falhado na distribuição de bem económicos e políticos, perdendo legitimidade enquanto repositórios de identidade.

1.3. O estigma e o *frame* nas interações sociais

Em outra perspetiva comportamental, mais focada nas interações sociais da vida quotidiana, Erving Goffman (1956: 6-7) salientou que, enquanto atores, estamos em constante performance, no sentido em que manipulamos e gerimos as impressões que provocamos nos outros, de forma a encaixarmos nas fronteiras ou normas de conduta idealizadas, evitando o embaraço ou o descrédito. De acordo com o autor, esta gestão de impressões é mais notória em situações sociais mistas, em que há interações sociais entre pessoas ditas “normais” e pessoas marginalizadas, por serem detentoras de algum tipo de estigma (*idem* 1963: 13-15). Estigma refere-se ao fenómeno relacional, isto é, exclusivo à interação social, através do qual um indivíduo é descreditado socialmente com base em algum atributo que possui, atributo este que faz com que o estigmatizado e o “normal” antecipem os comportamentos um do outro, criando expectativas e estereótipos, a partir da natureza do estigma (*ibidem*: 2-4). Com base na crença de que quem possui o estigma não é bem humano, os “normais” incorrem em diversos atos discriminatórios, muitas vezes sem consciência de tais atos, criando uma espécie de ideologia ou teoria de estigma, que justifica a inferioridade de quem os possui, responsabilizando-os pelo seu carácter desviante, recorrendo frequentemente à racionalização da sua relação com outras categorias diferenciais, como a classe (*ibidem*: 5). Dado que, ao longo do quotidiano, a pessoa estigmatizada irá defrontar-

se regularmente com interações sociais mistas, devido à inevitabilidade de recorrer a serviços e outros locais onde impera uma conduta normativa, serão, assim, também estes os mais interessados em gerir impressões e a suas performances de forma a obterem sucesso nas suas interações (*ibidem*: 19). A ansiedade e desconforto que provocam estas interações mistas, sobretudo em pessoas descreditas pelo seu estigma, faz com que seja provável que estas se juntem em grupos com base na sua categoria particular de estigma e apoiem outras pessoas que os representam e que dão voz aos seus sentimentos partilhados, reforçando o sentido que têm em relação ao seu grupo real, no qual não são alvo de comportamentos diferenciados, sendo igualmente provável que uma pessoa estigmatizada que atinja sucesso em alguma área da sua carreira se torne representante da sua categoria de estigma, pois será vista pelos “normais” como tendo de alguma forma superado o seu estigma e, portanto, como um caso de sucesso (*ibidem*: 24-26).

Ao introduzir esta análise das interações sociais, desenvolvendo um modelo dramático, Goffman (1956: 8-9) define performance como toda e qualquer atividade empregada por um participante de uma dada ocasião, que serve para influenciar qualquer um dos outros participantes que, do ponto de vista do *performer*, podem ser referidos como plateia, observadores ou coparticipantes. Estas performances não são necessariamente desempenhadas individualmente, mas também em equipas de atores que cooperam na apresentação de uma única performance, com o intuito de conferir uma determinada definição a uma dada situação, negociando, na sua interação, diferentes papéis a desempenhar, sendo os seus membros simultaneamente atores e plateia uns relativamente aos outros (*ibidem*: 50-51). As relações de reciprocidade e de dependência mútua que se formalizam entre membros de uma mesma equipa garantem a unidade de ação performativa e, assim, atuações desviantes de indivíduos ou discordâncias públicas tendem a causar uma interrupção da performance ao prejudicar e ameaçar a definição da situação por parte da equipa, resultando no embaraço e na vergonha, que passam a dominar a realidade que tencionavam promover (*ibidem*: 51-53). O palco é o espaço onde decorrem estas performances e o cenário ou o contexto, constituído por elementos cénicos e decorativos, apesar de tendencialmente imóvel, pode acompanhar os performers no caso de procissões, paradas ou manifestações, guiando e conquistando a atenção da plateia, imbuindo a performance de coerência (*ibidem*: 13-16). Para além desta região frontal onde estão o palco e o cenário, Goffman (1956: 82; 108) destaca a importância dos bastidores, relacionados ainda com a performance em progresso, nomeadamente com a sua manutenção, mas inconsistentes e até contraditórios com a aparência que esta transmite

e com o tratamento face a face que é dado à plateia. Nos bastidores, os atores fora da personagem discutem factos da performance que a colocariam em risco caso fossem expostos publicamente, pois é onde as ilusões e as impressões são construídas, discutidas e repensadas abertamente, sem o risco de serem testemunhadas pela plateia, podendo adotar posturas e interações informais e relaxadas (*ibidem*: 69-70).

Goffman (1986[1974]: 10-11) completa ainda a sua abordagem dramaturgica com um enfoque na forma como os significados são construídos na relação e na interação social, afirmando que a definição de uma situação é construída de acordo com princípios de organização que governam eventos sociais e o envolvimento subjetivo nos mesmos, referindo-se a tais princípios como *frames*.¹² Tratam-se de esquemas de interpretação que servem para organizar a experiência e guiar a ação individual ou coletiva, permitindo aos indivíduos localizar, perceber, identificar ou caracterizar ocorrências da sua vida e do restante mundo, tornando estes eventos significativos, quando sem tais esquemas não o seriam (*ibidem*: 22). Os *frames* que empregamos para a compreensão do mundo estruturam-se sob *frameworks* primários, isto é, sob classes principais de esquemas, que constituem os elementos centrais da nossa cultura e, a partir destes, outros *frames* secundários poderão ser acrescentados de forma a transformar o significado da ocorrência inicial em causa, através de conjuntos de convenções padronizadas de forma semelhante a tal atividade primária, porém, passando a ser entendida, na interação, como uma outra atividade distinta (*ibidem*: 27; 44).¹³ Um *frame* pode então ser transformado uma ou diversas vezes, cada transformação representando uma nova camada ou laminação, sendo que a camada mais superficial irá informar-nos acerca do estatuto real da atividade testemunhada e, assim, o *frame* desta passa a ser referido partindo do rótulo que é atribuído a esta última camada (*ibidem*: 82). A título de exemplo, numa manifestação performativa a revolta popular, no entanto, existe o recurso a diversos elementos ou convenções que indicam o seu carácter performativo e pacifista,

¹² Utiliza o termo *frame* e *framework* com o mesmo intuito e significado, introduzido pelo antropólogo Gregory Bateson (1972: 186-187), baseando-se no conceito de esquema da psicologia, no seu estudo do comportamento animal, mais concretamente, acerca da forma como os animais brincam simulando uma luta, sem que realmente o seja, tendo definido *frame* como sendo (ou como delimitador de) uma classe ou conjunto de mensagens ou ações significativas, um conceito nem físico, nem lógico que pode ser entendido pela sua analogia física com uma moldura de um quadro com uma imagem (admitindo ser uma analogia limitada por ser demasiado concreta).

¹³ A este processo de transformação, transposição ou de transcrição do significado de uma atividade, Goffman (1974: 41-45) atribui o conceito de *keying*, reforçando que a atividade transformada, apesar de por vezes ser apenas ligeiramente alterada, irá mudar de forma significativa aquilo que um dado participante diria sobre o que está a acontecer e, ao conjunto convenções utilizadas para tal processo de *keying* chama de *keys*.

assinalando não se tratar de uma revolta popular real, mas uma performance que temporariamente a simula, sendo possível a referência a tal *frame* como *frame* teatral ou *frame* pacifista.

1.4. Classe, campo, arena e consciência na viragem pós-materialista

Numa abordagem teórica menos concentrada sobre as microinterações sociais, enquadrando-se numa análise de “longa distância” acerca da relação entre agência e estrutura, Pierre Bourdieu (1992: 52) introduz um conceito similar ao *frame* de Goffman, o *habitus*, mediador da referida relação dialética (Husu 2012: 9). Segundo o autor (Bourdieu 1992: 52-53), *habitus*, constituídos na prática e orientados para a mesma, são sistemas de disposições duráveis e transponíveis, de estruturas estruturadas com base em experiências passadas, e estruturantes, gerando e organizando práticas e representações ajustadas a um futuro provável e materializadas no presente, antecipando condições objetivas semelhantes ou homólogas a condições passadas. Estas experiências passadas são incorporadas sob a forma de esquemas de percepção, pensamento e ação, garantindo a consistência, ao longo do tempo, de práticas adaptadas de “senso comum”, de uma forma nem mecanicista, nem totalmente livre e espontânea, mas fornecendo um vasto leque de escolhas mediante uma dada situação objetiva (*ibidem*: 65). São escolhas limitadas, porém, ao que é possível, às suas chances de sucesso e às relações de poder condicionantes da posição social onde se encontra um determinado agente e que posteriormente restringirão as escolhas a tomar nas ações seguintes (*ibidem*).

Bourdieu (1985: 195) invoca a necessidade de quebrar com a teoria marxista e a sua tendência de privilegiar substâncias em detrimento das relações e à redução do campo social às relações de produção económicas, contribuindo para uma certa “cegueira” quanto às lutas hierárquicas simbólicas presentes no seio dos diversos campos sociais, onde o que está em causa é a representação do mundo social. Rejeitando o carácter prático das classes sociais como funcionando apenas na teoria, propõe, em alternativa, uma noção de campo social como um campo de forças, um espaço multidimensional de disputa entre agentes por posições sociais, governado por um conjunto de relações objetivas de poder impostas sobre os mesmos e irreduzíveis às suas intenções e interações, podendo distribuir-se em um ou mais campos, cada qual munido de uma lógica e hierarquia específica, segundo os tipos de *capital* ou relações de poder ativas no seu seio (*ibidem*: 196-197). Valerá a pena aqui também salientar, para o efeito do presente estudo, as

semelhanças deste conceito de Bourdieu com o conceito de arena que Turner formula na obra supracitada.¹⁴

(...) an arena is a framework—whether institutionalized or not—which manifestly functions as a setting for antagonistic interaction aimed at arriving at a publicly recognized decision. The antagonism may be symbolic or actual, an interchange of messages or tokens indicative of challenge, (...) an arena is an explicit frame; nothing is left merely implied. (...) the arena is a scene for the making of a decision (...) In strong, well-entrenched political systems, the highest appeal court might be such an arena, or the parliament, legislature, or constituent assembly. But for a regime that has lost legitimacy the arena might be the streets of the city where a show of popular force might be enough to evict the *ancient régime*, (...) (Turner 1974: 133-135).¹⁵

Embora mais contextual e em linguagem dramaturgica, este termo arena oferece um claro destaque à dimensão de conflito e antagonismo, característica do campo social ou do campo político. Também Thomas Bierschenk e Jean-Pierre Olivier de Sardan criticam a noção de campo social de Bourdieu como demasiado “macro” e abstrata e formulam também uma definição de arena mais objetiva e restrita geograficamente, como um lugar de confrontos concretos entre atores sociais em interação em torno de questões comuns (Bierschenk e Olivier de Sardan 1998: 262; Florêncio 2003: 84).

De volta à sua noção de campo social, Bourdieu diz-nos que a localização de um agente pode ser definida pelas posições que ocupa em diferentes campos, ou seja, pelo volume e composição de diferentes formas de *capital* relevantes em cada um dos campos, capital que pode existir tanto na sua forma objetificada ou material, enquanto capital económico, como na sua forma incorporada, em capital cultural, capital social ou capital simbólico (Bourdieu 1985: 196-197). Neste campo social, quanto mais próximas são as distâncias entre agentes, maior será a probabilidade de mobilização em movimentos organizados, contudo, a formação de alianças entre posições próximas não é inevitável nem, por outro lado, sempre necessária, assim como não é impossível a criação de alianças entre posições distantes entre si como, por exemplo, num campo

¹⁴ As características centrais da formulação deste conceito por parte de Turner foram conseguidas em correspondência com H. U. E. Thoden van Velzen do Afrika-Studiecentrum (Turner 1974: 133).

¹⁵ Os destaques em itálico são introduzidos por Turner.

social nacional (*ibidem*: 198-199). O autor apela à necessidade de uma visão objetivista que integre a subjetividade, a representação do mundo social dos agentes, a sua contribuição para a construção dessa mesma visão do mundo social, assim como a sua percepção acerca da própria posição no mundo, em suma, a sua identidade social (*ibidem*: 200).

De acordo com Bourdieu (1985: 214), uma definição adequada da posição social de um indivíduo e do seu estatuto fornecem a melhor previsão das suas práticas e representações, do *habitus* gerado nesse estatuto, sendo ambos produtos da história do campo social em questão, história essa presente a cada momento, tanto na forma material, nas instituições, como incorporada, nas disposições de agentes que operam em tais instituições ou as combatem. Assim, todas as formas reconhecidas de identidade coletiva, como a classe trabalhadora ou a juventude, são produtos de uma longa e lenta operação de construção coletiva e são representações que resultam de lutas que tiveram lugar dentro e fora do campo político, nomeadamente relativamente ao poder do Estado (*ibidem*). Difere em grande medida do marxismo, na primazia que é dada ao subjetivismo, em detrimento do materialismo, ao equiparar a base material das condições económicas de produção às formas ideológicas sob as quais o indivíduo toma consciência das contradições e do conflito entre as forças de produção sociais e as relações de produção (Lenine 1975[1894]: 16).¹⁶ Segundo Lenine (1975[1894]: 16), a consciência de classe ou da posição social de um indivíduo, surge a partir das contradições, num determinado estágio de desenvolvimento, entre as forças produtivas materiais da sociedade e as relações de produção existentes, nomeadamente as relações de propriedade, tornando-se as últimas um entrave ao desenvolvimento das forças produtivas. Desenvolve-se, sobretudo, na abertura de períodos de revolução social, em tempos de guerra ou crises económicas e políticas, em momentos onde estas contradições se agudizam (*ibidem*). Para Gramsci (1979: 23), a consciência desenvolve-se em direção à unidade e coerência entre a teoria e a prática, sendo elementarmente marcada pela distinção e pelo individualismo, características do “senso comum”, passando pela compreensão relativamente à pertença a uma determinada força hegemónica – isto é, a uma unidade intelectual e ética assente

¹⁶ Na perspectiva marxista, a tomada de consciência da condição do indivíduo assenta, de acordo com Lenine (1975[1894]: 15-16), no conjunto de relações de produção, correspondentes a um determinado grau de desenvolvimento das suas forças e produção material, que constitui a estrutura económica da sociedade, a base onde se ergue uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem então determinadas formas de consciência.

numa conceção da realidade que supera o “senso comum” e se torna crítica, ainda que de forma limitada –, prosseguindo na direção de uma conceção do mundo completa, coerente e unitária.¹⁷

Capítulo II – Estudar os movimentos sociais

2.1. Fragmentação teórica pré-anos 80

Com o advento de correntes feministas e de protestos em massa nos anos 60 e a emergência de novos movimentos sociais, já enquadrados na era dos *mass media*, surgem nas ciências sociais e políticas novas formas de ação coletiva e contraculturas juvenis, mais preocupadas com questões associadas à identidade que com questões estratégicas e económicas, como no caso dos velhos movimentos sociais (Juris et al. 2012: 27). Movimentos pelos Direitos Civis, contra a Guerra do Vietname, feministas e pela libertação sexual, foram lutas de massas heterogêneas, tanto a nível de classe como de género, e representaram arenas transformativas, nas quais se envolveram investigadores e uma nova geração de académicos, procurando um entendimento das possibilidades e do potencial para a mudança social transformativa (Susser 2010: S230). As correntes teóricas para a análise de movimentos sociais foram, ainda neste período, desenvolvidas isoladamente, sem diálogo entre si, prezando a observação de elementos e dimensões distintas da ação coletiva (Gibb 2001: 2).

Donatella Della Porta e Mario Diani (2006: 18) identificam quatro destas abordagens teóricas dominantes: a Teoria da Mobilização de Recursos (RMT);¹⁸ a teoria do Processo Político; a abordagem do Comportamento Coletivo; a perspectiva dos Novos Movimentos Sociais (NSM).¹⁹ Dando destaque à relação entre a ação coletiva e a política, os investigadores da RMT e da teoria do Processo Político estudam a ação coletiva em abordagens racionalistas; concentram a sua atenção na forma como atores coletivos operam, como adquirem e mobilizam recursos e apoio, tanto dentro, como fora do seu grupo, olhando os movimentos enquanto atores conscientes, cujas

¹⁷ Para o autor marxista esta direção é um dever histórico e não um mero facto mecânico, e o seu processo de desenvolvimento encontra-se associado a uma dialética intelectual-massa, à qual, a cada salto quantitativo ou qualitativo da camada intelectual, corresponde um movimento semelhante das “massas”, assim como o seu contrário, no entanto, no processo ocorrem repetidas vezes movimentos de distanciamento e de perda de contacto entre ambos (Gramsci 1979: 24-25).

¹⁸ Tradução própria de *Resource Mobilization Theory*, usando a sigla de acordo com a terminologia original em inglês.

¹⁹ Tradução própria de *New Social Movements*, usando a sigla de acordo com a terminologia original em inglês. Opto pela sigla de forma a evitar possíveis confusões entre a perspectiva teórica dos Novos Movimentos Sociais e os próprios novos movimentos sociais, os movimentos que precederam e impulsionaram estas inovações teóricas.

tomadas de decisão são racionais (*ibidem*: 15). Esta abordagem explora as condições que levam à emergência da ação coletiva entre indivíduos que poderão ter mais que uma boa razão para não participarem na mesma (*ibidem*: 29). Partilhando da mesma visão racional da ação, porém com uma atenção mais sistemática em torno do ambiente político e institucional no qual os movimentos operam, os proponentes da teoria do Processo Político focam-se, sobretudo, na relação entre atores políticos institucionais e o protesto, já que, ao desafiarem uma dada ordem política, os movimentos sociais interagem com atores munidos de uma posição consolidada na política (*ibidem*: 16). Salientam, portanto, o papel crucial dos movimentos sociais na mudança política e na implementação de novas políticas e, em simultâneo, a importância do Estado na modelação das formas de ação coletiva (Gibb 2001: 2) e atentam nas várias formas de ação coletiva e a sua variação entre diferentes regimes políticos e diferentes pontos no tempo (Della Porta e Diani 2006: 29).

A cultura é resgatada enquanto dimensão fundamental da ação coletiva através da abordagem do Comportamento Coletivo e da perspectiva dos NSM. Ainda de acordo com Della Porta e Diani (2006: 18), estas correntes prezam a análise das condições e origens estruturais para a emergência da ação coletiva e do protesto. A primeira teoriza, principalmente, o papel da produção simbólica, tanto na modelação da ação coletiva como das condições para a emergência e para o reconhecimento de novos problemas e/ou novas identidades (*ibidem*: 29). Sublinha os elementos cognitivos da cultura nos processos de interpretação da realidade, na forma como atores sociais atribuem significados à sua experiência, como identificam e reconhecem problemas sociais como “sociais” e como tornam a ação coletiva numa resposta adequada, viável ou legítima, perante uma situação entendida como injusta (*ibidem*: 87). A ação coletiva é, para os autores desta corrente, considerada como resultante de uma tensão perturbadora do equilíbrio do sistema social, tensão esta que dá azo às crenças generalizadas que estão na origem de diferentes tipos de comportamento coletivo, cujos objetivos são restaurar o equilíbrio do sistema (Melucci 1980: 200). Della Porta e Diani (2006: 12) explicam que esta perspectiva é aprofundada posteriormente por académicos proponentes do interacionismo simbólico, próximos da “Escola de Chicago”, que definiram o comportamento coletivo como comportamento preocupado com a mudança, e os movimentos sociais como uma parte, simultaneamente, integrante e normal do funcionamento da sociedade e como uma expressão de um processo de transformação mais amplo, criticando a abordagem destes comportamentos coletivos como marginais ou anómicos. A segunda perspectiva, a dos NSM, nasce

fruto de um ênfase nas características inovadoras dos novos movimentos sociais, da interpretação da ação coletiva dos anos 60 como motivada, sobretudo, por valores pós-materialistas, em contraste com os movimentos sociais do século XIX, que se baseavam em valores materialistas, denotando uma crescente perda de relevância do conflito entre classes industriais, em movimentos que já não se definiam principalmente em relação ao sistema de produção (*ibidem*: 87; 8-10). Defensores desta perspectiva apontavam também para o facto de já não ser adequado representar movimentos sociais como grupos homogêneos, já que os movimentos desta década eram, em grande medida, considerados “aclassistas” ou dominados pelas classes médias (*ibidem*: 8; 63). Argumentavam que as condições e desafios, assim como os atores centrais do conflito social, são modificados em condições estruturais em mudança (*ibidem*: 29). Estas abordagens relativamente à ação coletiva e aos movimentos sociais devem ser vistas, sobretudo, como teorias do conflito social, mais especificamente, do impacto das transformações sociais nos desafios e formas de conflito (*ibidem*: 11).

O sociólogo Alberto Melucci (1980: 224), proponente desta corrente teórica dos NSM, destacou que um dos maiores desafios para a prática sociológica é precisamente a crescente importância do indivíduo, mais concretamente da sua identidade, necessidades e do seu inconsciente. De acordo com o mesmo, os novos movimentos sociais não se orientavam para a tomada do poder político ou do aparelho de Estado, mas sim para a sua autonomia ou independência do sistema, estando em causa uma reapropriação da identidade individual ou do grupo, que é atingida através da recusa de qualquer tipo de mediação política, privilegiando a ação e a participação diretas, de natureza espontânea, antiautoritária e anti-hierárquica (*ibidem*: 220). Nesta busca pela reapropriação identitária, o desenvolvimento de laços de solidariedade e de relações de natureza expressiva deu-se em torno de critérios como o sexo, raça, idade e localidade, sendo características definidoras destes movimentos, protagonizados, sobretudo, por “minorias” inconformadas com as normas sociais vigentes da estrutura social e com o controlo e dominação contínuo sobre a sua vida diária (*ibidem*). O controlo das estruturas de poder sobre a disseminação de informação, assim como sobre agências que procuram absorver e reduzir conflitos sociais ao estatuto de patologia, permite à estrutura estigmatizar todo o comportamento baseado em conflito, como desviante ou marginal (*ibidem*). O corpo jogava, então, um papel central nestes movimentos, sendo utilizado como local de resistência e desejo, em confronto com o discurso político “oficial”, estereotipado, em que o corpo é objeto de manipulação, recurso para a produção de mercadorias e

para a reprodução social, tratando-o como objeto da ciência e a sexualidade como objeto da medicina, privando o corpo da sua carga libidinal e agressiva (*ibidem*: 221). O slogan feminista “O pessoal é político” é representativo desta viragem em torno de políticas identitárias, da politização do pessoal (Maeckelbergh 2009: 19).

2.2. A emergência de metodologias engajadas nas ciências sociais

De forma a entenderem estes movimentos e o seu potencial transformativo, investigadoras feministas desenvolvem metodologias baseadas na sua ação e engajamento pessoal e político com a causa política feminista, numa preocupação crescente com a componente colaborativa dos métodos de pesquisa, contornando as relações de poder entre o investigador e o sujeito, que passa a ser seu colaborador em todos os estágios da investigação, incluindo a escrita (Greenwood e Levin 2007: 3). Trata-se da metodologia *participatory action research*, que, através da institucionalização de estudos feministas, facilitou a criação de uma identidade investigador-ativista (Desai 2013: 90) e veio influenciar o nascimento de novas estratégias de investigação na antropologia, politicamente comprometidas, não apenas com os movimentos ou grupos investigados, mas também com políticas emancipatórias que combatam assimetrias de poder e desigualdades (Juris e Khasnabish 2013a: 23). A partir dos anos 80, com o período de refluxo associado ao triunfo neoliberal que marcou esta década, num clima económico e político hostil à mobilização e ação política, as comunidades políticas criadas no seio do anterior ciclo de mobilização foram-se dissolvendo e os ativistas, na luta pela manutenção dos seus postos de trabalho e das suas famílias, procuraram novas formas de continuarem a sua vida política e o compromisso com as suas causas, com a própria conceção de ativismo a ser redefinida enquanto prática que decorre em múltiplos lugares, de formas diversas, incluindo na própria academia, (Whittier 1995: 13-14; 115; 246-247; Desai 2013: 91).

Conforme postulam Juris e Khasnabish (2013a: 23), num período marcado pela crise de representação etnográfica e da autoridade do etnógrafo, com o lançamento do *Writing Culture* (1986), de James Clifford e George E. Marcus, o reconhecimento da relação entre a etnografia e o colonialismo, a posição de poder do etnógrafo e as consequências negativas da descrição etnográfica do “outro” deram lugar a duas reações entre os antropólogos. Por um lado, uma reação que procura, através da experimentação teórica e textual, uma crítica cultural autorreflexiva, por outro, uma experimentação mais prática, tendencialmente colaborativa e ativista, envolvendo um

compromisso político reflexivo. Em simultâneo, aludindo à deslocalização do campo etnográfico que menciono anteriormente, George E. Marcus e Michael M. J. Fischer, em *Anthropology as Cultural Critique* (1986), criticam o trabalho de campo baseado num lugar apenas, já que dificulta o entendimento de processos mais amplos e de influências políticas e económicas, convocando uma reconstrução do campo com a criação de uma etnografia multissituada, que envolve a demarcação da circulação, numa série de múltiplos lugares, de fluxos translocais de pessoas, ideias, coisas e conflitos (Juris e Khasnabish 2013a: 22; Marcus 1995: 106-110).

2.3. Os “novíssimos” movimentos sociais e as fusões teóricas pós-anos 90

Segundo o trabalho de Juris et al. (2012: 24-25), a globalização económica e a revolução das tecnologias de informação e comunicação exerceram um papel fundamental na abertura de um novo ciclo de ação coletiva nos anos 90. Neste período, os movimentos sociais puderam experienciar novas formas de organização e articulação internacionais, nos quais os jovens jogam novamente um papel de protagonismo, como na década de 60, desta vez, porém, enquanto pioneiros da rede global da internet (*ibidem*: 25). Apesar disso, são movimentos intergeracionais, com a presença de vários géneros, sexualidades e classes. Estes “*novíssimos*” movimentos sociais²⁰ (*ibidem*; Raposo 2017), são frequentemente caracterizados enquanto redes de movimento transnacionais informais, dotadas de um centro forte, mas flexível e de uma periferia dispersa e não tão ativa, com nós de interseção de onde fluem continuamente recursos e conhecimento. São apelidados também de movimentos *anti-* ou *alter-globalização* (Ciavolella e Boni 2015: 3; Maeckelbergh 2009: 3; Raposo 2017: 200), no sentido em que se apresentam como movimentos alternativos ou opositores à globalização económica, pela justiça global ou em prol de alternativas, tanto ao fenómeno da globalização, como ao neoliberalismo, à forma como se pratica e pensa a cidadania (Della Porta e Diani 2006: 3; Ciavolella e Boni 2015: 4) e como expressam as suas identidades políticas, recorrendo a formas de protesto não tradicionais, com lógicas simbólicas e ações performativas ou teatrais (Juris et al. 2012: 28). Se os novos movimentos sociais foram concebidos como movimentos baseados na identidade, os novíssimos movimentos sociais combinam reivindicações culturais e materiais, assim como as escalas de ação local e global (*ibidem*: 37). Investigadores destes movimentos apontam também para o carácter flexível, difuso e

²⁰ Termo traduzido do inglês, “*new new social movements*”, para o castelhano, por Luis Queiroz, no artigo de Juris et al. (2012), sendo posteriormente adotado por Paulo Raposo (2017).

efêmero destas formações, em que convergem temporariamente atores individuais e coletivos sob determinados propósitos, por vezes, cristalizando-se noutras organizações mais duradouras, mas, com maior frequência, dissolvendo-se em pouco tempo (*ibidem*: 37). Porém, esta convergência de organizações permite preservar a autonomia e especificidade de cada uma das organizações intervenientes, sendo por isso que os autores não se surpreendem com o facto de a juventude poder sentir-se cada vez mais atraída por estas organizações informais, pois viabilizam a participação política de base, num momento em que é crescente a insatisfação com a política institucional (*ibidem*: 27-28; 34).

Della Porta e Mario Diani (2006: 61) salientam, contudo, que estes movimentos não demonstram necessariamente uma transformação radical em curso, devendo antes ser vistos como uma manifestação das dificuldades dos sistemas representativos em responder às novas reivindicações produzidas pela inevitabilidade da mudança social. Assim, segundo os autores, estes novos ou “novíssimos” movimentos sociais não são necessariamente reflexos de transformações estruturais globais ou precursores de novos critérios para a determinação da estrutura de conflitos políticos, mas sim os próximos numa longa série de manifestações de protesto político de uma natureza cíclica. Porém, a literatura em torno dos novíssimos movimentos sociais não olha estas categorias ou etapas de movimentos sociais enquanto categorias rígidas, mas como aparatos heurísticos de investigação, já que, como os autores também sublinham, conseguem encontrar características dos velhos e novos movimentos sociais, em simultâneo, nos seus trabalhos de campo (*ibidem*; Juris et al. 2012: 28).

Como referido anteriormente, com a abertura deste novo ciclo de ação coletiva, no final dos anos 80 e no início dos anos 90, as correntes de análise de movimentos sociais (Comportamento Coletivo, NSM, RMT e Processo Político), até aí desenvolvidas em separado, passaram a comunicar entre si e foram alvo de discussão entre investigadores, que, debatendo os seus méritos e fraquezas e em várias tentativas, foram integrando diversos elementos destas diferentes correntes na sua análise (Gibb 2001: 2). Neste processo, formularam-se diversas conceptualizações relativamente aos movimentos sociais, destacando, para o efeito, a noção de Herbert Blumer (1995: 60), enquanto empreendimentos coletivos para o estabelecimento de uma nova ordem de vida.²¹ Conforme diz o autor, os movimentos sociais originam-se sob condições de

²¹ É relevante também destacar a conceptualização de Donatella della Porta e Mario Diani (2006: 20), que obteve um consenso considerável entre teóricos dos movimentos sociais, como processos sociais distintos constituídos de mecanismos, através dos quais, atores engajados em ação coletiva, se envolvem em relações conflituantes com

agitação, baseando o seu poder mobilizador tanto no descontentamento para com a vida corrente, como na esperança de uma nova vida (*ibidem*). Desenvolvem-se no sentido de tomarem o caráter de uma sociedade, tornando-se uma cultura, organização social ou novo esquema de vida, apesar de inicialmente amorfos e desorganizados, adquirindo ao longo deste processo, forma, organização, costumes e tradições, liderança, divisão de trabalho, regras e valores sociais (*ibidem*). Estabelecendo uma distinção entre movimentos sociais genéricos e específicos,²² entende os primeiros como originários de *shifts* culturais, de ideias, valores, direitos e privilégios, alterando a forma como as pessoas se conceitualizam, deixando de se encontrar em conformidade com as posições por elas ocupadas na vida quotidiana, referindo-se a movimentos amplos como o movimento laboral, da juventude, da mulher, ambientalista ou da paz (*ibidem*: 60-61). Estes movimentos caracterizam-se pela ausência de forma de organização e pela sua forma descoordenada, com uma direção generalizada, não específica, perseguida de forma episódica, mas persistente, sem liderança ou militância reconhecida, sendo levados a cabo por pessoas desconhecidas em diferentes áreas e tempos distintos (*ibidem*: 61-63).

Movimentos sociais genéricos fornecem a base para o surgimento de movimentos sociais específicos, despertando e cristalizando os motivos de desagrado, esperança e desejo, numa direção específica, desenvolvendo uma organização e estrutura baseada na divisão de trabalho, com liderança e militância reconhecida e estabelecida, envolvendo uma consciência coletiva assente num corpo de tradições, valores, filosofias, regras e expectativas, tornando-se mais sólido e organizado ao longo da sua construção, já que na sua gênese são movimentos pouco organizados, dominados pela agitação e excitação coletiva, atuando impulsivamente e sem objetivos claros (*ibidem*: 63-64). Dependendo dos seus objetivos e métodos, Blumer (1995: 63) subdivide movimentos sociais específicos entre movimentos reformistas e revolucionários. Embora ambos procurem efetuar mudanças na ordem social e nas instituições existentes, os movimentos reformistas procuram alterar áreas específicas da ordem social existente, aceitando e partilhando a sua base moral e ética, assim como a suas premissas básicas para, a partir desta base e da disputa

opponentes claramente identificados, estão unidos sob densas redes informais e partilham uma identidade coletiva distinta.

²² Existe uma terceira categoria de movimentos sociais abordada por Blumer (1995: 76-77), os movimentos sociais expressivos, cuja característica elementar é a de não existir um propósito de mudança das instituições e do caráter objetivo de uma dada ordem social, sendo a tensão focada em algum comportamento expressivo que poderá, contudo, ter efeitos nas personalidades individuais e no caráter de uma ordem social, especificando dois movimentos expressivos como o movimento religioso e a moda.

das suas instituições, canalizar apoio, ao passo que os movimentos revolucionários procuram reconstruir a totalidade da ordem social, propondo um novo esquema de valores morais e procurando atacar as instituições por fora, através de alternativas e/ou por dentro, clandestinamente (*ibidem*: 74-76). Ainda que ambos se batam pelas causas de grupos oprimidos, explorados e de classes inferiores, no trabalho de recrutamento e procura de base social de apoio, os movimentos revolucionários procuram acima de tudo converter militantes com base em tais grupos oprimidos, pelo que os movimentos reformistas tendem a recorrer ao apoio de uma opinião pública mais generalizada, alistando e aliando-se tendencialmente a públicos de classe-média, sendo raro grupos oprimidos representarem a sua direção ou militância (*ibidem*).

Blumer (1995: 64-65) descreve quatro estágios de desenvolvimento de movimentos sociais específicos: surgem a partir de uma fase de agitação social, na qual as pessoas são mais suscetíveis a apelos relativos ao seu descontentamento por parte de agitadores, comportando-se de forma errática e aleatória; segue-se uma etapa de excitação popular na qual, apesar de existir uma atuação ainda confusa, possui já noções quanto à condição do seu desagrado e sobre o caminho a seguir para a transformação social, caracterizando-se por uma liderança profética ou reformista; passa pela formalização do movimento, tornando-se organizado e regrado, com táticas, disciplina e políticas definidas e uma direção ou liderança de natureza estadista; finalmente, dá-se a sua institucionalização, cristalizando-se numa organização fixa, com membros e estrutura definida para levar a cabo os objetivos do movimento, com uma direção semelhante a um administrador. Porém, mais importante que os estágios pelos quais estes movimentos atravessam, o autor destaca os mecanismos através dos quais crescem e se organizam (*ibidem*: 65-67). De acordo com o mesmo, a agitação é fundamental para libertar indivíduos das suas anteriores “amarras”, das suas formas de pensar e atuar, despertando sentimentos e impulsos através de ideias, sugestões, críticas ou promessas, de forma a intensificar, libertar ou direcionar tensões já experienciadas pelos mesmos, tratando-se sobretudo de um mecanismo de ímpeto e recrutamento (*ibidem*: 65-66). O desenvolvimento de um *esprit de corps* refere-se à construção de laços de solidariedade, de um sentimento de pertença, inspiração e identificação mútua, baseados na experiência comum, combatendo a alienação e a diferenciação interna através de relações cooperativas, podendo estabelecer-se através de relações com grupos externos, agrupamentos e convívios informais, assim como por cerimónias formais, demonstrações, manifestações ou rituais (*ibidem*: 67-69). A construção de convicções morais acerca da justiça do movimento, da sua capacidade de atingir o

seu derradeiro objetivo como uma espécie de inevitabilidade, assim como do caráter sagrado da sua missão, confere persistência e determinação ao movimento, assim como um caráter imutável aos seus objetivos (*ibidem*: 70-72). Deste modo, os obstáculos à sua atuação transformam-se em motivos de mobilização, contribuindo também como uma forma de desenvolvimento de atitudes sectárias e de crenças religiosas, pela emergência de um culto de santos, heróis, ídolos ou mártires, de uma literatura sagrada, mas também pela formulação de mitos que justificam as suas ações e imbuem as suas convicções de um caráter dogmático (*ibidem*). A criação de uma ideologia de grupo joga um papel essencial enquanto mecanismo que fornece ao movimento direção, justificação, armas de ataque e defesa, assim como inspiração e esperança, consolidando o seu objetivo, propósito e premissas, o seu corpo de críticas relativamente à estrutura que o movimento confronta e procura alterar, o seu corpo de doutrinas de defesa que lhe fornecem justificação e o corpo de crenças que reforça a eficácia das suas operações práticas (*ibidem*: 72-73).²³ Por fim, refira-se o papel da tática, dependente, em todo o momento, da natureza da situação onde o movimento opera e do seu contexto cultural, para o movimento crescer e conseguir mais aderentes, para os manter e para atingir os seus objetivos, sendo habitualmente de um caráter flexível e variável (*ibidem*: 73-74).

2.4. A viragem digital, performance e reperformance

O rápido desenvolvimento tecnológico, aliado a um acesso mais ou menos generalizado da população mundial aos meios digitais, tornou a internet num espaço de comunicação e de partilha de informação com elevadas consequências a nível político, social e cultural, em curtos espaços de tempo, proporcionando um desafio à adaptabilidade das ciências sociais. De acordo com Manuel Castells (2010a: 21), atravessamos uma forma específica de organização social na qual a geração de informação, o seu processamento e transmissão se tornam fontes de produtividade e de poder, numa sociedade em que as formas sociais e tecnológicas da organização da informação permeiam todas as esferas da atividade humana. A sociedade informacional, o nome que o autor atribui a esta forma de organização social, estrutura-se sob uma lógica de rede global, existindo,

²³ Blumer (1995: 72-73) acrescenta que a ideologia assume um caráter dualista pois tanto possui características académicas, numa forma lógica e abstrata, na sua representação pelos intelectuais do movimento, como também populares, tomando a forma de símbolos emocionais, estereótipos e argumentos populares, na procura de apoio nas massas “não-educadas”, salientando a necessidade de, para ter sucesso, uma ideologia deve conseguir dar resposta às necessidades, problemas e esperanças populares, não possuindo qualquer valor ao movimento caso não faça este apelo popular.

porém, componentes desta sociedade que exibem características que vão para além dessa mesma lógica, apesar de serem ainda extremamente influenciados pela mesma enquanto característica desta nova estrutura social, como no caso dos movimentos sociais e do próprio Estado (*ibidem*).

Segundo John Postill (2014: 51), o desenvolvimento acelerado das redes sociais desde 2009, a par da proliferação de telemóveis com câmara fotográfica e de vídeo, criou uma “nova ecologia dos media”, cujo controlo tem desafiado regimes autoritários por todo o globo.²⁴ Em 2010, na Tunísia, após o ato de autoimolação do cidadão Mohamed Bouazizi e a sua difusão pelas redes sociais, iniciou-se uma série de protestos em massa no país que levaram à destituição do então presidente Zine El Abidine Ben Ali, no governo desde 1987, posteriormente alastrando-se de forma viral para outros países Árabes com regimes não-democráticos, dando início à Primavera Árabe; este movimento influenciou o surgimento dos movimentos pela “Democracia Real” ou os movimentos ibéricos de indignação cidadã, o movimento 12 de março em Portugal e subsequentes,²⁵ os *Indignados* no Estado espanhol, o *Occupy Wall-Street*, nos EUA, entre muitos outros, cujo berço foram as redes sociais (Raposo 2017: 208). Este efeito em catadupa assemelha-se, de acordo com Paulo Raposo (2017: 208), ao dos tremores de terra, embora saliente que as réplicas possam ser maiores que o abalo inicial; o autor considera que este “efeito *hashtag*”, como o designa, é um fenómeno que veio afetar as estratégias e táticas do ativismo político contemporâneo. Postill (2014: 53) corrobora e realça como o que chama de “*media virais*”, nomeadamente o *Facebook*, *Twitter*, *Youtube* e *blogs*, desempenharam um papel-chave na proliferação do movimento dos *Indignados*, logo a partir do primeiro dia de protesto pacífico, a 15 de maio de 2011, funcionando como difusores de *slogans*, práticas, agendas e perspetivas distintas das transmitidas pelos *media* convencionais. O autor sugere ainda como estes protestos poderão ter marcado o começo de uma era de realidade viral em que a política é fortemente moldada por conteúdos virais partilhados por profissionais e amadores dos *media*, uma era de experimentação de novas formas de democracia participativa, direta e inclusiva, em que as redes sociais se tornam autênticas arenas políticas (*ibidem*: 53; 65).

Os movimentos sociais têm retirado imenso partido destas redes sociais digitais, transformando-as em canais de comunicação que lhes permitem introduzir novas mensagens nos *media mainstream* e até criar sistemas alternativos de *media*, de forma a aproximarem-se das

²⁴ Em simultâneo, Postill (2014: 51) destaca a importância, no Médio Oriente, do surgimento da rede televisiva politizada *Al Jazeera*.

²⁵ Também conhecido como Geração à Rasca.

pessoas, em redes horizontais de comunicação, escapando ao controlo dos *media* corporativos (Castells 2010b: 151). Porém, o ciberespaço tem sido progressivamente mercantilizado e colonizado pelo capitalismo digital, encontrando-me em concordância com Raposo (2017: 203) quanto ao seu ceticismo relativamente ao potencial da internet enquanto paraíso *hi-tech*, aberto e democrático, de partilha de informação. A nível comunicacional as vantagens são, porém, inegáveis, pela combinação de expressões do ativismo digital com táticas dos movimentos sociais tradicionais, tornando possível espalhar a notícia de greves, manifestações, ocupações do espaço público e outros, em tempo real, impedindo, limitando ou adiando a repressão violenta dos mesmos (*ibidem*: 203-204). Trata-se de mensagens hiperdinâmicas, que ora aparecem ou desaparecem sem aviso, em múltiplos *sites*, grupos de redes sociais, fóruns e outros, inclusive os próprios movimentos sociais, que se tornam num fenómeno fluido, muitas vezes sem limites claros, podendo mudar a sua forma, nome, estratégia, aparência ou até desaparecer sem deixar rasto (*ibidem*: 204). A nível organizativo, torna-se possível a escrita coletiva, em tempo real, de manifestos, comunicados, artigos, *flyers* e *slogans*, proporcionando uma maior transparência e o desenvolvimento de práticas democráticas, permitindo a opção de reuniões síncronas, uma valência que para além de poupar tempo aos e às ativistas, em matéria de deslocações, facilita a conjugação entre as ocupações profissionais, pessoais e o ativismo, evitando também a necessidade de definir e, por vezes, requisitar espaço físico para o efeito. Mais relevante ainda, permitiu a subsistência e a continuidade dos movimentos sociais no período atual da crise pandémica da Covid-19. Contudo, é necessário ainda sublinhar o carácter ambivalente destes novos meios de comunicação, já que as redes sociais têm-se mostrado importantes veículos para a organização e para o crescimento de movimentos populistas, da direita à extrema-direita antidemocrática, capitalizando sobre a disseminação de *fake news*, inclusive através do recurso a contas de utilizador falsas geridas através de tecnologias de inteligência artificial, e posteriormente partilhadas em massa em redes como o *Whatsapp*, o *Twitter* ou o *Facebook*, que se revelaram autênticas arenas para o recrutamento e procura de apoio, por parte dos movimentos que elevaram Donald Trump e Jair Bolsonaro ao poder nos respetivos países (“Social media is rotting democracy from within”, Beachamp 2019, 22 de janeiro, Vox).

Paulo Raposo (2017: 201) defende que, para além da dimensão ideológica já presente nos anteriores movimentos sociais, os novíssimos movimentos sociais acrescentam uma dimensão relacional performativa, potencializada por esta revolução digital que, pelo mundo fora, altera as

interloquções e as relações entre as pessoas, expandindo e criando “(...) novas esferas públicas onde a distinção entre o «real» e o «virtual» parecem eclipsar-se” (*ibidem*: 202). Performance, de acordo com Diana Taylor (2003: 2-3), refere-se a uma prática incorporada que funciona, em simultâneo, como um ato de transferência de conhecimento, memória e sentido de identidade, e como uma epistemologia, como uma lente metodológica que permite a análise de eventos enquanto performance, para discernir a forma como a obediência cívica, a resistência, cidadania, género, etnicidade ou identidade sexual, entre outros exemplos, são ensaiados e performados no quotidiano da esfera pública, viajando, desafiando e influenciando outras performances. A tomada das ruas e do espaço público tornou-se, de acordo com Raposo (2017: 200-201), um movimento performativo com uma nova intensidade, patente, por exemplo, nas famosas “acampadas” que se multiplicaram por diversas cidades nos movimentos ibéricos de indignação cidadã e, sobretudo, pelas assembleias na praça pública, munidas de um carácter horizontal e participativo, nas quais o debate político rapidamente se materializava em ação. Trata-se de novas formas de construir o espaço público, reivindicando-o das pessoas para as pessoas, sob a égide de um espaço de criatividade e de improviso, para a produção da democracia e, como afirma o autor, para a produção da realidade (*ibidem*: 201). Destaca-se também o papel das emoções nestes protestos coletivos, já que estão imbuídos de um carácter solidário e através deles são construídos espaços de afirmação de sentimentos, espaços de convivialidade e de partilha de identidades e experiências comuns, por vezes também dotados de um carácter festivo (Seixas 2005: 208).

Assim, nos últimos anos pudemos assistir à ocupação destes espaços, de edifícios e infraestruturas, pela criação de zonas autónomas e órgãos paralelos de poder popular, assembleias e acampadas de rua, marchas, manifestações, concentrações, *sit-ins*,²⁶ *die-ins*,²⁷ batucadas,²⁸ performances com recurso a metodologias de teatro do oprimido,²⁹ vigílias e piquetes, e a sua

²⁶ Forma de protesto em que manifestantes se sentam no chão, de forma a reivindicar o espaço com os seus corpos, habitualmente usado para demonstrações pacíficas de forma a evitar a repressão, ou torná-la mais evidente para os registos mediáticos.

²⁷ Forma de protesto em que manifestantes simulam a própria morte, deixando-se cair no chão, ocupando o piso com os próprios corpos imóveis.

²⁸ Recurso a instrumentos de percussão para acompanhar a marcha em manifestações, evidenciando-a pelo som, habitualmente, porém não necessariamente, artesanais, feitos com baldes, bidões e outro tipo de materiais que possam servir para o efeito.

²⁹ Método político e teatral introduzido por Augusto Boal, dramaturgo, encenador e ativista político, na década de 60, no Brasil, consistindo de uma visão do teatro enquanto linguagem universal utilizada pelos indivíduos no seu quotidiano, procurando democratizar os meios de produção teatral ao reconhecer os direitos de representação e as capacidades criativas de grupos oprimidos, reproduzindo a sua realidade, os seus problemas e os seus anseios de transformação social. Pressupõe a participação ativa dos espetadores, encorajando-os a agir sobre o que observam,

mediatização, não só, e nem tanto, pelos *media* tradicionais ou “*mainstream*”, como sobretudo pelos *media* alternativos e independentes. Esta partilha global em *live streaming*, fotografia, vídeo ou mesmo em novas ações de protesto, funciona como reperformance ou *reenactment*, isto é, como a reexecução de uma performance sob novas condições de execução, com novas audiências e sob diferentes contextos, reinventando e reinterpretando a performance original, tornando-se numa nova forma de *agitprop* (Raposo 2017: 206-207). Como exemplos, Raposo (2017: 207-208) sugere as “Grandoladas”, a “Grândola Vila Morena” cantada para reformatizar o fervoroso levantamento da Revolução dos Cravos em diversos novos contextos, como foi no dia 15 de fevereiro de 2013, na Assembleia da República, quando populares interromperam o então primeiro-ministro Pedro Passos Coelho do governo coligacional PSD/CDS, numa ação encetada por membros do movimento *Que se lixe a troika*, mas também em diversos outros protestos, num modelo que, de acordo com o autor, se baseou no *escrache* argentino posterior ao regime militar, e também em outros protestos realizados por ativistas dos *Indignados*. Um outro exemplo que aponta de reperformance é do próprio efeito *hashtag* que expõe e exponho acima, da Primavera Árabe, aos movimentos ibéricos de indignação cidadã e aos movimentos *Occupy*, originários nos EUA, porém replicados por diversos outros países e continentes (*ibidem*: 208).

Salientaria apenas mais alguns exemplos recentes que ilustram a magnitude destes fenómenos. Em primeiro lugar, o movimento *Black Lives Matter*, nomeadamente após o assassinato de George Floyd a 25 de maio de 2020, um cidadão estadunidense negro sufocado até à morte por Derek Chauvin, um agente do *Minneapolis Police Department*, aquando da sua detenção sob a suspeita de ter usado uma nota de vinte dólares contrafeita e cuja filmagem, por parte de testemunhas, se tornou imediatamente viral, unindo e mobilizando milhares de cidades por todo o mundo contra o racismo, a brutalidade policial e o assassinato de pessoas negras nos EUA e nos respetivos países. Esta mobilização atingiu o tom de revolta em alguns estados dos EUA, com exigências de reforma, corte de fundos e até de abolição da polícia,³⁰ ecoando a raiva

quebrando a divisão hierárquica entre públicos e atores (“Teatro do oprimido”, Soeiro 2019, 1 de abril, Dicionário Alice).

³⁰ Formou-se um espectro político relativamente à questão da polícia: num dos lados exigia-se a reforma da polícia para restaurar a sua legitimidade, invocando novas formas de responsabilizar agentes e um maior financiamento; na ponta oposta do espectro reivindicava-se a sua abolição, procurando deslegitimar a instituição policial e criar uma alternativa baseada num novo sistema de segurança público baseado na equidade social e económica, através de redes de resposta não-violenta; e entre ambos os polos do espectro, representando diversas perspetivas e também acompanhando outras reivindicações, encontrava-se a exigência de corte de fundos da polícia, alocando fundos direcionados para o armamento e patrulha policiais para outros setores livres da aplicação de violência (“Police reform, defunding, and abolition, explained”, Coleman 2020, 16 de julho, Vox).

do movimento negro no período dos *Black Panther Party* e o clima sentido após o assassinato de Fred Hampton e Mark Clark, às mãos da polícia de Chicago e do FBI (“The police raid that killed two Black Panthers, shook Chicago and changed the nation”, Mitchell 2019, 4 de dezembro, The Washington Post). Em Portugal, o assassinato, motivado por questões raciais, de Luís Giovani, no último dia do ano de 2019, assim como as agressões a Cláudia Simões por parte da Polícia de Segurança Pública (PSP) da Amadora, a 19 de janeiro de 2020, foram lembrados e exaltados na sequência dos protestos de dia 6 de junho, inicialmente convocados sob o mote da luta estudantil, com o *slogan* “Resgatar o Futuro, Não os Lucros”. Estes rapidamente se transformaram em protestos antirracistas protagonizados pela juventude negra, no seguimento da morte de George Floyd, tornando-o num ícone de todas as vítimas de agressões e assassinatos policiais e racistas pelo mundo, influenciando também as mobilizações posteriores ao homicídio de Bruno Candé, no mês seguinte, a 25 de julho. Por fim, um último exemplo destes fenómenos de reperformance, que não poderia deixar de ser salientado e que este trabalho pretende informar, foi a própria GCE e as mobilizações globais pela Justiça Climática, após a iniciativa de Greta Thunberg e a sua primeira greve às aulas em agosto de 2018, tendo esclarecido posteriormente que a sua ideia inicial se baseou nas greves estudantis nos EUA, do movimento *March for our Lives*, após o tiroteio na escola de Parkland em fevereiro de 2018 (“The Guardian view on teenager activists: protesters not puppets”, Editorial 2019, 7 de fevereiro, The Guardian).

2.5. *Frame* e ideologia na análise de movimentos sociais

Prezando uma análise da participação em movimentos sociais a partir dos seus conteúdos ideacionais, das suas crenças, valores e significados, numa crítica às abordagens NSM e RMT devido ao seu menosprezo e tratamento de significados e ideias como garantidas, David Snow e Robert Benford (1988: 197-198) defendem que os movimentos funcionam como veículos e transmissores de crenças e ideias mobilizadoras; constituem-se, então, como agentes significantes e significadores, isto é, que interpretam e atribuem significado a eventos e condições relevantes, de forma a mobilizar potenciais aderentes e apoiantes e desmobilizar antagonistas, sendo que, para designar este trabalho de significação, os autores recorrem ao termo de Goffman (aprofundado no primeiro capítulo) na sua forma verbal, o *framing* (*ibidem*: 198). À associação e ressonância dialética entre orientações interpretativas de movimentos sociais e da população que pretendem mobilizar, os autores atribuem o termo de *frame alignment*, um requisito necessário para o sucesso

dos esforços de *framing* por parte de movimentos sociais (*ibidem*; Della Porta e Diani 2006: 82). Este sucesso, materializado no seu potencial mobilizador e assente nos esforços e atividades de *framing*, pode ser afetado pela robustez e meticulosidade do processo, por constrangimentos na estrutura interna do sistema de crenças mais amplo ou da ideologia a que o movimento procura efetuar algum tipo de alinhamento, pela relevância do *frame* na mundividência de potenciais participantes, ou seja, a centralidade, importância, extensão e inter-relação dos valores e crenças invocados e, por último, o período em que o movimento emerge e atua mediante os ciclos de protesto (Snow e Benford 1988: 199; 205-207). Sobre esta última variável, os autores explicam como o ponto em que um movimento emerge num ciclo de protesto vai influenciar a substância e a latitude dos seus esforços de *framing*, podendo surgir cedo no ciclo e tomar para si os *frames* dominantes,³¹ que fornecem o ancoramento ideacional ou interpretativo para os movimentos subsequentes no ciclo, ou, surgindo tarde, dependerão do *frame* dominante elaborado previamente, sendo este a referência das suas próprias alterações, invariavelmente, de forma consistente com os seus elementos centrais, na medida em que tal *frame* não tenha sido desacreditado por eventos que tenham resultado no esvaziamento do seu potencial mobilizador (*ibidem*: 211-212).

Os autores prosseguem identificando três tarefas centrais ou estágios para o sucesso de esforços de *framing* por parte de movimentos sociais: *framing* de diagnóstico, *framing* de prognóstico e *framing* motivacional (*ibidem*: 199).³² A primeira tarefa refere-se à identificação do problema e do agente que o provoca ou a sua causalidade (*ibidem*: 200); a segunda tarefa, de prognóstico, trata de propor soluções para o problema, identificar estratégias, táticas e alvos, procedendo tendencialmente, mas não necessariamente, das causas e problemas discriminados no diagnóstico (*ibidem*: 201); o *framing* motivacional refere-se ao ímpeto mobilizador, à geração de incentivos para a participação, que poderão ser materiais, estatutários, morais ou solidários, pois apesar das tarefas de diagnóstico e prognóstico serem centrais para a mobilização de consenso, não conduzem necessariamente a uma mobilização para a ação (*ibidem*: 201-203).

O controlo sobre a forma como eventos e problemas sociais são interpretados é disputado entre diversos atores sociais, como agências estatais, partidos políticos, grupos de interesse e os *media*, tentando impor a sua própria interpretação em detrimento das representações propostas pelos movimentos sociais (Della Porta e Diani 2006: 75). Uma amostra de tal esforço de *framing*

³¹ Tradução própria do termo que Snow e Benford (1988: 212) usam de *master frame*.

³² Ver também Della Porta e Diani (2006: 74-81).

de diagnóstico por parte dos *media* é a sua tendência para abordar as alterações climáticas e a ação humana sobre o clima a partir de um *frame* apocalíptico, numa perspetiva altamente dramática, muito notória em filmes, mas também em reportagens, que intensifica um sentimento de inevitabilidade no seu público, ao tornar impotentes os *frames* de prognóstico e *frames* motivacionais existentes ou dificultando o seu desenvolvimento por parte dos movimentos sociais e da comunidade científica, podendo resultar num esvaziamento das possibilidades de uma ação coletiva retificativa (Snow e Benford 1988: 201-203). Outros exemplos, nestes casos do recurso a *framings* de prognóstico, poderão ser ilustrados com anúncios publicitários de diversas marcas e a sua aposta nos mercados “verdes” – como no caso da indústria automóvel e os anúncios ao “carbono verde” e aos carros elétricos, embora a sua produção se mantenha assente em combustíveis fósseis – ou o da empresa de vestuário H&M, ao promover o consumo de têxteis baseados em cânhamo, a fim de sensibilizar para o combate à chamada “*fast-fashion*” – capitalizando sobre os discursos alternativos dos movimentos sociais e, concomitantemente, multiplicando “soluções” assentes no consumo individual.³³

Della Porta e Diani (2006: 76) acrescentam que os “novíssimos” movimentos sociais fornecem um excelente exemplo da aplicação de *frames* interpretativos, já que, na sua maioria, adotaram um *frame* que reduziu uma série de fenómenos sociais diversos ao tema dominante da globalização neoliberal, ao passo que os seus adversários optaram por negar a existência de tal problema, salientando os aspetos e consequências positivas da liberalização dos mercados. Avançam também com uma distinção entre *frame* e ideologia, afirmando o *framing* como um produto cultural mais flexível, específico e genérico do que a ideologia, logo, que não necessita de um conjunto coerente e integrado de princípios e suposições, mas que, no entanto, fornecem a chave para a compreensão do mundo (*ibidem*: 79). Por vezes, os *frames* originam-se de ideologias, como o *slogan*, “*System change, not climate change!*”, do movimento global pela justiça climática, com origem provável na ideologia marxista, podendo também as ideologias ser afetadas por *frames*, como no exemplo apresentado pelos autores quanto ao facto de, no início do século XIX, a representação genérica de máquinas industriais e as condições de trabalho como “más” não ser

³³ A polémica conhecida como o “*Dieselgate*”, com a Volkswagen, em 2015, é também um bom exemplo desta apropriação do discurso climático por parte da indústria automóvel que, entre 2009 e 2015, vendia e promovia carros “ecológicos” a *diesel*, munidos de um mecanismo que reduzia as emissões de carbono apenas durante a testagem para a sua entrada no mercado, enquanto na sua utilização regular emitiam até quarenta vezes mais óxido de nitrogénio do que o apresentado nas testagens (“‘It Was Installed For This Purpose,’ VW’s U.S. CEO Tells Congress About Defeat Device”, Chappell 2015, 8 de outubro, NPR).

restrita a organizadores da classe trabalhadora, mas partilhada com outros atores, com pontos de vista e objetivos distintos, como organizações religiosas e caridosas; porém, forneceram aos ativistas de classe trabalhadora conjuntos de símbolos e imagens que puderam usar para elaborar ideologias políticas mais articuladas (*ibidem*).

A crítica mais incisiva a esta abordagem de movimentos sociais com base no *frame*, provém de investigadores que privilegiam o estudo das emoções nos movimentos sociais, defendendo que as interpretações culturais que conduzem à ação coletiva não advêm tanto de processos cognitivos, como de processos coletivos com uma forte dimensão emocional (*ibidem*: 87).

2.6. *Habitus*, capital e arena na análise de movimentos sociais

Hanna-Mari Husu (2012: 1-2) demonstra como, apesar de nunca ter aludido diretamente aos movimentos sociais, o trabalho de Bourdieu pode ser visto como uma síntese de diversas abordagens, como a do Processo Político, RMT e o *framing*, proporcionando terreno fértil para a investigação em movimentos sociais. No caso de movimentos sociais identitários (excetuando movimentos identitários reativos ou populistas), mais associados com os novos movimentos sociais e com o ativismo de classe média, as ferramentas que nos oferece explicam a inter-relação entre a posição social, recursos e competências culturais presentes no seio das suas práticas, ultrapassando dualismos entre abordagens estruturais e construcionistas, objetivas e subjetivas, materiais e culturais, e permitem entender as possibilidades e precondições para a ação em diferentes arenas, as suas características, o papel dos seus recursos, representações, capacidades e competências cognitivas, assim como a importância da classe nestes movimentos (*ibidem*: 2).

Tal como a teoria do Processo Político, o conceito de campo de Bourdieu (equiparável ao de arena, como justifico no primeiro capítulo) tem em conta o impacto de processos sociais externos na transformação das estruturas de poder estabelecidas, reconhecendo alterações no campo a par de processos externos – como a autora sugere, a entrada da mulher no mercado de trabalho e o seu acesso a educação superior resultaram num aumento do seu capital cultural e económico, alterando o equilíbrio e a distribuição de poder e, conseqüentemente, a estrutura do campo, possibilitando o acesso a posições sociais mais vantajosas, munidas de melhores recursos e ferramentas de negociação e de associação (*ibidem*: 3). Aplicadas aos movimentos sociais, estas ferramentas teóricas de Bourdieu assemelham-se à RMT pois enfatizam a importância da

disponibilidade de recursos para o sucesso na sua ação; no entanto, os interesses que movem os agentes não são intencionais, instrumentais ou conscientes, mas sim baseados na razão, no seu *habitus* (*ibidem*: 8). O *framing* e o *habitus*, como referi no final do primeiro capítulo são semelhantes no sentido em que ambos se referem ao papel construtivo dos indivíduos, aos seus esquemas de interpretação e de classificação (*ibidem*: 9).

Prosseguindo o pensamento de Bourdieu, a emergência, as características e as possibilidades de atuação dos movimentos sociais são explicadas através da relação entre aberturas estruturais e a posição ocupada por agentes, o *habitus* e a trajetória dos mesmos (*ibidem*: 3). As aberturas estruturais ou problemas sociais são interpretados à luz do *habitus* que incorpora uma determinada posição social na arena e molda e delimita o tipo de ações possíveis ou prováveis dependendo do contexto (*ibidem*). Ocupando posições distintas na arena das relações de classe, os agentes irão possuir uma maior ou menor competência política para reconhecer questões ou problemas como políticos, para reconhecer o caráter normativo da vida quotidiana como branco, heterossexual e masculino e, conseqüentemente, para participar e expressar-se politicamente (*ibidem*: 10). Assim, os agentes atuam no contexto de constrangimentos estruturais, não apenas associados a recursos materiais, mas também a recursos culturais, implicando-se nas interpretações dos agentes acerca da sua própria situação, nos seus preconceitos e presunções acerca da vida social e dos seus princípios, porém, e em simultâneo, poderão tentar e ser bem-sucedidos na modificação das estruturas culturais onde se inserem (Della Porta e Diani 2006: 66-67).

Husu (2012: 12) assinala, portanto, a importância que deve ser dada às tomadas de posição, às apresentações e representações dos movimentos sociais nas suas várias arenas de atuação, na arena política, económica, mediática, e outras, dado que refletem as suas condições, relações objetivas e o seu *habitus*. A título ilustrativo, a autora refere como membros do movimento feminista e do movimento LGBT poderão possuir e mobilizar mais capital económico e cultural do que grupos étnicos identitários e, por conseguinte, maior poder simbólico para que as suas tomadas de posição tenham mais influência nas várias arenas e, assim, maiores possibilidades de promover a sua causa e forjar alianças em arenas como a mediática (*ibidem*: 7; 11). Para a autora, no que toca à mobilização de movimentos sociais identitários, a sua posição de classe e a dos seus ativistas é central para a promoção e legitimação de identidades específicas e para a obtenção de poder de forma a conseguirem mais facilmente impor novos significados e interpretações para o estabelecimento da igualdade de direitos (*ibidem*: 12).

A aplicação teórica deste *framework* de Bourdieu aos movimentos sociais, permite-nos entender a importância da posição de classe dos movimentos sociais identitários, na análise das ações, dos constrangimentos e desafios que enfrentam, das suas estratégias para a procura de apoio e de alianças nas várias arenas onde travam as suas lutas, jogando de acordo com as suas regras específicas e com os tipos de capitais que nelas circulam. Olhar os próprios movimentos sociais como arenas viabiliza também o seu entendimento enquanto espaços de disputa política, com regras e normas específicas, onde determinados tipos de capital desempenham também papéis determinantes na sua atuação e construção, incluindo-se, nesta arena, todos os agentes, mediadores e instituições às quais o movimento se dirige, como agentes estatais, partidos políticos, sindicatos e contramovimentos, os quais mantêm relações objetivas entre si, afetando-se mutuamente (*ibidem*: 5-6). Poderá dar-nos pistas acerca da tendência para a institucionalização de movimentos sociais, à medida que procuram posições mais vantajosas em arenas como a dos *media*, assim como dos processos através dos quais outros movimentos são marginalizados e a sua atuação dificultada. Apesar das suas aplicações práticas, este *framework* teórico de análise estrutural peca por não elaborar acerca de possíveis diferenças na atuação de agentes sociais que partilham arenas, posições sociais, estruturas e *habitus* semelhantes, sendo necessário o seu complemento com análises de “curta distância”, com a adoção de uma certa sensibilidade à agencialidade e à centralidade do indivíduo.

2.7. Estado, partidos, *media* e democracia

Os movimentos sociais produzem identidades e sentimentos de pertença coletiva que podem ser mantidos posteriormente a iniciativas específicas ou campanhas, facilitando uma revitalização futura para novas mobilizações e até mesmo para o desenvolvimento de novos movimentos sociais e solidariedades (Della Porta e Diani 2006: 24). Porém, problemas sociais específicos não têm sido capazes de constituir uma fonte primária de identidade, capaz de representar um critério central para a organização da ação, ao mesmo tempo que há uma multiplicação de potenciais opositores, adversários ou objetos de mobilização, resultando que a definição de identidade coletiva, ao invés de representar uma precondição para a ação, tende a ser encarada como um problema autónomo (*ibidem*: 51). A procura de novos estilos de vida e de formas de agir eticamente desejáveis também não conduzem necessariamente ao desenvolvimento de movimentos sociais, já que podem manifestar-se de outras formas, desde a militância em

partidos políticos, a simples alterações nos padrões de consumo, a sentimentos de alienação ou comportamentos desviantes (*ibidem*). Porém, o aumento de necessidades associadas com a identidade representa um potencial emergente para o conflito, em torno do qual os movimentos sociais podem desenvolver-se (*ibidem*).

Como mencionei no subcapítulo 2.3., os movimentos sociais devem ser vistos como uma prova das dificuldades que os sistemas representativos demonstram na resposta a novas reivindicações que a mudança social inevitavelmente produz (*ibidem*: 61). O reforço ritualístico anual de algumas lutas de movimentos sociais – o melhor exemplo sendo o movimento laboral no 1º de maio – demonstra precisamente, enquanto marcador temporal, esta incapacidade ou a morosidade dos sistemas representativos em dar resposta às suas reivindicações, e serve como revitalizador da identidade coletiva (*ibidem*: 109) – sendo também ilustrativas as ações internacionais do dia 8 de março para o movimento feminista, as ações do mês de junho para o movimento LGBTQ+, assim como as *Fridays for Future* da GCE, inicialmente com uma regularidade semanal, na demonstração da falta de interesse dos grandes decisores políticos internacionais em dar uma resposta atempada e concertada à crise climática global.

Como afirma Castells (2019: 8), a crise de legitimidade do Estado moderno e das democracias representativas leva a que as pessoas tomem as ruas e enfrentem a polícia que as aguarda, em alternativa a processos eleitorais que as deixam resignadas, passando a não aceitar as coisas “como elas são” e a deixar de tolerar os “males menores” que as limitam às opções que lhes são apresentadas, com a resignação a dar lugar à indignação. Apesar da multiplicação de instâncias e agências transnacionais de poder e de tomada de decisão, o Estado e a nação são os únicos atores que conseguem manter a sua identidade e proclamar a sua continuidade durante processos de transformação mais amplos, mantendo-se, portanto, os alvos mais comuns do conflito pelo controlo da mudança (Touraine 1985: 757-758). À medida que os movimentos sociais aprenderam a usar os aparatos de comunicação nacionais e os Estados consolidados, os governos passaram a ter de aceitar formas de ação coletiva que anteriormente resistiam em legitimar, passando a suprimir ou rotinar outros (Tarrow 2011: 88). A expansão dos aparelhos repressivos e do controlo coercivo estatal e federal, nomeadamente nos EUA, que foi, não obstante, tomado como exemplo em outros Estados pelo resto do mundo, após o 11 de setembro de 2001, deu-se com base na aplicação de políticas como o aumento de poderes de investigação e supervisão, recorrendo, por exemplo, à criação de perfis étnico-raciais, a métodos coercivos em interrogatórios, a bloqueios e

controles migratórios, estatutos para o controlo do terrorismo, julgamentos e ações militares e a detenção de combatentes inimigos fora do local das hostilidades (*ibidem*: 170). Estas ferramentas coercivas foram utilizadas não apenas para o combate ao terrorismo, mas também para a repressão de protestos e ações de movimentos sociais, tendo sido necessárias novas adaptações a formas de protesto não-violentas de forma a neutralizar a violência estatal, como foi o caso dos *sit-ins*, cuja utilização era, inicialmente e de forma praticamente universal, punida sob pena de prisão, passando a ser aceite apenas após os anos 60, enquanto forma legítima de ação e de expressão política (*ibidem*: 172). O Estado e os opositores de movimentos sociais nem sempre se relacionam de uma forma antagonística para com os últimos, nem sempre definem a sua identidade com base em repúdio, já que, muitas vezes, demonstram respeito ou elogiam publicamente os seus participantes pelo seu engajamento com a causa (Della Porta e Diani 2006: 107), como fez o Ministro do Ambiente João Pedro Matos Fernandes com ativistas da GCEC, aquando da sua visita à Universidade de Coimbra, após ter sido recebido por uma performance *die-in*, respondendo perante os *media* que a questão climática seria “a mais justa das lutas” e “das causas” (“«Emergência climática já», gritaram os jovens. Ministro do Ambiente recebido por protesto em Coimbra”, Lusa 2019, 24 de maio, P3).

Os movimentos sociais não limitam a sua ação à geração de consciência – na sua relação com o Estado e com as democracias representativas, procuram adotar um certo pragmatismo de forma a colocarem pressão sobre os mesmos, de forma a implementarem leis e decisões em assuntos específicos – o movimento ambientalista, enquanto movimento genérico, é um bom exemplo sobretudo a nível local e regional, realizando campanhas por novas formas de planeamento urbano e regional, por políticas de saúde pública e pelo controlo sobre o desenvolvimento desenfreado (Castells 2010b: 188). Porém, procedendo deste último exemplo, à medida que grande parte das organizações ambientais aceitaram a necessidade de atuar no âmbito da ordem das instituições existentes, de acordo com as regras do produtivismo e da economia de mercado global, tornaram-se largamente institucionalizadas e a colaboração com grandes corporações tornou-se regra e não exceção, ao ponto de temas ambientais representarem um procedimento normativo no *marketing* empresarial, fruto da adaptação das corporações e das redes transnacionais a este novo mercado, retirando dele o máximo proveito (*ibidem*: 189). Assim, a transgressão ambiental tem sido progressivamente descentralizada para pequenos negócios e para

países em industrialização recente, alterando significativamente a geografia e a topologia da ação ambiental por todo o globo (*ibidem*).

Uma relação próxima entre movimentos sociais e partidos, nomeadamente partidos de esquerda, pode aumentar consideravelmente o potencial mobilizador do protesto, contudo, o preço a pagar poderá surgir sob a forma de tutela, sobretudo quando partidos de esquerda se encontram no poder ou fazem parte de alguma solução governativa, podendo reduzir drasticamente a mobilização e o protesto (Della Porta e Diani 2006: 218). Os movimentos ibéricos de indignação cidadã, que se seguiram à crise de 2008, apresentaram-se em grande medida como apartidários ou como independentes de partidos políticos, fruto da crescente descrença e suspeita para com partidos e sindicatos, característica do aprofundar da crise das democracias representativas, barrando a participação de sindicalistas e militantes partidários – que, em muitos casos participaram, porém, de forma encapotada – ou enfatizando o pluralismo político, abrigando no seu seio um vasto leque de ativistas individuais, de outros movimentos, sindicalistas e militantes de diversos partidos, com o reforço de que nenhuma das organizações participantes alguma vez poderia representar o movimento como um todo (Van Vossle 2015: 213-216). Contudo, o desenrolar destes movimentos sociais na Grécia e no Estado espanhol resultaram no surgimento de grandes sucessos eleitorais como o *Podemos* e o *Syriza*, tendo contribuído para uma renovação dos respetivos panoramas políticos, numa tentativa de preencher o vazio deixado pelos antigos partidos da social-democracia sob a forma de partidos-movimento (*ibidem*: 219-220; *idem* 2020: 212). Durante este período, em Portugal, não emergiram novos partidos-movimento como o *Podemos*, no entanto, vários partidos existentes, incluindo extraparlamentares, participaram ativamente na luta dos movimentos sociais contra a austeridade (*idem* 2020: 213). Apesar da sua participação nos movimentos contra a austeridade em Portugal, os partidos da esquerda parlamentar abandonaram, pelo menos temporariamente, as suas posições radicais para com a transformação social e democrática durante o período posterior da *Geringonça*, resultando no apaziguamento dos elementos radicais que emergiram durante a crise financeira, formando um governo relativamente estável e respeitando as regras da UE e da zona euro (*ibidem*: 293). Relativamente aos sindicatos, desde o nascimento dos novos movimentos sociais, nos anos 60, a relação e as alianças com os movimentos sociais têm sido ásperas e complicadas, dado que os novos movimentos sociais trouxeram formas inovadoras e criativas de ativismo, novos discursos e formas de organização democráticas em oposição aos antigos movimentos burocratizados e aos

partidos dos trabalhadores, além de que, no período de luta contra a austeridade, tanto os sindicatos como os movimentos sociais competiam na disputa da mesma base social de trabalhadores precarizados (*ibidem*: 201)

A política atual é enquadrada, fundamentalmente, na sua substância, organização, processo e liderança, pela lógica inerente ao sistema mediático e, em particular, pelos novos *media* eletrônicos, seguindo o modelo estadunidense dominante do *show* e do *marketing* políticos (Castells 2010b: 375). Tal modelo hegemônico deve-se ao declínio dos partidos políticos tradicionais e do seu papel na seleção de candidatos, à emergência de um sistema complexo mediático ancorado na televisão e, mais recentemente nos meios digitais, assim como pelo desenvolvimento de um *marketing* político em que o escrutínio de dados eleitorais com base em sondagens se apresenta como referência para a previsão de tendências e fluxos políticos (*ibidem*). Assim como as restantes instituições políticas representativas tradicionais, os movimentos sociais dependem em boa medida de uma presença ativa nos *media*, pois de outra forma as propostas políticas e os candidatos não conseguem angariar um vasto apoio nem obter visibilidade (*ibidem*).

Os movimentos sociais têm o potencial de elevar à opinião pública questões que, de uma forma geral, se tornam consensuais e, simultaneamente, de contribuir para a própria polarização da opinião pública (Della Porta e Diani 2006: 229). Assim, apesar de, frequentemente, não atingirem os seus objetivos fundacionais, os movimentos são efetivamente eficazes a promover temas para o debate público (*ibidem*: 232). Em regimes autoritários, a sua importância é inegável para a sua democratização, contribuindo também, nas democracias representativas, para a proliferação de abordagens mais participativas (*ibidem*: 249; Van Vossle 2015: 211). A prática dos movimentos sociais, nomeadamente dos mais recentes, recorre não tanto à unidade, quanto à diversidade para a resolução de conflitos, ao criarem espaços físicos ou metafóricos, para que as diferenças possam coexistir sem alguma unidade forçada, quebrando com a maioria das teorias e práticas democráticas vigentes (Maeckelbergh 2009: 142).

Capítulo III – A juventude e as greves estudantis pelo clima

“(...) Somos a interligação do futuro dos mais pequeninos e dos casmurros dos mais velhos. (...)” [Entrevista a Ana, 4 de junho de 2019]

3.1. Juventude, política e educação no contexto atual

Volvida uma década após o eclodir da crise financeira, o ano de 2018 apresentou-se como um ano de intensas mobilizações sociais por todo o planeta, antecipando um 2019 ainda mais vivo e enérgico. Estas ações foram marcadas por uma elevada participação juvenil e até mesmo infantil, mais concretamente no caso das greves climáticas estudantis e do movimento *March for Our Lives*, sob o *hashtag* *#NeverAgain*. Apesar da juventude atual atravessar condições diferentes relativamente à que lutou contra a austeridade no início da década, esta padece ainda de problemas semelhantes, chegando a autodenominar-se como a “Geração à Rasca 2.0”.³⁴ Vale então a pena salientar o trabalho de Zygmunt Bauman e Neal Lawson (2017), na caracterização da juventude nos anos da crise financeira, já que destacam que é uma geração pioneira a encarar uma perspetiva descendente em termos de mobilidade social, em relação aos seus pais. De acordo com estes autores, as novas gerações são confrontadas com uma ausência de preparação para um mundo inóspito de crescente desvalorização de méritos, de falta de oportunidades, “(...) of a new world of stillborn projects and frustrated hopes and of chances ever more conspicuous by their absence” (*ibidem*: 4). Turmas inteiras de graduados perspetivam uma grande probabilidade, ou uma quase certeza, de empregos temporários, inseguros, em *part-time*, ou estágios e formações não pagas, todos consideravelmente abaixo das suas qualificações – e certamente abaixo das suas expectativas – prevendo inclusive períodos de desemprego, que podem durar tanto ou mais tempo quanto a próxima turma de graduados leva a entrar também na fila de espera.

(...) A colonização do futuro projetado pelo presente, como se de um destino imponente se tratasse, tornou-se, nos planos individual, político e social num cenário pintado de tintas foscas. Uma ideia de futuro que a atual juventude, ao contrário das gerações precedentes, não consegue antever nem porventura deseja perscrutar. Porque a construção subjetiva do futuro, alimentada por experiências – próprias ou alheias – de frustração e descompensação, além de contornos obscuros e indefinidos, é rodeada de sentimentos difusos de alarme e de insegurança. Onde os “novos” movimentos sociais dos anos 60 e 70 viam a possibilidade de uma “terra prometida”, as sociabilidades estudantis de inícios do

³⁴ “Geração à Rasca 2.0” foi o nome de uma manifestação convocada pela *Brigada Estudantil*, a 17 de Novembro de 2020, no âmbito do Dia Internacional do Estudante, que teve lugar em Lisboa, Porto e Coimbra, “pelo fim das propinas no ensino superior, por um ensino democrático, público, gratuito, feminista e antirracista”, denunciando o aumento das desigualdades no ensino, perpetuadas pela situação pandémica da Covid-19 (Brigada Estudantil 2020, 18 de novembro, Facebook).

século XXI desenham-se sob horizontes sombrios. As viragens ainda em curso no sistema universitário, na esfera política e no campo do emprego estão a marcar profundamente a atual geração, acentuando essas perplexidades.³⁵ (...) (Estanque 2008: 14)

De facto, estas transformações do capitalismo e das suas narrativas hegemónicas assentes na mudança da condição salarial, por exemplo, afetam sobretudo os jovens, sendo-lhes associados chavões como “autonomia”, quando o trabalho se baseia crescentemente no trabalho em equipa e é constrangido por todo o tipo de burocracias e de avaliações de desempenho regulares, e a ausência de segurança no trabalho é transformada numa espécie de garantia de “liberdade” (Soeiro 2012: 105). Esta insegurança laboral provoca um alheamento e dificuldade no acesso aos direitos associados ao trabalho e também o medo de os reivindicar; além disto, a precariedade representa cada vez mais uma passagem obrigatória para quem entra na vida ativa, sendo, portanto, normal que os jovens a experienciem em maior medida (*ibidem*: 107-108; 111). Assim, a juventude atravessa um presente adverso pautado por múltiplas crises e, em simultâneo, perspetiva um futuro indecifrável que não controla, o que representa uma receita problemática e preocupante que impacta profundamente a dimensão existencial e ontológica das suas vidas (Carmo e Matias 2019: 73).

A diluição dos antigos laços coletivos comunitários e familiares, bem como da sua ritualização, e a tendência crescente para a individualização geram ainda mais consequências para a juventude, cujo estatuto tem vindo a prolongar-se no tempo, provocando um adiamento e talvez também uma recusa da condição de “adulto” (Estanque 2008: 14-15). Este prolongamento da adolescência traz consigo a formulação de novas categorizações como a adulez emergente e, somando-se a uma maior escolarização, ao desemprego, à precariedade, à alteração das referências políticas e à debilidade de projetos alternativos ao capitalismo produz também consequências na relação dos jovens com o ativismo e com a política (Soeiro 2012: 113-114). Para além destes constrangimentos à ação política jovem, Tiago Carvalho (2014: 670-671) analisa ainda o papel da classe nos protestos dos anos que se seguiram à Crise Financeira, mostrando como nos países europeus mais afetados pela mesma, os países do Sul e do Leste, as classes com menores recursos tiveram uma maior preponderância para uma participação política mais passiva, através do voto, ao passo que nas classes relacionadas com o capital cultural, as classes médias, a participação

³⁵ Citação adequada ao novo acordo ortográfico.

política era mais ativa, com mais ativistas mobilizados e ativos apartidários. Contudo, é também nestes países, como no Estado espanhol, na Irlanda, em Portugal e na Grécia que as pessoas mais se expressaram politicamente sob a forma de protesto e com uma maior intensidade (Vassalo e Ding 2016: 120; Lima e Artiles 2014: 144). Acresce também que, nesse período, os grupos com idades compreendidas entre os 16 e os 24 anos e entre 25 e 34 anos, apesar de revelarem uma menor participação nas eleições nacionais desses países, foram os grupos que mais participaram nos protestos de indignação cidadã e o seu principal catalisador foi sobretudo a exigência de justiça social nos seus países e, em menor peso, a questão da democracia real (Lima e Artiles 2014: 167-168).

Ser jovem, na atualidade, pode considerar-se uma categorização ou uma posição social de desvantagem ou até de subalternidade (Bowman 2020: 10-11). A sua participação política e as suas vozes estão em grande parte separadas da sua eficácia, isto é, quem descarta ou eleva as suas vozes e preocupações são os adultos (*ibidem*: 10). Tal condição é notória especialmente no contexto da crise climática eminente: “The clock is ticking, and the future for young people today will be largely decided by generations that will be gone before the most severe impacts of climate change are felt” (O’Brien, Selboe e Hayward 2018: 50). Este crescente fosso político entre gerações foi patente, entre outros exemplos, nos resultados eleitorais que deram a vitória a Donald Trump, nas eleições presidenciais de 2016, nos EUA, em que Bernie Sanders, o candidato mais votado entre a juventude, é derrotado, mas também ainda no mesmo ano, na vitória do *Brexit* no referendo britânico, contra a vontade da maioria da juventude (Pickard e Bessant 2018: 6). Apesar de ser um estudo elaborado antes do salto qualitativo das redes sociais e do seu papel mais preponderante na política, a partir de 2009, Coelho (2009: 361-362) explora a forma como a imprensa portuguesa discursa acerca dos jovens e afirma que, entre outros aspetos, as assimetrias de poder entre jovens e adultos resultam sobretudo do acesso privilegiado à imprensa, ou seja, da ausência de controlo das possibilidades de ação discursiva mediática, por parte dos jovens. O seu acesso enquanto protagonistas ou enquanto referências ao discurso jornalístico é então limitado, sendo um discurso hegemonicamente ancorado nos adultos (*ibidem*: 375). Para receberem um tratamento positivo por parte da imprensa, é necessário aos jovens terem comportamentos profissionais excecionais ou serem jovens estrelas mediáticas pois, embora estejam presentes em notícias iniciativas políticas próprias de auto-organização, investigação e outras, estas não merecem um grande destaque (*ibidem*). A juventude é então, em grande medida, vista como

desinteressada por questões políticas devido aos estereótipos que a afetam, sobretudo quando associadas a outras variáveis como a raça, a etnia, o gênero, a classe social e as suas identidades e orientações sexuais (Viola 2020: 191).

(...) A ênfase na ideia de que os jovens têm ou causam problemas, de que são pouco autônomos, e a exclusão do que podem ser problemas *para* os jovens (e não problemas *dos* jovens) podem intensificar os processos de categorização negativa, acentuando as diferenciações simbólicas entre quem aparentemente subverte e quem se diz atingido, e não dão espaço para interrogações sobre o modo como os sistemas educativo, de formação profissional e produtivo influenciam os diversos processos de transição dos jovens. Também não restituem a complexidade das situações sociais concretas nem possibilitam a escuta, a participação, suscitando mesmo incompreensão e possíveis efeitos de ricochete. Cabe então perguntar: serão mais perigosos os jovens ou a sua marginalização discursiva? (...) (Coelho 2009: 375-376)

Para a juventude atual, a distinção entre o estar *online* e *offline* pode já não ser uma necessidade, visto que o mundo digital é para eles uma grande parte da sua realidade quotidiana e um meio frequente onde se desenrolam as suas interações diárias com os seus pares e com o mundo político, sendo uma fonte importante de informação, de partilha e de participação social e política (Viola 2020: 59; 190). Para além da importância dos meios digitais para a construção da subjetivação política dos jovens, ou seja, para a sua politização e identificação com a política, Castro e Mattos (2009: 804-805; 796) apontam que as principais instituições responsáveis por este processo são a família e a escola, nomeadamente na identificação com professores e colegas. No entanto, acrescentam a importância crescente de formas de associação e organização juvenil, como movimentos sociais, coletivos, partidos e associações, e das redes de contactos e amizades que se produzem nestes contextos, para a sua aproximação à política; ainda assim, admitem existirem pontos de retorno e de inflexão e não apenas de avanço (*ibidem*: 819-820). A sua dedicação ao ativismo e à militância política pode também significar perdas em relação às suas vidas pessoais, devido aos custos a nível de tempo e energia, encontrando-se sujeitos a críticas de familiares, das suas amizades e pessoas mais próximas, já que em comparação com o investimento nestas atividades coletivas, as relações pessoais de amizade ou de afeto, o estudo ou o trabalho deixam de constituir as questões centrais da vida do jovem, representando um conflito potencial entre

diversas demandas que podem resultar num afastamento da vida política, ainda que temporário (*ibidem*: 812-813).

Apesar das instituições educativas serem locais importantes para a formação cívica e política da juventude, o seu papel nesse campo é, porém, um tema que provoca desacordo na opinião e no discurso públicos (Viola 2020: 193). É frequente, porém que, no contexto do ensino superior, os jovens se aproximem mais do universo político, contudo, tal não se deve tanto à sua aprendizagem nas salas de aula e nas bibliotecas, apesar da sua forte contribuição, mas sim às suas experiências fora e em torno da universidade (Estanque 2008: 13). O atual contexto universitário afigura-se, de acordo com Bill Readings (1999: 2), como um lugar cuja função social, ou natureza, se perdeu ou perdeu a sua clareza. Caminha para se tornar numa instituição distinta, desligada do destino dos estados-nação enquanto produtora, protetora ou promotora de uma determinada ideia de cultura nacional (*ibidem*: 3). O processo de globalização económica trouxe consigo o declínio relativo do estado-nação enquanto primeira instância da reprodução do capital pelo mundo (*ibidem*). Seguindo uma direção cada vez mais independente ou autónoma, a universidade assemelha-se progressivamente a uma corporação transnacional burocrática e, quando não funciona de forma totalmente independente, associa-se cada vez mais a instâncias de governo transnacionais como a UE (*ibidem*). Estudantes e suas famílias relacionam-se com a universidade enquanto consumidores, devendo-se a uma transformação paulatina da universidade contemporânea, de braço ideológico do Estado em uma corporação orientada para o consumidor, notório até mesmo nas instituições que, em larga medida, são financiadas pelo estado-nação (*ibidem*: 11).

O contexto universitário da cidade de Coimbra, onde se desenrola esta investigação, é particular pois, embora tenha sido palco de fortes experiências históricas de lutas estudantis nos anos 60, tal período foi incorporado nas tradições académicas e remetido para um plano secundário, predominando tradições ritualísticas e festivas, como o uso do traje e a *praxe* académica,³⁶ que remontam ao passado eclesiástico e elitista da Universidade de Coimbra (UC), reproduzindo relações de poder e hierarquias entre os alunos (Estanque 2008: 16). Estas tradições

³⁶ A *praxe* académica é um conjunto de tradições, baseada em rituais, códigos e provas aplicadas por estudantes “praxistas” mais velhos, aos mais novos, enquanto forma de integração na vida universitária. No contexto de Coimbra representa uma dimensão importante para a construção identitária estudantil e participa também na estruturação de culturas de irreverência na cidade, embora persistam nestas práticas atos de violência, e linguagens e comportamentos machistas que são raramente denunciados ou sujeitos a resistência (Estanque 2008: 16-17; 22-23).

estão associadas com uma exaltação de um estatuto de superioridade baseado no conhecimento e na sabedoria, numa antiga separação cultural elitista que eleva a universidade sobre a cidade, através de símbolos, códigos, ritos e provas a serem aplicadas aos mais novos que pretendem integrar-se junto dos colegas e que têm por base os próprios rituais de passagem e de transição entre etapas académicas, promovidas pela própria instituição (*ibidem*: 18). Porém, apesar da forte influência desta face mais tradicionalista e promotora do consumismo, esta convive também com modos de vida subversivos e transgressivos provenientes de círculos sociais mais próximos às Repúblicas de estudantes,³⁷ embora esta convivência seja marcada por tensões e conflitos, já que muitas destas casas comunitárias são organizações ativistas e posicionam-se contra a existência da *praxe* e contra o sexismo que pauta as suas práticas (*ibidem*: 16-22).

A massa estudantil de Coimbra é caracterizada sobretudo pela sua pluralidade e heterogeneidade e, apesar dos alunos serem originários de vários pontos de Portugal continental e das ilhas, provêm hegemonicamente da região Centro do país ou vivem na cidade com as suas famílias (*ibidem*: 36). Assim, e apesar da proximidade geográfica, os estudantes, que na sua larga maioria vivem fora da cidade, têm tendência a visitar semanalmente as suas famílias aos fins de semana, frequentemente saindo da cidade às sextas-feiras para regressarem aos domingos ou segundas-feiras, o que representa um vínculo e uma fixação mais superficial à cidade e às identidades de grupo que nela se formam e, conseqüentemente, um entrave à organização e luta política (*ibidem*). A cidade torna-se um lugar de passagem durante períodos de três ou cinco anos, habitualmente, e a continuidade de projetos e organizações culturais e políticas é comprometida. Estas barreiras resultam numa comunidade universitária pouco politizada e dispersa e as minorias politizadas tendem a fechar-se em círculos restritos e a prosseguir numa tendência de afastamento da restante comunidade estudantil, um fenómeno que ocorre, por exemplo, com as Repúblicas (*ibidem*: 37). Para além disto, as estruturas associativas, nomeadamente a Associação Académica de Coimbra (AAC), são conotadas hegemonicamente com o jogo político e com a formação de futuras elites políticas, conduzindo a um elevado ceticismo relativamente aos interesses pessoais de dirigentes associativos e a uma ausência de participação significativa nas atividades associativas

³⁷ As Repúblicas são casas comunitárias de habitação estudantil e de antigos estudantes, que constituem espaços de convívio, culturas alternativas e formas de autogestão, e que tiveram um papel importante nas várias lutas estudantis da cidade, pois são espaços informais particularmente ativos e politizados relativamente à restante massa estudantil (Estanque 2008: 20), já que são casas que se articulam e se organizam entre si, através de órgãos como o Conselho de Repúblicas ou a Assembleia de Repúblicas.

e nos atos eleitorais, o que, de acordo com o autor, reflete as tendências gerais das democracias ocidentais (*ibidem*: 37-38; 35). Além dos fatores enunciados, acresce a importância da participação política ativa de estudantes internacionais que, embora permaneçam apenas durante alguns anos na cidade, não se deslocam semanalmente para visitarem as suas famílias, vivendo a cidade de uma forma mais plena, para além de introduzirem novas práticas e propostas aos movimentos sociais em Coimbra, fruto das suas experiências políticas nos seus países de origem, destacando-se principalmente estudantes do Brasil, de outros países da América Latina e de Itália. É relevante ainda a distinção entre estes estudantes internacionais e estudantes de Erasmus, pois os últimos experienciam uma estadia mais curta na cidade, são mais residuais e concentram-se sobretudo em comunidades mais fechadas, frequentemente dissociadas da restante comunidade estudantil nacional.

3.2. A crise climática e o surgimento da GCE

O ano que precede o trabalho de campo que informa esta dissertação é marcado por diversos avisos e ameaças de catástrofes climáticas eminentes e de extinções em massa, ilustradas de forma inegável pelos diversos fenómenos climáticos extremos que assolaram o planeta. Os furacões *Florence* e *Michael* nos EUA, os tufões *Jebi* e *Mangkhut* no Japão, e nas Filipinas e na China, respetivamente, o furacão *Leslie* na Península Ibérica, as cheias no Japão, na China e no Sul da Índia e as secas na Europa, na Argentina, Austrália e África do Sul. Tais fenómenos vieram materializar as preocupações da juventude e da comunidade científica, que alertam para os impactos devastadores da subida da temperatura global em 1.5°C, a ser atingida entre 2030 e 2052, caso não exista mudança no rumo da atividade humana (IPCC 2018). Em Portugal, no seguimento do terror dos incêndios de 2017 – os mais notórios sendo o de Pedrógão Grande em junho e os de outubro, no Norte e no Centro de Portugal – o maior incêndio europeu do ano 2018, o incêndio de Monchique, provoca a destruição de 27 mil hectares no Algarve.

Este ano, que é também berço da GCE é também um período em que diversos outros movimentos sociais emergem ou tomam forma nas ruas.³⁸ É numa sexta-feira de agosto de 2018, que Greta Thunberg se senta sozinha em frente ao parlamento sueco com um cartaz que diz

³⁸ Destaca-se também lutas ambientalistas como as ocupações da floresta de *Hambach* na Alemanha, contra a desflorestação e os protestos contra a exploração petrolífera na *Bayou Bridge Pipeline*, com uma ocupação por parte do movimento *L'eau Est La Vie*.

“*Skolstrejk för klimatet*”,³⁹ e se torna numa referência em todo o mundo, numa gigantesca onda de partilhas nas redes sociais por parte de estudantes, jovens e diversos atores mediáticos, para futuras greves estudantis e ações de luta. Já no final de outubro, no Reino Unido nasce, a partir de um encontro entre ativistas e académicos, a organização ambientalista *Extinction Rebellion* (XR) que, à semelhança da GCE, pretende impelir a ação governamental para evitar uma catástrofe climática, através de métodos explícitos de desobediência civil não-violenta.

Em Portugal, estudantes de várias escolas do ensino básico e do secundário e também de instituições do ensino superior protestam por obras urgentes nas suas instalações e por mais financiamento,⁴⁰ relançando-se novamente também a luta contra as propinas e o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES).⁴¹ O movimento feminista sai à rua no dia 8 de março, pela segunda vez, em várias cidades do país, somando-se à convocatória da *Greve Internacional de Mulheres* e a polémica em torno dos acórdãos do juiz Neto de Moura, em torno de pareceres favoráveis a agressores em situações de violência doméstica, volta a resultar em protestos feministas à semelhança do ano anterior.

A primeira metade do ano de 2019, que vê nascer a GCEC, assim como as primeiras mobilizações internacionais em massa do movimento, inicia-se com os incêndios na Amazônia que se mantêm ativos até outubro do mesmo ano, consumindo 906 mil hectares de floresta e com as cheias na Argentina, no Uruguai e na Austrália. A tempestade *Eberhard* assola a Europa e a 15 de março, coincidindo com a primeira greve climática mundial, o ciclone *Idai* atinge o Sul de África e causa cheias devastadoras na Beira e no Dondo, em Moçambique. Entre março e junho, o Centro Oeste e o Sul dos EUA é atingido por cheias, assim como o Irão. No mês de maio, as eleições europeias dominam o debate público europeu e o ciclone *Fani* atinge duramente a Índia e o Bangladesh.

A meio do mês de janeiro, nos EUA, a primeira *Indigenous People's March* luta pelo fim das alterações climáticas e do assassinato e desaparecimento sistemático de mulheres indígenas, do tráfico humano e sexual, da brutalidade policial contra nativos americanos, e reivindica a

³⁹ *School strike for climate*, ou greve às aulas pelo clima.

⁴⁰ A Escola Secundária José Falcão em Coimbra protesta por obras e investimento na escola, com a sua associação de estudantes a organizar um cordão humano em torno da instituição e, após a passagem da tempestade *Leslie*, mais escolas são somadas a esta reivindicação, incluindo estudantes de arquitetura do Departamento de Arquitetura da UC, devido aos destroços provocados pelo fenómeno climático.

⁴¹ Em Coimbra o movimento estudantil ressurgiu com uma nova mobilização pela “propina zero” e pela revisão do RJIES, por parte da AAC e pela *Associação de Pesquisadores e Estudantes Brasileiros em Coimbra* (APEB).

proteção das suas terras.⁴² Em Portugal, o início de janeiro é marcado pela manifestação de moradores do Bairro da Jamaica contra o racismo e a violência policial.⁴³ Inclusive, no final deste mês, forma-se também a GCEC e começa a mobilizar para a primeira greve, o 15M. Em Coimbra, no dia 14 de fevereiro, a *UMAR Coimbra*⁴⁴ e a *Rede 8 de Março*⁴⁵ organizam uma concentração feminista para alertar para o crescente número de feminicídios em todo o país que, no segundo mês do ano, já vitimavam nove mulheres e uma criança. Ainda em Coimbra, no dia 27 do mesmo mês, é realizada uma manifestação antifascista na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC), em resposta a uma mobilização e a ameaças por parte do partido nacionalista PNR (Partido Nacional Renovador) à integridade física de Jean Wyllys.⁴⁶ Ainda antes do 15M, o movimento feminista sai à rua novamente, no 8M, em Coimbra, subdividindo-se em dois blocos, um deles afeto à *Rede 8 de Março*, que inclui participantes de partidos de esquerda, e um outro bloco autónomo relativamente a partidos, por parte da *UMAR Coimbra* e da *Assembleia Feminista de Coimbra*,⁴⁷ num bloco autointitulado “Nem marido, nem partido”. No âmbito da mobilização para o 15M, a GCEC organiza diversas reuniões e iniciativas, como palestras em escolas e faculdades e distribuição de panfletos (ver Anexo 1.) em escolas, realizando no dia 11 de março uma oficina de cartazes na sede da SDDH⁴⁸. De acordo com os dados da GCE, a nível internacional, a primeira greve climática estudantil de 15M mobiliza mais de dois milhões de participantes, dispersos em 2602 ações, manifestações ou greves, em 134 países. Até à segunda greve climática, o 24M, são ainda organizadas pela GCEC mais atividades de mobilização como uma limpeza e recolha de lixo do Parque Verde e do rio Mondego, posteriormente exposto, temporariamente, em frente à Câmara Municipal de Coimbra (CMC), bem como uma outra oficina de cartazes, na véspera da greve, desta vez nas Escadas Monumentais, entre vários outros eventos.

⁴² Destaca-se também os protestos no âmbito da “*Earth Strike*” a 15 de janeiro, e o anúncio de uma greve geral para o dia 27 de setembro, onde já colaboram com a GCE e a XR.

⁴³ Uma das primeiras manifestações antirracistas em Portugal.

⁴⁴ Núcleo de Coimbra da União de Mulheres Alternativa e Resposta, tratando-se de uma associação feminista de intervenção e ação na zona centro do país.

⁴⁵ Plataforma que reúne pessoas singulares e diversas associações feministas, antirracistas, LGBT e de imigrantes para a construção da Greve Feminista Internacional de 8 de março em Portugal.

⁴⁶ Deputado brasileiro e LGBT do PSOL, orador de uma conferência dentro das instalações da FEUC. Esta ação mobilizou centenas de estudantes em defesa do deputado e em prol de espaços universitários seguros e livres do fascismo, formando-se, no final, a *Plataforma Antifascista de Coimbra*.

⁴⁷ Coletivo feminista heterogéneo e aberto contra todas as formas de opressão e exploração, nomeadamente o sexismo e a LGBT fobia.

⁴⁸ Uma das dezasseis seções culturais da AAC, fundada em torno da promoção e sensibilização acerca de diversas temáticas em torno dos direitos humanos.

O movimento LGBTQ+ em Coimbra realiza, a 17 de maio, através da *PATH – Plataforma Anti Transfobia e Homofobia de Coimbra*,⁴⁹ a sua décima marcha contra a homofobia e transfobia. No dia 18 de maio, no âmbito ainda da mobilização para o 24M, o SE lança um apelo financeiro nas redes sociais para a construção da greve, nomeadamente para a divulgação da ação nos meios digitais, mas também para a impressão de panfletos e cartazes a serem colocados, sobretudo em Lisboa, o principal centro de atividade do coletivo, onde se encontra a maioria dos membros. A segunda greve climática internacional, o 24M, é bastante mais reduzida do que a primeira e mobiliza, a nível global, um pouco mais de setecentos mil participantes através de 2381 ações em 127 países diferentes.

3.3. A Greve Climática Estudantil em Coimbra: ação e construção

A GCEC é uma seção regional da GCE, um movimento social transnacional pela justiça climática. À luz da caracterização de Blumer (1995), a GCEC pode ser considerada um movimento social específico e reformista, integrada no movimento genérico ambientalista que engloba as várias vertentes dos movimentos ecologistas e pela justiça climática. Tendo em conta o período de trabalho de campo que esta investigação reflete, de fevereiro a junho de 2019, a GCEC encontra-se numa fase intermédia de desenvolvimento entre o que Blumer (1995) entende como fase de excitação popular e fase de formalização, pois, apesar de existirem lideranças com papéis e regras definidas, estes não são papéis oficiais e a liderança não é de uma natureza estadista, no sentido em que não é formalmente eleita e a sua legitimidade prende-se essencialmente com o seu papel pioneiro e de atividade na fundação e na construção do movimento. Referindo-se à forma como a comunicação funciona de forma fluida, sem “(...) qualquer tipo de divergência, problema, alteração, picardia, choque de personalidades (...)”, Diogo, com 19 anos de idade e um dos três membros pioneiros em Coimbra, salienta a simpatia e amizade que existe entre todos, assim como o caráter voluntário da participação no coletivo:

(...) E nós começámos isto de Coimbra assim um bocadinho a medo, éramos só três e precisávamos de mais gente. «Quem é que quer?». Vamos tentar integrá-los, e nenhuma adição foi prejudicial ao grupo, foi toda a gente útil para o funcionamento do mesmo e

⁴⁹ Plataforma criada para combater e sensibilizar relativamente à discriminação baseada na orientação sexual e na identidade de género.

fomos sempre encontrando pessoas no caminho, que foram pessoas úteis. Não que houvesse um mecanismo de seleção de pessoas para poderem entrar, era só «Olha, estás interessado? Eu envio-te já o link.» [para o grupo de *Whatsapp*] Foi sempre assim. (...) Enfim, tem sido muito assim, uma dinâmica tão boa, que quase parece um grupo de amigos, estranhamente. Estranhamente porque não foi propositado ter acontecido desta forma. Se fosse propositado ou fabricado, se calhar não existiria, (...) [Entrevista a Diogo, 22 de maio de 2019].

A Raquel, também com 19 anos e pioneira do grupo, acrescenta que o seu papel “(...) é um bocado de pastor. Porque o pastor não lidera, o pastor está lá e só se certifica que as ovelhinhas não se dispersam, estás a ver? Acho que o meu papel é mais esse, porque eu não mando nada, (...)”, sublinhando que se sente responsável pelo grupo “(...) por estar há mais tempo e por estar em contacto com o nacional, acho que sinto também assim uma obrigação, tipo, ninguém ma deu, mas é mais uma responsabilidade (...)” [Entrevista a Raquel, 23 de maio de 2019]. A GCEC caracteriza-se assim, por uma liderança informal que representa sobretudo responsabilidades enquanto elo de comunicação com a coordenação nacional, que por sua vez comunica com a organização internacional, tratando também de gerir a coesão do grupo para que se mantenha fiel à ação da organização internacional, como explica o Diogo, “(...) temos uma ideia por trás, temos um nome por trás e não podemos fugir muito daí (...)”, pautando-se por um esforço de horizontalidade e transparência na comunicação entre o grupo local e nacional – “(...) eu, a Raquel e a Cátia tentámos ao máximo ser transparentes e que ninguém sentisse, acho que com sucesso, que estávamos acima de alguém e acho que isso acaba por ser a chave. (...)” [Entrevista a Diogo, 22 de maio de 2019]. A Raquel explica também como a organização e a estrutura comunicativa entre seções acabou por refletir limitações da própria estrutura das redes sociais – “(...) Pode parecer um sistema piramidal, mas é só porque, primeiro, seria uma confusão de outra maneira ou então porque o *Whatsapp* não aguenta com tanta gente, porque tem um limite acho que de 115 pessoas, (...)” [Entrevista a Raquel, 23 de maio de 2019] –, havendo então a necessidade de uma subdivisão de cada seção local e da coordenação nacional em grupos distintos no *Whatsapp*.

A GCEC organiza-se, assim, em torno de uma distribuição de funções, papéis e grupos de trabalho com base na disponibilidade, preferências, capacidade e, sobretudo, na disposição voluntária dos seus membros, como afirma a Cátia, com 20 anos de idade e também pioneira do movimento em Coimbra: “(...) Pessoas que, se calhar, estão mais a par da comunicação social,

pessoas que têm mais jeito para palestras... Acho que é um bocado por aí, acabamos por nos integrar numa espécie de papel, apesar de não ser uma coisa oficial. (...)” [Entrevista a Cátia, 7 de junho de 2019]. Para o Tiago, de 19 anos, contudo, esta divisão em grupos de trabalho, constitui um entrave pois, “(...) eu sinto que embora esteja no grupo de falar com a comunicação social, eu acho que devíamos ser mais polivalentes nas abordagens, sabes? Eu gosto de me encarar assim, porque sinto que consigo fazer um pouco de tudo, então pronto...” [Entrevista a Tiago, 29 de maio de 2019]. Porém, apesar dos grupos de trabalho, a maioria dos membros de base, como a Ana, com 21 anos, assume cumprir papéis flexíveis, valorizando-se qualquer forma de participação – “Supostamente sou mais uma, não é? Não tenho assim nenhum papel importante, mas acho que passa por isso mesmo, não é? (...)” [Entrevista a Ana, 4 de junho de 2019].

O quotidiano da organização e da comunicação interna da GCEC assenta no grupo de *Whatsapp* que reúne todos os seus ativistas e constitui-se como uma vantagem no sentido em que “(...) é direto, é rápido e é no momento. Se surge uma ideia, já estamos todos a falar uns com os outros e, como tem a opção de responder diretamente, é fácil perceber quem está a falar com quem. (...)” [Entrevista a Ana, 4 de junho de 2019]. Apesar da conveniência desta ferramenta, Maria, com 20 anos de idade, revela não conseguir acompanhar as conversas e discussões, tendo contribuído para um afastamento da sua participação ao denotar que a organização através do *Whatsapp* não lhe permite estabelecer um compromisso tão forte quando comparado com uma maior frequência de reuniões:

(...) Eu começo a ler, depois ‘tá alguém a conversar, depois aquilo puxa tudo para baixo e eu puxo tudo para cima... Não dá. [Ri-se] Eu acho que elas não querem fazer isso, porque é uma coisa voluntária, mas elas deviam começar a exigir mais de nós, tipo compromisso. Tipo olha, vamos fazer uma reunião e venham. Assim meio que, eu mesma, perdi um bocado de interesse a meio porque eu achei que parecia mais uma coisa de miúdos de secundário a tentar fazer alguma coisa pelo ambiente, e nós já não somos propriamente miúdos do secundário a tentar fazer alguma coisa pelo ambiente. (...) [Entrevista a Maria, 18 de junho de 2019]

Dadas as circunstâncias que Estanque (2008) identifica, relativamente à particularidade de os estudantes universitários em Coimbra visitarem frequentemente as suas famílias ao fim de semana, a marcação de reuniões torna-se um desafio, para além de limitar a participação do público

universitário nas greves – “(...) há muitos deslocados e há muitos que vão para as suas casas às sextas-feiras, portanto, das duas uma, ou estão a ir para casa ou já foram para casa, porque há muitos que costumam ir na quinta-feira à noite. (...)” [Entrevista a Diogo, 22 de maio de 2019]. De forma a contornarem estes obstáculos às reuniões, a GCEC opta então, sobretudo, por sondar a disponibilidade de cada membro e realiza a maioria das reuniões à distância, através do *Zoom*. Porém, a Sofia, com 19 anos, tal como a Maria, vê como insuficiente a frequência das reuniões e, apesar das limitações, preferia que estas fossem presenciais – “(...) Eu entrei e só reunimos uma vez e foi por videochamada. Eu acho que estarmos com as pessoas e metermos em cima da mesa ideias que as pessoas tenham dá muito mais fruto do que estarmos a falar por aí. (...)” [Entrevista a Sofia, 29 de maio de 2019].

De facto, as limitações com base na gestão da vida pessoal, escolar e universitária, são os principais problemas apontados pelos ativistas, quer para a sua participação, quer para a participação de estudantes universitários nas ações, novamente corroborando a análise de Estanque (2008), acrescentando-se, no caso do 24M, a aproximação da época de exames, um entrave transversal aos dois principais públicos que pretendem mobilizar, estudantes do ensino secundário e do ensino superior. Cátia aponta para a sua situação pessoal e para o facto de a opinião pública desvalorizar e desconhecer o esforço que está por detrás destas iniciativas – “(...) A minha sorte ou o meu azar, este semestre, é que vou ter tudo por exames, então durante o semestre fui tendo tempo livre, agora estou aqui a morrer, mas acho que as pessoas não têm noção das horas perdidas. (...)” [Entrevista a Cátia, 7 de junho de 2019]. Este conflito entre o tempo dedicado ao ativismo e à vida pessoal, como Castro e Mattos (2009) descrevem, resulta em elevados custos psicológicos – “(...) a um nível mais pessoal, foi muito trabalho, muito mesmo, e tive um esgotamento. Tentar gerir até que ponto podemos dar o máximo que conseguimos sem nos prejudicar pessoalmente... Claro que voltaria a fazer tudo novamente porque sou assim, (...)” [Entrevista a Diogo, 22 de maio de 2019]. Para além destas consequências, produz também um sentimento de frustração em quem dá prioridade aos estudos, como o Tiago, quando questionado acerca do seu papel na organização:

Eu por acaso sinto-me bué desiludido. Na primeira manifestação éramos muito poucos, não tínhamos maneira de fazer tudo. Porque lá está, não havia essa cena de nos dividirmos por grupos. Então ou alguém fazia ou ninguém fazia, esse é que era o ponto. E eu sinto que, ou era por ter tempo livre adicional, eu sinto que consegui ser muito mais produtivo

na primeira. Nesta, como eu deixei as cadeiras todas para o final, sinto que comecei a participar muito menos. (...) [Entrevista a Tiago, 29 de maio de 2019]

Os horários das greves foram marcados para o período da manhã, a nível nacional, para as 10h30 no 15M, e para as 10h no 24M, de forma a ser mais adequado ao público mais novo, dos segundos e terceiros ciclos do ensino básico. No entanto, para os estudantes do ensino superior, o horário apresentou-se como uma barreira – “(...) No dia antes, existiram duas ocasiões, vá, duas festas anuais e que levaram muito pessoal que depois ficou até às não sei quantas da manhã e, no dia a seguir, essa malta não estava de pé. (...)” [Entrevista a Diogo, 22 de maio de 2019]; “(...) Sextas vêm a seguir às quintas académicas,⁵⁰ e isso não dá para mudar. (...)” [Entrevista a Raquel, 23 de maio de 2019].

Acrescentando-se a esta dificuldade de mobilização de estudantes do ensino superior – “(...) por muito irónico que possa ser, porque é a cidade dos estudantes [universitários], (...)” [Entrevista a Diogo, 22 de maio de 2019] –, pesam também as dificuldades em mobilizar os mais novos para a greve. Tal resulta do facto de que, nas escolas, alguns professores demonstram inflexibilidade no adiamento de testes e provas marcadas para os dias das mobilizações ou as direções escolares recusam justificar as faltas às aulas, apesar de alguns pais e encarregados de educação se organizarem através das suas associações para apoiar o movimento, incluindo alguns que se organizaram sob o nome *Parents for Future*, exercendo pressão sobre as escolas:

(...) Os pais têm sido absolutamente essenciais, sobretudo com os mais jovens, quer para o bem, quer para o mal. Até na Avelar Brotero que, o diretor, numa sexta-feira, estava a ameaçar com faltas injustificadas para toda a gente e, na quarta-feira seguinte, já estava assim mais ou menos. Houve até uma oficina de cartazes e, na sexta-feira a seguir, estava lá gente com falta justificada pelo próprio diretor na greve. Por isso, os pais, as associações de pais e até de estudantes, (...) têm sido absolutamente fundamentais. (...) [Entrevista a Raquel, 23 de maio de 2019]

Outros problemas apontados pelos ativistas prendem-se com a relação do movimento com os *media* e com a opinião pública generalizada, uma questão que será aprofundada no subcapítulo

⁵⁰ Devido às deslocações estudantis aos fins de semana, as quintas-feiras, principalmente, mas também as terças-feiras, são conhecidas por serem as noites em que os estudantes mais saem à noite, de forma quase ritualística, daí o termo “quintas académicas”.

3.5., porém, a Sofia explica também como esperava mais ações radicais e ações diretas, para além do método da greve – “(...) Admito que quando entrei para a greve pensava muito que íamos fazer esse tipo de atividades e fiquei um bocado dececionada por não se fazer, porque já estava pronta para ir. (...)” –, e sugere que tais iniciativas chamariam a atenção da comunidade estudantil para participar ou querer saber mais acerca das greves:

(...) Eu sei que isto pode ser um pouco mais rebelde, mas os *Extinction Rebellion* – tudo bem que não temos parcerias com eles porque eles são muito mais radicais – mas, digamos assim, havia certos atos que podíamos fazer assim mais da parte estudantil. Por exemplo, porque não invadir uma aula? Porque não? A dizer para se juntarem à greve. Se formos expulsos fomos, mas chamámos a atenção deles e que eles sabem que nós queremos que eles façam parte disto. (...) [Entrevista a Sofia, 29 de maio de 2019]

Ademais, Rod, com 22 anos, apela a um maior combate aos discursos desinformados relativamente às alterações climáticas, através de mais formações, junto das comunidades, acerca do tema:

(...) Então, acho necessário formações internas e também externas, a gente fazer algo que não seja só greve ou vigílias. Eu sei que existe um trabalho nas escolas que os meninos [companheiros(as) da GCEC] fazem, mas eu acho que tem de ser nas universidades, tem que ser nas comunidades, tem que ser na rua, sabe? Uma atividade que dialogue com a comunidade sobre questões. Tipo você sabe o que é mudanças climáticas? Sabe o que é clima? (...) [Entrevista a Rod, 12 de junho de 2019]

Para além disto, Rod defende, à luz da sua experiência no Brasil, uma construção coletiva das greves, reunindo movimentos sociais e laborais sob um único foco:

(...) Se se reunir e formar objetivo comum, com todas as diferenças – não é deixar de lado as diferenças e diversidades – é tentando conversar com elas. (...) E o que eu percebo lá no Brasil é que às vezes há um grupo de pessoas enorme, tipo, muitas instituições, movimentos sociais que se organizam para a greve, mas há uma perda de conectividade. Tipo, há uma perda de objetivo geral, uma perda, inclusivamente de objetivo específico, então é tipo assim, é todo o mundo com a sua pauta, é todo mundo muito segregado à sua luta, mas não tem nada que une, ou quando vai unir é um trabalho muito grande. Se não

está existindo esse esforço por nenhuma instituição ou nenhum movimento, eu acho que cabe aos estudantes chamar isso, sabe? Vamos reunir, pega um representante de cada um, vamos tentar reestruturar aqui como é que a gente vai fazer. Os cartazes têm de ter qual mensagem? Qual o objetivo que a gente quer passar? Então é assim, eu acho que a primeira coisa para dar certo é um grupo coeso, é o que eu falaria. [Entrevista a Rod, 12 de junho de 2019]

Esta perspectiva de Rod é mais próxima das estratégias de organização dos novíssimos movimentos sociais (ainda que não sejam homogêneos nesta matéria) e à sua construção a partir das bases, através de assembleias com a participação de diversas organizações. Contudo, difere na medida em que sugere a sua organização através de representantes ou delegados, assemelhando-se a um modelo plataformista ou frentista defendido por movimentos anarquistas e/ou marxistas, como a *Rede 8 de Março*, a *Plataforma Anti-Fundação* ou a *Plataforma Antifascista de Coimbra*, embora não estejam imunes a polémicas frequentes acerca de regras de votação e da participação de partidos parlamentares e/ou extra-parlamentares, e/ou movimentos “satélite” de partidos mais associados com a chamada “Nova Esquerda”,⁵¹ discussões que remontam a esse período dos movimentos ibéricos de indignação cidadã.

A manutenção e o controlo das reivindicações e do programa político original são preocupações transversais a qualquer organização política e, como anteriormente dito, a GCEC pauta-se pela defesa e coerência relativamente ao programa político da GCE. Desta forma, e somando-se às consequências da crise das democracias representativas e à crescente descrença e suspeita relativamente a partidos e sindicatos, como sublinha Van Vossolle (2015), a preocupação com as influências e com a associação a partidos manifesta-se na GCEC, tal como nos restantes novíssimos movimentos sociais. Admitindo apenas a participação a título individual de militantes partidários, rejeitam qualquer associação a partidos e possuem diferentes visões acerca do papel dos partidos na participação ou no apoio ao movimento. O Tiago defende que os partidos podem apoiar o movimento, “(...) mas a verdade é que o papel principal deles é chegarem à assembleia, darem a cara e dizer «Vamos mudar isto», «Isto está mal, os jovens sabem que está mal, por favor

⁵¹ “Nova Esquerda” ou “New Left” são partidos de esquerda como o Bloco de Esquerda, o *Unidas Podemos*, o *Syriza* ou os *Democratic Socialists of America*, que atuam nos movimentos sociais através de organizações “satélite”, um termo informal entre ativistas que se refere a coletivos e organizações criadas por tais partidos, que incluem outros ativistas para além de militantes partidários, contornando o sentimento anti partidário que é característico dos novíssimos movimentos sociais e que tendencialmente impede a sua participação.

vamos mudar». (...)” [Entrevista a Tiago, 29 de maio de 2019]. A Raquel aponta sobretudo para o apartidarismo como forma de mobilizar mais pessoas – “(...) acho que já somos brandos com algumas questões, por exemplo, eu acho, na questão do apartidarismo, que é importantíssima até para chamar pessoal, é inevitável que haja partidos que vão fazer bandeira da greve, e ainda bem (...)”, ao mesmo tempo demonstra uma postura defensiva face à intervenção partidária “(...) Mas lá está, também não podemos ter medo dos partidos, ou tanto dizer alguma coisa a favor deles como contra. (...)” [Entrevista a Raquel, 23 de maio de 2019]. O Diogo destaca também os custos que a associação com partidos traz à mobilização – “(...) Tem-nos custado algumas pessoas por nos associarem, por vezes, a alguns partidos, mas enfim, é um pouco incorreto e inglório para com o trabalho que todos nós temos tido e ter de começar isto absolutamente do zero. (...)” –, mas informa que, no movimento, “(...) Há um pouco de todos os partidos. E o nosso movimento não é necessariamente de nenhum deles, porque não o é de todo. (...)” [Entrevista a Diogo, 22 de maio de 2019].

Embora apenas permitam a participação de militantes individuais, existem, contudo, casos de tensão e de polémica com partidos e outros movimentos, nomeadamente uma situação que a Raquel descreve e que lhe fez perder a confiança política numa companheira de Lisboa:

(...) Tu sabes que houve um ato unilateral, que me magoou muito, de uma rapariga do BE em Lisboa. A *Climáximo*⁵² tem-nos ajudado desde o início e o João Camargo é do BE, mas tipo, não têm de estar as duas coisas necessariamente ligadas, até porque não têm estado. (...) Essa rapariga o que fez – ainda antes da greve já havia pessoas a acusar-nos de sermos financiados pelo BE – mas o *Esquerda.net* perguntou se queríamos fazer alguma entrevista, apesar deles dizerem que são um órgão de comunicação livre, nós pensámos que também teríamos que escrever para o *Abrilabril*, é a mesma coisa. Dizer que não tem necessariamente a ver com o BE, a partir do momento em que o logo é o mesmo... Dissemos que não, que apreciamos o apoio do BE e temos muito pessoal do BE nos grupos regionais a ajudar, mas essa rapariga foi a um comício do BE e no final estava lá o João Camargo e vira-se para ela – segundo o que ela conta – e pergunta-lhe se sempre quer fazer a entrevista. Ela liga à M [uma das coordenadoras nacionais] – tínhamos poucas semanas de vida, foi antes de 15 de março e nós só começámos no final de janeiro, ainda eramos

⁵² Coletivo ambientalista aberto, horizontal e anticapitalista.

muito verdinhos – ela explica que está com o João Camargo e que tem praticamente um microfone à frente da boca dela, que só precisava do sim da M para poder falar, e a M acabou por aceitar, já que estava ali, para o fazer. Só que já tinha havido uma votação para dizer que não. A votação esteve aberta durante cinco horas, havia mesmo um *link* do *Google*. (...) Sabia que se pusesse [a questão da entrevista] no [grupo] nacional, toda a gente lhe caía em cima. Se conhecesses a M, sabias do que eu estou a falar, ela é mais soft nessas cenas, e acabou a ligar-me a chorar a dizer que tinha comprometido o movimento. Há pessoas que não estão cá só com uma intenção. Perdi a confiança nela. [Entrevista a Raquel, 23 de maio de 2019]

Para além desta situação, ocorreram também fricções relativamente à minha própria organização, o SE, na mobilização para as greves e no decorrer do 15M, devido à distribuição de *flyers* com um programa próprio e ao lançamento de um apelo financeiro para a construção da greve climática estudantil de 24M, sem ter existido uma comunicação prévia à GCE, havendo o receio de que as reivindicações fossem associadas à organização nacional e local e, portanto, a necessidade de demarcação relativamente às ações e posições do SE:

(...) quando tenho que fazer algum comunicado à pressa ou uma cena de última hora, tipo aquela cena com o *Sindicato de Estudantes* – nós estamos na semana da greve, tipo já há teorias da conspiração com esta cena desde antes de dia 15 de março, temos ignorado, mas tipo, isto é flagrante, nós temos de dizer alguma coisa. Então fizemos um comunicado curtíssimo, tipo relâmpago e eu estava cheia de coisas para fazer, mas fiz e fui mandando ao nacional enquanto fazia. (...) [Entrevista a Raquel, 23 de maio de 2019]

Deu-se ainda o caso de situações de frustração devido a autocolantes distribuídos por militantes da Juventude Comunista Portuguesa (JCP), que foram colados em cartazes feitos nas oficinas, onde se lia “Capitalismo não é verde”. Apesar da tensão e suspeita relativamente a partidos, a GCE, no âmbito das eleições europeias, dialogou e discutiu propostas com representantes partidários, a fim de estabelecerem compromissos a nível programático.

Ainda de acordo com Blumer (1995) e como mencionado no início deste subcapítulo, o movimento pode também considerar-se reformista, no sentido em que apela à ação dos vários governos nacionais para combater as alterações climáticas, não assumindo uma responsabilidade

de mudança sistemática a partir de baixo – “(...) pode começar por baixo este movimento, mas a iniciativa de mudar vai ter de começar por cima. (...)” [Entrevista a Tiago, 29 de maio de 2019] –, procurando alterar áreas específicas da ordem social existente, como pela via legislativa – “(...) É um movimento que pretende mexer com a política, pretende alterar leis ou passar leis... (...)” [Entrevista a Cátia, 7 de junho de 2019] –, e através de políticas públicas,

(...), nós enquanto pessoas sozinhas não conseguimos mudar. Conseguimos mudar a nossa parte, mas, por exemplo, as indústrias, nós não podemos chegar lá e olha «Hora de acabar com os descarregamentos no rio» e não sei quê... Nós não podemos fazer isso, então pedimos a quem pode, ao governo e essas pessoas todas, que realmente façam alguma coisa. [Entrevista a Ana, 4 de junho de 2019]

A preocupação com a alteração de estilos de vida e hábitos de consumo individuais para o combate às alterações climáticas reflete também uma forma de aceitação de uma das premissas base do capitalismo, o consumismo, e conseqüentemente uma inclinação reformista. Porém, e como a Ana demonstra na anterior citação, os ativistas da GCEC não defendem este tipo de ação política individual como uma solução exclusiva, nem acreditam na sua eficácia dissociada de ações coletivas. Pelo contrário, apontam para a sua importância enquanto exemplo a seguir, que pode também partir de “baixo”, e não como uma norma a ser aplicada universalmente a partir de “cima”, em mudanças individuais que podem contribuir para transformações culturais coletivas mais amplas, como reforça a Sofia: “(...) O consumo e tudo nesta comunidade é super complicado, mas é a tal coisa, mesmo sendo a minoria, essa minoria já consegue fazer mudanças e agrupar outras pessoas e fazerem outras mudanças de vida. (...)” [Entrevista a Sofia, 29 de maio de 2019]. A Luciana, com 21 anos, também critica soluções individuais como insuficientes, dizendo que, embora as pessoas estejam a alterar, por exemplo, as suas dietas, “(...) Mudando hábito ou começando a fazer a triagem do lixo e assim, mas, no fundo, no fundo, essas ações, claro, feitas por milhões impactam super, mas não são as ações que precisavam ser mais imediatas, acho... (...)” [Entrevista a Luciana, 12 de junho de 2019]. A Raquel, demonstrando a importância que as mudanças de hábitos tiveram para a sua consciencialização ambiental, tema que aprofundo no capítulo IV, expõe que estas mudanças individuais têm de ser acompanhadas de intervenções governamentais para que uma transformação realmente se materialize:

(...) comecei a perceber que realmente eu podia fazer a minha parte e podia mostrar aos outros o que fazia. Não do tipo, «Olha, eu faço isto, por isso faz também porque senão vais matar o planeta», porque isso não resulta, não é? Se bem que às vezes dá vontade, mas lá está, o *lead by example* resulta mais, só que há muita gente que julga que é só deixar de usar a palhinha e que, de repente, vai ficar tudo bem. Tipo, todas as focas no mundo vão voltar a povoar o oceano, as tartarugas vão estar em altas... Tipo, não, não é? A Greta apareceu depois e eu tive conhecimento depois que cada ajuda que eu posso dar é impagável. Ainda bem que o faço e vou continuar e vou arranjar maneiras de me superar, mas apesar de tudo sou pequenina e a mudança também tem de vir de cima. (...) [Entrevista a Raquel, 23 de maio de 2019]

A 13 de março do ano de 2020, dezoito membros da GCEC, incluindo eu, assinam um comunicado com vista à dissolução da organização em Coimbra. Os motivos passam por uma perceção, por parte da secção de Coimbra, de que a mensagem e os princípios basilares da GCEC haviam sido gradualmente alterados, a par de problemas detetados a nível da comunicação interna, tanto entre regiões como entre o próprio movimento e o exterior. Assim, na ótica da GCEC, a progressiva verticalização do movimento, assim como a sua centralização na região de Lisboa, comprometeram a transparência nas tomadas de decisão, denotando-se um desrespeito quanto a decisões tomadas em reuniões, assim como um silenciamento de observações e propostas de outras secções regionais, nomeadamente da GCEC. Para além destes motivos, existe também dissenso quanto à forma como o movimento deve obter o seu financiamento e uma desconfiança crescente também sobre o movimento internacional, mais concretamente sobre a figura da própria Greta Thunberg, cujos boatos e atitudes de autopromoção, começam a produzir suspeitas relativamente aos seus interesses e intenções reais.⁵³ Após esta cisão e dissolução, a atual secção em Coimbra é, assim, composta por novos membros.

3.4. As greves estudantis pelo clima em Coimbra: 15M e 24M

⁵³ Tal desconfiança deve-se, em parte, à assumida intenção de Greta Thunberg, de patentear o *#FridaysForFuture*, assim como da institucionalização do movimento através da criação de uma fundação sem fins lucrativos, juntamente com a sua família, para o tratamento da sua vertente financeira (“Greta Thunberg to trademark ‘Fridays for Future’”, BBC News 2020, 30 de janeiro).

As greves climáticas de 15M e de 24M são exemplos claros do caráter performativo intenso da tomada das ruas e do espaço público, por parte dos novíssimos movimentos sociais, que Paulo Raposo (2017) destaca. As concentrações e manifestações constituem-se, assim, como espaços de criatividade e de improviso, bem demonstrados pela multidão juvenil e infantil que a preenchem, representando ao mesmo tempo espaços de convívio e de partilha identitária, por vezes, com um caráter festivo, onde em grande medida estes jovens exprimem pela primeira vez os seus anseios, emoções e reivindicações de uma forma coletiva. Estas ações representam, assim, um primeiro contacto com a política para muitos jovens, sendo relevante salientar este papel das emoções e do caráter solidário que pautam estas experiências comuns (Seixas 2005), pois terão certamente um peso na forma como estes jovens se relacionarão com a política no futuro, marcando fortemente as suas identidades e as suas crenças e contribuindo para o desenvolvimento do *esprit de corps*, que consolida o movimento (Blumer 1995).

Enfatizam-se, assim, as duas primeiras greves, que apresento com base nas notas de campo produzidas durante e posteriormente às ações em Coimbra, começando com a greve e concentração de 15M:

O céu limpo revela o Sol bem alto e intenso, que aquece a cidade de uma forma pouco habitual para o que se espera de uma manhã do mês de março, demonstrando ser um bom dia para adereçar a importância das alterações climáticas. São dez e meia quando dobro a esquina da CMC, em direção à Praça 8 de Maio, onde ficou marcada a concentração que já se faz ouvir. Seguro o *smartphone* na minha mão de forma a poder tirar fotografias e gravar notas em áudio, sempre que necessário. Junto à CMC, está um grupo de estudantes do ensino secundário de Cantanhede, uns sentados no selim das suas bicicletas, que usaram para se deslocar até à cidade, outros sentados no chão, alinhados como numa fotografia de turma, juntamente com alguns professores e adultos (ver Figura 1.). De mochila às costas e capacetes de ciclismo, os alunos seguram cartazes na mão onde se lê “Pedalar para mudar!”, “Não à inação!”, e uma faixa produzida com um lençol branco, lendo-se “*There is no Planet B*”. Cartazes pintados e desenhados à mão, feitos com pedaços de cartão castanho reutilizado e cartolinas de várias cores dominam a estética da multidão que se estende desde a CMC à outra ponta da Praça 8 de Maio. Junto à CMC, quase escondida entre os manifestantes, encontra-se uma pequena instalação feita de três caixas de cartão empilhadas, com fotografias de lixo espalhado em vários pontos da cidade (ver Figura 2.).

O mar de pessoas compõe-se, sobretudo, de crianças e adolescentes, mas também pessoas de várias idades, pais, avós, professores, polícias e restantes curiosos que abrandam a marcha do seu quotidiano para ver, filmar ou fotografar o acontecimento. Fazem-se ouvir vozes e cânticos de diversos grupos, de forma improvisada e descoordenada.

Estão presentes quase quatro centenas de pessoas, que formam vários grupos dispersos entre turmas, escolas e organizações, com as companheiras e companheiros da GCEC destacados mesmo em frente à porta de entrada da CMC, voltados de frente para a restante concentração. Uma faixa da GCEC onde se lê “mudem o sistema não o Clima #Fazpeloclima”, e vários cartões e cartolinas são colocados no chão à frente dos elementos da GCEC e forma-se rapidamente um pequeno círculo à sua volta, à medida que os e as ativistas da GCEC começam a gritar e cantar palavras de ordem e cânticos ao megafone. Ouvem-se palavras de ordem como “a greve unida jamais será vencida”, “mudar o sistema, não o clima”, “não brinquem com o futuro, não queremos o furo”, “o nosso planeta, o lucro deles”, “nós somos o século XXI”, e cânticos como “ó, sr. Ministro, explique, por favor, porque é que no inverno ainda faz calor” ou “eu sei bem e quero dizer, que o globo está a aquecer, há medidas a tomar e o governo a brincar”. Distribuem-se “cancioneiros” para que os participantes possam acompanhar os cânticos (ver Anexo 2.). Os cartazes erguidos de alto abaixo provocam um efeito que, devido à grande diferença entre as alturas dos manifestantes, assim como à necessidade de manter o anonimato para alguns dos mais novos, por questões de segurança face à sua exposição em público, assemelha-se às famosas formações tartaruga que associamos aos centuriões romanos, com cartazes ao invés de escudos (ver Figura 3.).

Cumprimento e comento com as companheiras e companheiros da GCEC o facto de a mobilização estar a ser um sucesso, estando presentes, no momento, perto de um milhar de pessoas. Deslocamo-nos para junto da pequena fonte circular que se encontra no centro da Praça 8 de Maio para alguém ler o manifesto da greve, já que a fonte se eleva acima do chão através de dois degraus. A faixa da GCEC e alguns cartazes e cartolinas são transportados e colocados no chão novamente, desta vez em frente à fonte, e a multidão volta a concentrar-se em seu redor, abrangendo também a entrada da Igreja de Santa Cruz. Pelo meio do mar de pessoas e cartazes destaca-se, ao longe, uma faixa erguida bem alto com a mensagem “Capitalismo não é verde”, erguida por militantes da JCP (ver Figura 4.).

A Cátia lê o manifesto ao megafone, porém, é interrompida, entretanto, por um senhor de meia-idade que se desequilibra e cai na fonte, enquanto tenta apanhar moedas que se encontram no fundo da mesma e as atenções são voltadas para o seu auxílio. Entretanto, uma senhora ajuda-o a apanhar algumas das moedas para dar ao senhor, já de pé e visivelmente confuso, e são ambos aplaudidos por toda a concentração em solidariedade. Após este incidente, a Cátia termina a leitura do manifesto e o megafone é aberto a intervenções dos participantes. Terminadas algumas intervenções de participantes da manifestação, peço à Cátia para eu fazer também uma leitura no megafone, baseada no panfleto do SE (ver Anexo 3.), que imprimi para distribuir na manifestação com restantes companheiros e companheiras da minha organização, apelando a uma posição anticapitalista com vista à resolução da crise climática global. Depois da leitura, outras pessoas representantes de organizações discursam também sob linhas anticapitalistas. Durante as intervenções, desloco-me por entre a multidão, juntamente com companheiros e companheiras do SE, a fim de distribuirmos os 300 panfletos que imprimimos e que rapidamente se esgotam. Para além do SE, a JCP distribui também panfletos, embora sem identificação da organização (ver Anexo 4.).

Distribuo também alguns *flyers* aos companheiros e companheiras da GCEC e eu e a minha companheira conversamos com o Diogo relativamente à minha intervenção e à distribuição dos panfletos, pois este manifesta preocupação quanto às reivindicações que neles expomos e que vão para além do programa e do manifesto construído pela organização nacional da GCE. Explicamos que a distribuição de material de propaganda política é uma prática comum de diversas organizações em manifestações e mostramos como estes se encontram devidamente identificados como pertencendo ao SE, não existindo qualquer intenção de conotar tal programa com a organização da greve. A conversa termina em bom termo e aproveitamos para conviver com outros ativistas que conhecemos de longa data. Os cânticos vão diminuindo em frequência, à medida que a multidão começa a subdividir-se entre grupos de amigos e de turmas e, lentamente, vão abandonando a concentração até à sua desmobilização total, mais próximo da hora do almoço. [Notas de Campo, 15 de março de 2019]

Um aspeto que salientaria acerca do discurso dominante produzido nesta manifestação, visível pelos cânticos, mas também pelas mensagens dos cartazes, e recorrendo aos repertórios teóricos

de Goffman (1986[1974]) e de Snow e Benford (1988), seria que existe, em grande medida, o recurso a *framings* de diagnóstico. Talvez a sua predominância se deva ao facto de ser a primeira manifestação do movimento, portanto ainda numa fase de agitação, existindo assim uma necessidade de identificação do problema social, da sua origem ou causa. Há então o recurso a um *frame* geracional, isto é, a um esforço de *framing* que responsabiliza os mais velhos relativamente à crise climática e que sublinha um choque ou um conflito entre as gerações mais novas e as gerações mais velhas. Considero este *frame* geracional como o *frame* dominante, até mesmo ao longo do decorrer do movimento da GCE, e este *framing* é posteriormente reproduzido pelos *media*, uma questão que irei aprofundar no próximo subcapítulo. Apesar de predominante a expressão deste *frame* geracional, tal facto não esgota necessariamente a existência de outros *frames* simultâneos. Outros *framings* de diagnóstico que esta nota de campo revela e que eu mesmo aplico na minha militância é um *frame* anticapitalista, que aponta para o sistema capitalista como responsável pelas alterações climáticas. Para além destes *frames*, como indico no subcapítulo 2.5, também está presente um *frame* apocalíptico e outro que consideraria mais predominante ainda que o *frame* anticapitalista: o *frame* antissistema. Apesar de o *slogan* “mudar o sistema, não o clima” ser utilizado amplamente por ativistas anticapitalistas, é também reproduzido por vários outros setores da manifestação e tal situação deve-se às diversas interpretações possíveis relativamente ao que se entende por “sistema”, não se tratando, necessariamente, portanto, de um *slogan* ou até de um *frame* anticapitalista. Esta heterogeneidade de interpretações e de *frames* denota, precisamente, aquilo que Bowie (2006) e Eade e Sallnow (2013) defendem acerca da possibilidade de coexistência entre discursos de *communitas*, expressos pela afirmação de laços de solidariedade e de coesão entre a juventude que participa na manifestação, e “discursos em competição” como, por exemplo, as posições anticapitalistas defendidas por restantes organizações como o SE, a JCP, o *Movimento Alternativa Socialista (MAS)*, a *Assembleia de Solidariedade Estudantil de Coimbra*⁵⁴ e Repúblicas. Para além disso, remete também para a possibilidade de olharmos para esta manifestação como uma arena, onde predomina um confronto concreto entre diversos atores sociais (Bierschenk e Olivier de Sardan 1998; Florêncio 2003) sobre a forma como é interpretada a crise climática.

⁵⁴ Coletivo estudantil de Coimbra que pretende elevar a voz e as preocupações estudantis em torno de espaços de reunião baseados em assembleias horizontais.

O 24M em Coimbra, pelas razões previamente elaboradas, é uma ação com proporções significativamente mais reduzidas em número, embora desta vez cumpra um percurso da Praça da República à Praça 8 de Maio, não se tratando apenas de uma concentração, mas sim de um cenário ou palco em movimento:

Reunidos numa pequena comissão de uma dúzia de ativistas da GCEC, junto ao Auditório da Reitoria da UC, aguardamos a chegada do ministro do Ambiente e Transição Energética, José Pedro Matos Fernandes, que ali participará num congresso. É visível nos ativistas algum nervosismo e ansiedade pela espera, um sentimento de que eu partilho. Está tudo planeado. Há quem segure cartazes onde se pode ler, “A hora do planeta são todas as horas” e “O ar que respiras é mais valioso que o petróleo que extrais”. Alguns comunicam com a restante GCEC que se concentra na Praça da República desde as 10h, enquanto nós esperamos o ministro, outros comunicam algum pessimismo quanto à adesão à manifestação, outros, como eu, amenizam a ansiedade que sentem, brincando com formas imaginativas de surpreender o ministro e os *media*. Assim que alguém vê a comitiva que acompanha o ministro a deslocar-se para o Átrio das Químicas, que alberga o Auditório da Reitoria, colocamo-nos todos em posição. O ministro desce as escadas que levam ao piso da entrada do auditório, acompanhado de várias câmaras, microfones e de pessoas com fatos e vestidos sóbrios, e dirige-se até nós que ocupamos o caminho até ao auditório. À medida que se aproxima, começamos todos a “cair” redondos no chão, deitados, alguns ainda com os cartazes na mão de forma a serem vistos pelo ministro. Por entre alguns risos contidos da nossa parte, tentando não quebrar a performance, olho pelo canto do olho para ver o ministro que parece incomodado, sem saber como entrar no auditório. “Por onde passamos?” pergunta, quase que retoricamente, até se ver forçado, como a restante comitiva, a contornar os corpos inertes no chão. Assim que o ministro consegue entrar, após alguma dificuldade, começamos todos a gritar “Emergência climática já” e alguns jornalistas pedem que alguém dê uma entrevista, que acaba por ser feita por mais que um ativista, quase colaborativamente.

São 10h30 e abandonamos rapidamente o Átrio das Químicas em direção à Praça da República para nos juntarmos à manifestação, pois sabemos que é suposto a marcha iniciar-se em pouco tempo. Encontramos já cerca de 70 pessoas concentradas no meio da praça, formando um círculo em torno de cartazes no chão, com estudantes do ensino básico

e do secundário (ver Figura 5.) e, novamente, com muito poucos estudantes do ensino superior que, apesar disso, começam lentamente a surgir. Alguém lê o manifesto ao megafone e começamos a marcha. Estão já cerca de duas centenas de pessoas, já com mais estudantes do ensino superior, em maioria Repúblicas. Seguram-se os cartazes feitos na oficina de cartazes antes do 15M, mas também da oficina que aconteceu na véspera. Gritam-se cânticos e palavras de ordem que mal conseguem atravessar a manifestação, devido ao eco produzido na Avenida Sá da Bandeira. A maioria dos membros da GCEC e dos estudantes do ensino básico e do secundário tomam a dianteira. Atrás vão as restantes organizações, vendo-se, novamente, a faixa da JCP, erguida ao alto: “Capitalismo não é verde”. Vários proprietários e trabalhadores do comércio da avenida espreitam pelas montras ou ficam junto da porta dos estabelecimentos a observar, incluindo algumas pessoas que observam pelas janelas das suas casas ou dos seus escritórios, com ou sem *smartphones* a gravar o sucedido.

Chegando à CMC, a manifestação atinge o seu auge, tornando-se mais coesa a nível de cânticos e de palavras de ordem. Ouve-se “A destruição ambiental, sustenta o capital”, “Estamos fartas de blá blá blá, queremos mudança já”, “Neste 24M, continuamos a lutar, temos 12 anos para o desastre evitar”, “A floresta arde, mas o ministro é covarde. Quantos bancos precisam de arder até algo acontecer?”, “Plástico no mar, Coca-cola a lucrar” e “Greve, greve, greve geral, pelo planeta, contra o capital”, assim como alguns outros cânticos do 15M. Paramos pouco tempo em frente à CMC e avançamos para junto da fonte para ser lido o manifesto. No final da leitura, os cânticos continuam sem parar, sobretudo vindos de estudantes mais velhos do ensino secundário ou primeiro-anistas do ensino superior que se encontram mesmo em frente à Igreja de Santa Cruz, junto com a JCP (ver Figura 6.). Eu e um companheiro do SE, começamos a distribuir panfletos, porém, desta vez mais organizações trouxeram materiais e praticamente toda a gente segura algum panfleto na mão. Alguns recusam panfletos pois pensam tratar-se de um mesmo repetido. As pessoas começam a desmobilizar-se em grupos e conversamos com companheiros e companheiras da GCEC que comentam, entre risos e sarcasmo e também com alguma raiva e frustração, a afirmação do ministro à imprensa, no congresso, onde disse que a luta pelo clima “é a mais justa das lutas e das causas”, que já se pode ouvir na imprensa digital. Comentamos também a menor adesão à manifestação, mas motivamo-nos a continuar a

luta e pensar em setembro, a próxima greve que se pretende geral e global. [Notas de Campo, 24 de maio de 2019]

Apesar da sua composição maioritariamente juvenil e infantil, esta manifestação decorre em moldes mais aproximados às manifestações de outros movimentos sociais e estudantis em Coimbra, tanto pelo número de participantes como pelo percurso traçado. As palavras de ordem nesta manifestação já evidenciam o papel do capital e das grandes corporações na obtenção de lucro com a crise climática e, portanto, os seus interesses contrários à sua resolução. Assim, apesar de o *frame* geracional permanecer o *frame* dominante, acresce em relevância o *frame* anticapitalista, ainda que a organização nacional e internacional da GCE não adote uma posição semelhante, podendo ser fruto da copresença e da influência de outras organizações de esquerda anticapitalistas presentes em Portugal e atuantes no movimento, como a *Climáximo* em Lisboa, mas também internacionalmente por outros movimentos sociais.

Destaca-se a centralidade do corpo e a lógica simbólica na performance *die-in* que organizamos no início da mesma, com recurso ao exagero e a um *frame* apocalíptico, convocando para o presente as consequências futuras da crise climática, nomeadamente a extinção das espécies. Trata-se de uma ação performativa ao estilo das ações dos novíssimos movimentos sociais (Juris et al. 2012; Raposo 2017), numa ocupação passiva do espaço público, destinada a provocar embaraço e desconforto ao ministro e a despertar a atenção dos *media*, de forma a colocar na ordem do dia a discussão sobre o Estado de Emergência Climático.

3.5. Relação com os *media* e com a opinião pública: o estigma da juventude

A partir do anúncio das primeiras greves climáticas em Portugal, a imprensa tem acompanhado o desenvolvimento da GCE, procurando cobrir todas as suas ações nos diversos locais de mobilização. O elevadíssimo grau de cobertura mediática que a porta-voz do movimento internacional, Greta Thunberg, recebe é refletido nas restantes mobilizações do movimento. Para além do fator novidade e do grande sucesso nas mobilizações, é importante ter em conta a facilidade de interlocução deste movimento no seio da própria arena mediática que, à luz da teoria de Bourdieu (1985), poderá dever-se ao volume de capital cultural e simbólico que detêm, já que é um movimento, na sua maioria, constituído e liderado por ativistas de famílias de classe média. Desta forma, a posição social dos ativistas do movimento, nesta arena, pode ser considerada mais

vantajosa quando comparada com movimentos étnicos ou racializados, a título de exemplo. A capacidade de o movimento basear o seu autofinanciamento em iniciativas voluntárias dos seus membros, perante iniciativas particulares de compra de materiais, pode representar também um indício desta caracterização. Além destes fatores, é importante também a análise das suas tomadas de posição (Husu 2012), já que o movimento advoga a iniciativa do Estado e dos governos para assumirem as rédeas das reformas necessárias com vista à resolução da crise climática e recusam a associação da organização com posições anticapitalistas, o que lhes permite o diálogo com vários setores e partidos políticos. Desta forma, ainda que condicionado por entraves associados com a idade média dos seus participantes, é possível ao movimento obter uma forte cobertura mediática com um conteúdo positivo, até mesmo pela parte do ministro. Tais interações com os *media*, que, a título de exemplo, se evidenciam no seu protagonismo nas notícias, pelo número de entrevistas dadas por ativistas, assim como pelo convite à participação no programa televisivo *Prós e Contras*, contrariam o estudo de Coelho (2009), no sentido em que o acesso à imprensa não lhes foi barrado, chegando ao ponto de ser promovido; no entanto, é também uma hipótese que, como afirma a autora, o tratamento recebido pelos jovens, por parte da imprensa, se deva a uma perspetiva das ações dos jovens como comportamentos excecionais.

Contudo, o facto de o movimento depositar o ónus da mudança nas mãos do poder dos Estados, dos governos e, em parte, dos adultos, pode ser visto como um reflexo do que Bowman (2020) dizia acerca das reivindicações políticas da juventude se encontrarem dissociadas da sua eficácia, isto é, fora do seu poder e controlo. Assim, embora indiretamente, sublinha-se a posição social subalterna da juventude que, apesar de representar o ímpeto da mudança, no final, dependerá da vontade ou disponibilidade dos governos em dar-lhes ouvidos. Este reflexo poderá advir de uma espécie de ideologia de estigma (Goffman 1963), formado em torno do estigma que a juventude carrega consigo, pois, para além das condicionantes identificadas no início deste capítulo, o facto de não serem nem crianças, nem adultos, encontrando-se numa espécie de fase liminal entre ambos os estatutos, faz com que sejam descreditados socialmente, não se tratando de “humanos” totalmente formados. Tal estigma pesa sobretudo em interações na arena política, considerada uma arena ou propriedade de adultos, sendo comum ouvir-se comentários desvalorizadores da sua interação nesta arena – “(...) havia muitas reticências do género, «Ah, os jovens só querem faltar às aulas» e «Nunca vai dar em nada» ... (...) Pensam que é um discurso vazio, mas nós temos ideias. Temos acesso aos dados, temos andado a procurar informação. (...)” [Entrevista a Diogo,

22 de maio de 2019]. De facto, a maioria dos entrevistados admite recolher informações sobre as alterações climáticas e sobre o panorama político em torno da mesma, tanto através dos meios de comunicação internos e externos da GCE, como pela televisão e pelas redes sociais, e alguns, como o Rod, pesquisam através da comunidade científica, no seu caso, pelo site do IPCC, mas também através de revistas como a *Science* e outras vinculadas ao departamento de geografia da Universidade de São Paulo (USP) – “(...) eu geralmente meio que visualizo esse conteúdo das alterações climáticas mais por um lado científico e académico.” [Entrevista a Rod, 12 de junho de 2019]. Assim, apesar das suas competências e formação para discutir estes assuntos, o estigma da juventude estará sempre presente para dominar a perceção de adultos relativamente às suas ações, como a Cátia descreve,

(...) para nós numa manifestação é «Ah, só querem faltar às aulas» ou «Ah, nem podem fazer greve porque não têm sindicato», coisas assim. E eu acho que isso desmotivava-nos um bocado (...) deixava-nos um pouco tristes porque as pessoas não nos levam a sério. A M está sempre a dizer que nós não somos uns fofos, que eles acham que nós somos uns fofinhos e não sei quem falou para mim que somos uns fofinhos, mas nós temos de lhes mostrar que não somos fofinhos.” [Entrevista a Cátia, 7 de junho de 2019]

Esta ideologia de estigma tem raízes sociais e culturais profundas e é construída desde cedo – “(...) desde criança escutei que a juventude está nem aí para nada, que a juventude só quer saber de drogas, sexo e rock n’ roll. (...)” [Entrevista a Rod, 12 de junho de 2019] –, perpetuando-se ao longo de várias gerações. O Diogo formula uma outra possível explicação para o aprofundamento desta ideologia, relacionando questões geracionais com o período económico onde se inserem – “(...) A geração pós-25 de abril (...)”, que atravessou a sua infância nesse período, ou um pouco depois, por ter crescido sob uma “(...) base social relativamente sólida, que não teve propriamente que lutar por grande coisa (...) é, enfim, um bocadinho conformista com a sua realidade (...)” sendo recorrente da parte desta geração, comentários como “(...) «São coisas de miúdos», «Não é preciso», «Tá tudo bem» e «Têm de arranjar sempre algum problema». (...)” [Entrevista a Diogo, 22 de maio de 2019] –, denotando que o *habitus* (Bourdieu 1985) destas gerações evidencia uma espécie de cegueira na sua interpretação das alterações climáticas e dos problemas sociais que a GCE eleva. Como Goffman (1963) sublinha, interações marcadas pela presença de um estigma são frequentemente racionalizadas com base na relação com outras categorias diferenciais e, no

caso das ações da GCEC, a Sofia indica que muitas pessoas que criticam as suas iniciativas “(...) metem tudo no mesmo saco, (...) Aqui em Coimbra há muito daquela coisa do «Ah a Queima das Fitas, deixam tudo sujo no cortejo» e, se for preciso, até há jovens a trabalharem contra isso, (...)” [Entrevista a Sofia, 29 de maio de 2019]. Um fenómeno semelhante poderá ocorrer num plano internacional mais amplo, pelo facto de o movimento ser fortemente associado com a ativista Greta Thunberg que, para além de receber críticas com base na sua idade, como em comentários que a representam como um fantoche dos seus pais, e no seu género, é também portadora do síndrome de Asperger – “(...) apareceu que ela tinha asperger e o pessoal começou tipo «Ah, é por isto que ela é muito fixada e sai à rua todas as semanas.». Ó pá, não tem nada a ver com isso, (...)” [Entrevista a Raquel, 23 de maio de 2019]. Tais estigmas poderão ser racionalizados a um ponto em que dominarão a forma como os seus discursos e ações são percecionados, sendo utilizados invariavelmente como objeto de descrédito e, conseqüentemente, produzirão também efeitos sobre a forma como o restante movimento é retratado.

Uma outra hipótese que poderá ser estudada em trabalhos futuros é a forma como o recurso ao *frame* geracional por parte dos *media* pode estar a ser construído de forma a contrastar a juventude, enquanto futuro, associando-a às novas tecnologias “verdes”, em oposição aos adultos, enquanto passado, remetendo-os às tecnologias “fósseis”, ao mesmo tempo que este *frame* geracional é acompanhado do crescimento dos mercados “verdes”, direcionados, em grande medida, para públicos e consumidores jovens.

3.6. Relação com a política e com o Estado português

Como saliento no final da introdução, sigo a recomendação de Spencer (1997) para discernir aquilo que os membros entrevistados da GCEC entendem acerca daquilo que consideram ser político. Assim, questionando se interpretam o movimento como um movimento político, a maioria dos entrevistados responde que sim ou que o movimento se associa à política, com a exceção da Sofia e da Maria, a última demonstrando alguma incerteza na sua resposta. Porém, todas as respostas associam diretamente a política a partidos ou ideologias, excetuando o Rod que, apesar de aludir aos partidos, fá-lo para denunciar tal associação: “O movimento é necessariamente político, mas não necessariamente, porque não o é de todo, partidário. (...)” [Entrevista a Diogo, 22 de maio de 2019]; “Sim, é um movimento político, mas não é partidário, pronto. (...)” [Entrevista a Raquel, 23 de maio de 2019]; “Eu sinto que isto é político, mas não necessariamente

partidário, sabes? (...)” [Entrevista a Tiago, 29 de maio de 2019]; “Isso é uma pergunta? Ó pá, não. Porquê? Não tem lógica. Isto é pelo ambiente, não é? O ambiente não tem partido, não tem nada a ver com política. (...)” [Entrevista a Sofia, 29 de maio de 2019]; “Tem a ver com política, mas não se liga a nenhuma ideologia. (...)” [Entrevista a Ana, 4 de junho de 2019]; “Sim, o movimento é político, não é partidário, (...)” [Entrevista a Cátia, 7 de junho de 2019]; “Também. Não só, infelizmente. [Ri-se] Eu, por exemplo, na greve eu sei que eles são apartidários e lutam ao máximo para deixar os movimentos fora, não movimentos políticos, partidos políticos, acho que a gente não pode confundir. (...)” [Entrevista a Luciana, 12 de junho de 2019]; “Completamente, completamente. Aí eu já vou entrar noutra polémica. O que tá acontecendo também na contemporaneidade é uma visão deturpada do que é política, sabe? Associam política, que também é, mas logo a partidarismo, sabe? (...)” [Entrevista a Rod, 12 de junho de 2019];

Não. Assim, eu também não sou a melhor pessoa para falar de política, confesso. Mas aliás, calma. *Tricky question* aqui. Eu acho que nós estamos a tentar chamar à atenção dos políticos, que são eles que, para todos os efeitos, vão ter de fazer as leis e fazer as coisas acontecer, mas se tinha que escolher um partido político para nos associarmos? Não eu acho que isto é uma coisa que interessa a todos, independentemente se é esquerda ou direita, centro, centro-esquerda... (...) [Entrevista a Maria, 18 de junho de 2019]

Posteriormente, quando confrontados sobre o que entendem por atos políticos, as respostas já denunciam uma interpretação mais ampla acerca da política, não se restringindo a partidos, e a Sofia justifica a sua posição, explicando que, para a mesma, “Quando for algo político, é o partido que tem de organizar, para mim é assim. (...)” [Entrevista a Sofia, 29 de maio de 2019], interpretando o apartidarismo como uma demarcação da política. Assim, apesar de algumas hesitações relativamente a algumas respostas, a maioria aponta para várias possibilidades de atuação política, como a Raquel afirma, “(...) Política abrange tudo o que se faz na vida e por isso é que chateia um bocado ver jovens dizer «Não gosto de política». Mas então não gostas da maneira como comes, da televisão que vês? (...)” [Entrevista a Raquel, 23 de maio de 2019], assim como o Tiago, “(...) Lá está, as pessoas acham que política é só estar entre quatro paredes, numa assembleia a debater... Não, nós fazemos política todos os dias, (...)” [Entrevista a Tiago, 29 de maio de 2019]. Os respondentes foram, posteriormente, coerentes quando questionados acerca do que entendem por política, sublinhando-se a resposta do Diogo, que reflete a mesma linha de

interpretação que os restantes, na questão anterior, mas que enfatiza que a política não é uma propriedade exclusiva dos adultos – “(...) Política não é uma coisa distante, não é um assunto dos grandes. É algo que nos toca, é algo que está no nosso dia a dia. Política, como disse há bocado, são as pessoas. (...)” [Entrevista a Diogo, 22 de maio de 2019]. Embora esteja completamente de acordo com as palavras do Diogo, é notório que alguns dos entrevistados se mostram inseguros nas suas respostas, sendo relevante destacar a resposta da Maria acerca do que entende por política, denotando ser algo, de facto distante e um assunto dos “grandes”:

O meu problema com a política é que eu sou o tipo de pessoa que precisa de entender as coisas, pelo menos a noventa por cento, para me poder dizer entendedora ou sabedora do assunto. Eu acho que é muito confuso porque – para mim, pelo menos – porque na minha família ninguém se interessa. Não tenho ninguém que me ensine e os miúdos, tipo os jovens da minha idade, muitas vezes estão tão confusos quanto eu, tipo, eu pergunto uma coisa e eles «Ah, mas...”, e eu, ok, continuei confusa na mesma. Depois os mais velhos não me querem ensinar, eles é tipo «Ó pá, para que é que queres saber disso? Vai masé estudar». Depois na net eu não posso confiar em tudo o que lá ‘tá e então eu fico, mas como é que eu vou aprender? Eu não gosto de ler [Ri-se] – se não também ia à biblioteca, pegava nos livros – mas também não ia entender nada. É daquelas coisas que tu precisas de explicação. Se não está ninguém disponível para me dar, neste momento, e eu não consigo propriamente encontrá-la, então ‘tou um bocado ali a tentar entender. Agora ‘tá na moda, pelos vistos, todos os jovens gostarem de política e serem de partidos, mas não é um tipo de moda que eu acho que deva aderir. [Ri-se] Pode parecer tipo algo que eu goste ou algo que eu acredito, mas às vezes até posso ‘tar a ser manipulada para acreditar ou para gostar. Por isso ainda não. [Ri-se] [Entrevista a Maria, 18 de junho de 2019]

Esta resposta parece corroborar a perspetiva de uma ideologia de estigma perpetuadora e justificadora desta visão da política fora do alcance dos jovens já que, ao associar a política à atividade partidária, à política formal, não reconhecendo a política enquanto processo cívico e de cidadania constante – uma questão que parece aplicar-se à opinião pública generalizada e não apenas aos jovens –⁵⁵ recusa ou afasta a sua participação na arena política. Além de que manifesta

⁵⁵ A exposição, na sua infância, a discursos de familiares relacionados com a crise financeira e com a austeridade, foram questões também introduzidas nas entrevistas que, embora não possam constar no corpo da discussão desta

ser necessário atingir um certo nível de conhecimentos acerca da política antes de poder participar nas dinâmicas de poder que constituem tal arena. Acresce o facto de se sentir excluída pela falta de estímulos nos seus círculos sociais, nomeadamente dos adultos que apontam que a sua função é estudar, para além de ser uma ativista negra em Portugal, encontrando-se condicionada por expectativas com base na racionalização de tal estigma em associação com os restantes em matéria de idade e de género, prejudicando a sua socialização política, bem como a sua perceção, e a dos outros, quanto às suas possibilidades de participação política (Viola 2020).

Relativamente ao Estado, todos indicam a necessidade do seu papel de intervenção na economia, a fim de reparar e solucionar desigualdades, atendendo às necessidades da população, e, sobretudo a representação e defesa dos interesses da população. Outros temas que abordam relativamente ao seu papel é a necessidade de fiscalização, de redistribuição da riqueza, da expansão do Estado para além da sua centralização em Lisboa e no Porto, a necessidade de investimento na educação e na saúde, mas também na formação das autoridades em questões como a violência doméstica e, sobretudo, uma maior responsabilização dos representantes do Estado. Quanto à ação do governo português no combate às alterações climáticas, o tema da responsabilidade política é dominante, aliando-se a uma forte preocupação relativamente ao adiamento de soluções e à manutenção do *lobby* da indústria fóssil, apesar de apontarem, em grande medida, para o papel exemplar e pioneiro do governo neste combate. Porém, apontam que estar em “primeiro” não basta, pois “(...) o grande público vê como Portugal está em primeiro nesse esforço, pensa que já está tudo solucionado. (...) Podemos ser os mais rápidos, mas estamos a ir devagar na mesma. É isso que não está a passar para fora. (...)” [Entrevista a Diogo, 22 de maio de 2019] e “(...) Não depende só de Portugal, não só da UE, (...) Passa-se a batata quente da culpa ao próximo. (...)” [Entrevista a Raquel, 23 de maio de 2019]. A noção do próprio impacto que o país tem no resto do mundo, ao estar à frente, é também desanimadora na ótica do Tiago, “(...) podemos tornar-nos o país mais verde de todos, mas se não houver uma ação global para impedir isso, o que é que vai adiantar, entendes? Porque Portugal é insignificante nesse panorama, sabes? (...)” [Entrevista a Tiago, 29 de maio de 2019].

Capítulo IV – O despertar político da juventude ativista

dissertação, fruto das suas limitações, apontam para um possível reflexo do discurso dos familiares quanto à descrença na política formal.

“(...) quem se envolve numa coisa como a GCE é porque tem no passado alguma coisa de ativismo, de sensibilidade, pelo menos, a uma série de causas. Há mal no mundo? Então ok, como é que eu posso apaziguá-lo? (...)” [Entrevista a Diogo, 22 de maio de 2019]

4.1. Catalisadores do processo de politização e de entrada no ativismo

A socialização política, a politização ou a tomada de consciência política referem-se a um mesmo processo de aproximação à arena política, incluindo-se, neste movimento, a consciencialização ambiental. O que é que leva a juventude a organizar-se politicamente e a iniciar um percurso no ativismo pelo clima? Ao longo da sua experiência de vida, a juventude recebe influência por parte de um vasto leque de grupos e agentes sociais, assim como por fatores estruturais e processos mais amplos, como crises económicas e ambientais, que se desenvolvem a uma escala nacional e global. Procurar entender a origem da politização de um jovem ou da sua consciência ambiental é uma pesquisa que não nos remeterá apenas a uma origem, ou melhor, dificilmente se obterá uma resposta concreta. Resgatar estas potenciais fontes catalisadoras de tais processos poderá revelar-nos não só como questões políticas e ambientais se interseitam entre si, mas também como estas fontes se inter-relacionam e se materializam nos seus valores e crenças, assim como nos seus percursos e experiências no ativismo em movimentos sociais. Assim, identificam-se várias roldanas que, num movimento articulado, colocam este processo em marcha, mais concretamente – o papel da família; de professores e da educação formal; de amigos e contactos, das redes sociais e da internet; da própria GCEC, bem como de outras experiências ativistas; do identitarismo associado à interseção entre diferentes formas de opressão e de exploração; de hábitos de consumo alternativos; do impacto ou experiência de fenómenos climáticos extremos; assim como do surgimento e influência da ativista Greta Thunberg. Sublinha-se, no entanto, como Castro e Mattos (2009) evidenciam, a existência de pontos de retorno e de inflexão, neste movimento articulado que não representa necessariamente apenas uma aproximação à política.

Para os ativistas da GCEC, a família apresenta-se como tendo um papel fundamental para a sua aproximação à política, nomeadamente a sua família nuclear. O Diogo desde cedo, participou em atividades de voluntariado com a sua família – “(...) De resto não há assim nada que me recorde para além daquele voluntariado básico, *standard*, de ir a casas de órfãos na altura do Natal, dar doces, como foi com a minha família. (...)” [Entrevista a Diogo, 22 de maio de 2019] –, assim

como a Sofia – “(...) Desde os meus onze, doze anos, sempre ‘tive assim metida, ou ‘tou na sopa dos pobres mais a minha mãe – sempre assim a fazer qualquer coisa de voluntariado, qualquer coisa pela sociedade... (...)” [Entrevista a Sofia, 29 de maio de 2019]. A Cátia foi inspirada pelas preocupações da “irmã” *vegan*, relativamente ao ambiente – “(...) a minha irmã, que não é minha irmã, desde miúda, desde os 12 anos que sempre se preocupou com estas causas, especialmente com o ambiente. (...) é uma grande fonte de inspiração (...)” e os seus pais proporcionaram-lhe espaço para construir o seu próprio percurso “(...) deixam-me descobrir o que eu quero fazer. (...)” [Entrevista a Cátia, 7 de junho de 2019]. O Tiago valoriza o papel dos seus pais, que “(...) sempre estimularam muito a minha opinião crítica. (...)”, e reforça a vantagem da “sociedade de informação” para, mais tarde, ter “(...) essa capacidade de me abstrair das coisas que os meus pais opinavam (...)”, pois “(...) se não houvesse a informação tão dispersa eu, se calhar, seria uma dessas pessoas que me ia abster, sabes? (...)” [Entrevista a Tiago, 29 de maio de 2019]. A Raquel afirma que os seus pais “(...) não me tentaram radicalizar nem nada, aliás, até eu perguntar, não se falava de partidos lá em casa, só de política (...)”, tomando cuidado “(...) porque eles não queriam ter uma influência assim tão flagrante na minha educação ou maneira de ver o mundo. (...)”, reforçando que, para além deles, ela própria também tomou a iniciativa de procurar informação “(...) Tive sorte porque lá em casa sempre se viu o noticiário, os meus pais sempre comentaram, mas eu também fui muito à procura, mas lá está, porque fui estimulada a ter sempre a informação lá ao pé. (...)” [Entrevista a Raquel, 23 de maio de 2019]. A Luciana aponta para a sua ligação com a sua mãe – “Acho que com a questão ecológica, desde pequenininha, sempre tive ligação, minha mãe sempre se preocupou (...)”, para além da importância que teve para a sua participação no *Grêmio Estudantil*⁵⁶ na sua escola – “(...) Sempre discutindo diversas temáticas relacionadas à política, então desde o meio ambiente, sempre escutei minha mãe discutindo bastante interesses e coisas, não relacionadas a partidos, mas movimentos ou movimentos estudantis... (...)” [Entrevista a Luciana, 12 de junho de 2019]. O Rod descreve as atividades que partilhava com o pai e com os irmãos, ao longo da sua infância – “(...) Ele sempre ensinou à gente a conexão com a natureza, então ele mandava a gente brincar descalço, fazer coisas na árvore, a gente sempre teve muito contacto. (...)” – e como foi crescendo com uma ligação constante à questão ecológica – “(...) tem uma árvore específica que é na frente da minha casa, que plantou

⁵⁶ Núcleo de estudantes, à semelhança dos núcleos estudantis da AAC.

quando a gente nasceu, então a árvore tem a nossa idade. (...) sempre fui crescendo com essa questão do meio ambiente. (...)” [Entrevista a Rod, 12 de junho de 2019].

A educação formal revela-se também uma importante instituição para a socialização política jovem, especialmente relativamente a questões ecológicas, mas também para o desenvolvimento de um espírito crítico. É também na escola que interagem com professores que contribuem em grande medida para esta construção, assim como com colegas e amigos com os quais poderão organizar-se para os primeiros passos no seu ativismo. A nível curricular, “A questão climática (...) sempre acompanhou um pouco toda a nossa instrução. (...) ao longo do tempo, temos tido um contacto, cada vez mais detalhado, logicamente, com o que é o nosso meio ambiente, que cuidados devemos ter... (...)” [Entrevista a Diogo, 22 de maio de 2019]; porém, o Tiago denuncia que não teve “(...) nada sobre alterações climáticas na escola, tive nas aulas de ciências e geografia, ponto. Não tive aquela consciência e aquela coisa de que estamos a passar por isto e temos de nos preocupar com isto. (...)” [Entrevista a Tiago, 29 de maio de 2019]. O Rod explica como, no ensino médio, no Brasil, frequentou uma disciplina e obteve apoio de um professor, levando-o a seguir um percurso em geografia, tendo “(...) uma disciplina chamada logística reversa. Essa disciplina abriu a possibilidade, para mim, de trabalhar com a temática ambiental, também tinha um professor que era geógrafo, maravilhoso, que me incentivou, e aí eu fiz o vestibular para entrar em geografia. (...)” [Entrevista a Rod, 12 de junho de 2019]. A Luciana frequentou uma escola onde vigora uma pedagogia alternativa, mais concretamente a pedagogia Waldorf, “(...) baseada, não só no conhecimento, tipo, matemático e assim, mas no conhecimento do ser-humano, (...)”, tendo sido uma opção da sua mãe “(...) por ser uma escola em que o objetivo principal é criar seres-humanos livres, que sejam capazes de agir, pensar pelas próprias cabeças. É um movimento político, também, sair do sistema, né? (...)”, e teve ainda a oportunidade de participar em ações voluntárias em escolas públicas – “(...) então a gente tinha muitas atividades que a gente às vezes ia fazer lá, no pouco de que eu participei assim, você percebe a diferença e como estar realmente influencia, né? (...)”. É geralmente, porém, o papel individual dos professores que os ativistas sublinham como mais importante para a sua politização. A Sofia, defendendo um papel mais ativo da escola na formação política, diz que teve influência de um professor de filosofia que “(...) em todas as aulas falava-nos de política, dos partidos, dos dirigentes, do Parlamento Europeu também um bocado, do que eram os partidos antes, o que faziam e fazem agora (...) acho que o ensino também se devia focar um pouco nisso. (...)”

[Entrevista a Sofia, 29 de maio de 2019]. No caso da Raquel, no seu quarto ano organizou a primeira manifestação da sua vida, na sua escola, por causa de um cão que lá teria sido abandonado e “(...) o senhor porteiro da escola queria-o pôr no canil, só que só havia um bué longe, não havia lá na vila e queriam abatê-lo, (...)”, e embora a professora de música tenha criado alguma resistência, o professor de teatro acompanhou e apoiou a iniciativa e obtiveram sucesso na sua primeira mobilização política:

(...) eu convenci a minha turma – olha, passámos uma aula inteira de música a fazer cânticos, cartazes e a professora teve de se ir queixar à nossa professora do geral, porque estávamos distraídos e tal, e depois saímos ao recreio e fomos protestar. Houve pessoal de três turmas que se juntou. Entretanto, o teatro da escola começou a ir atrás de nós com um telemóvel e nós, tipo, com medo de ser expulsos no quarto ano da escola pública, mas lá está, íamos ser expulsos do quê? Começámos a correr, a correr, a ir embora, mas não, o professor queria tirar fotos e entrevistar-nos para pôr no jornal da escola porque tinha achado um máximo. No final correu tudo bem com o cão, porquê? Porque conseguimos falar com o diretor e pronto, o cão não pode ficar na escola, obviamente, até porque tinha carraças, mas conseguimos salvar o cão. (...) [Entrevista a Raquel, 23 de maio de 2019]

O Tiago refere-se também ao papel fundamental dos professores no estímulo da opinião dos alunos e dá o exemplo de um professor seu que contestou o programa educativo da disciplina que leciona, oferecendo aos alunos a sua perspetiva crítica:

(...) Em Portugal ainda há aquela coisa de que os descobrimentos foram uma coisa muito bonita que aconteceu, mas a verdade é que tive um professor meu que até dizia para mudarmos o que estava no livro, para alterarmos, e ele realmente fazia a diferença porque explicava. (...) Mas a de geografia é que falou mais, por exemplo, das questões climáticas.” [Entrevista a Tiago, 29 de maio de 2019]

Indignando-se quanto às condições laborais dos professores – “(...) Portugal tem profissionais excelentes que não são devidamente valorizados e a questão da carreira dos professores é gravíssima. São eles que garantem um futuro bom para o país, (...)” –, Diogo afirma que,

(...) sempre tive docentes que conseguiam dar o programa da sua disciplina e conseguiam ao mesmo tempo inculir espírito crítico, espírito de observação, inculir uma opinião forte e astuta para com a realidade, de não estarmos alheios a tudo o que se passava. Era assim nas aulas de matemática, havia sempre um à-parte para discutirmos o mundo e as notícias do dia. Enfim, os nossos professores são muito mais do que um programa. Muito mais do que os programas são os professores que os aplicam diretamente, que são a chave do sucesso de toda a geração. E, se calhar, os grandes responsáveis, muito mais do que a Greta, se calhar, ainda que ela seja a cara do movimento, se calhar os grandes responsáveis por isto são os professores que, todos os dias – uns mais que outros, uns dias mais que outros – são eles que transmitem tudo aquilo de positivo que esta geração tem. [Entrevista a Diogo, 22 de maio de 2019]

As amizades e as redes de contactos, que em grande parte se constroem ao longo do percurso educativo e através das redes sociais, são fulcrais para o desenrolar deste processo de socialização política e são também a origem da GCEC – “A B e a M [pioneiras e coordenadoras nacionais da GCEC] falaram sobre isto, que elas já se conheciam, eram amigas de infância e da mesma aldeia, acho. Conheciam a cena da Greta, que já se estava a alastrar (...)” [Entrevista a Raquel, 23 de maio de 2019]. Posteriormente, “(...) falaram com mais duas colegas, depois a M lembrou-se de uma rapariga que tinha conhecido no *Twitter* em 2016. (...) uma rapariga muito amiga da Cátia e que também é muito amiga de uma rapariga muito amiga minha, (...)” [Entrevista a Raquel, 23 de maio de 2019], e a Cátia explica que “(...) ela disse-me que se lembrou de mim, primeiro porque somos muito amigas, e também porque sou uma pessoa que se interessa bastante por causas humanitárias, já estava num grupo ativista da minha faculdade, que é o grupo da *Amnistia Internacional*⁵⁷ (...)” e, assim, “(...) convidou-me e eu aceitei logo. (...)” [Entrevista a Cátia, 7 de junho de 2019]. A entrada na GCEC, para o Diogo, foi também “(...) porque tive a sorte de alguém ter conhecido alguém, que conhecia alguém que me conhecia, basicamente. (...)” [Entrevista a Diogo, 22 de maio de 2019] e a Maria entrou através da Raquel, já que ambas pertencem à *SDDH* – “(...) Não tinha condições monetárias para ajudar com dinheiro, por isso disse, porque é que não ajudo com o meu tempo? (...) a Raquel (...) era uma das pessoas que partilhava coisas sobre a greve e eu fui falar com ela (...)” [Entrevista a Maria, 18 de junho de

⁵⁷ Movimento internacional que se mobiliza em prol da defesa dos direitos humanos.

2019]. Já o Rod, tal como eu, entrou em contacto com a GCEC através das redes sociais “(...) entrei em contacto pelo *Instagram* mesmo, e deram-me o contacto do Diogo, né? (...)” [Entrevista a Rod, 12 de junho de 2019]. Foi também através das redes sociais e da sua pesquisa individual que Rod descobriu e se juntou à *Greenpeace Brasil*.⁵⁸ O Tiago afirma começar a interessar-se pela política em conjunto com uma amiga, em contexto escolar, indicando também que sente apoio na política pelo facto de ser uma pessoa LGBT:

(...) lembro-me que o meu interesse por política começou nas aulas de MACS, no décimo ano, com uma amiga minha. Foi para aí em 2015, 2016, que eu comecei a ter muito interesse. Primeiro por uma base internacional, por parte do Macron, por parte do primeiro-ministro do Canadá... Não sei, essas pequenas coisas começaram-me a causar interesse, comecei a ler mais sobre as coisas e depois, outra coisa, como também sou LGBT e isso tudo, tenho bem noção do espaço que tenho e do que tenho que fazer para mudar as coisas, e então comecei-me a aperceber que a política também é importante nisso, que é grande apoio. Então acho que a partir daí comecei a ter mais interesse por política, sabes? (...) [Entrevista a Tiago, 29 de maio de 2019]

Já a Cátia, aproveitou a sua primeira oportunidade de voto para se informar melhor acerca do que defende cada partido, apesar de revelar que já tinha interesse pela política – “(...) eu sempre fui interessada e sempre soube que era o meu dever votar, então na altura informei-me para ir votar nas autárquicas. (...)” [Entrevista a Cátia, 7 de junho de 2019]. Quanto ao despertar para as alterações climáticas, a Maria indica dever-se à sua iniciativa de pesquisa na internet e passou a pressionar os colegas a tomarem maiores cuidados quanto ao ambiente – “(...) Eu decidi ler, fui lendo e fui vendo e tipo, uau. Depois fui-me preocupando com essas coisas, era sempre aquela criança chata – hoje em dia os meus colegas sabem que eu tenho razão (...)” [Entrevista a Maria, 18 de junho de 2019].

A participação na GCEC representa também uma motivação adicional e uma inspiração para a procura de mais informação acerca da política, como sugere a Cátia; “(...) isto [a GCE] obrigou-me a pesquisar mais e, ao mesmo tempo, fico a gostar de pesquisar mais porque agora, se calhar, consigo participar em conversas que antes não podia. (...)” [Entrevista a Cátia, 7 de junho

⁵⁸ Movimento internacional que investiga e denuncia ameaças contra o meio ambiente, confrontando e pressionando governos e empresas para a proteção da natureza e para a transformação da sociedade.

de 2019], demonstrando que a sua participação lhe traz mais confiança para interagir na arena política. Para a Ana, o interesse pela política começa “(...) não só com a greve, mas quando me comecei a procurar estas coisas de mudar em prol do ambiente, (...)” [Entrevista a Ana, 4 de junho de 2019], e a Luciana confessa que já tinha interesse, porém, a experiência de colaboração com a GCEC ajudou-a aproximar-se mais e a consolidar conhecimentos prévios – “(...) interesses políticos eu já tinha. Mas é interessante também porque ligou ainda mais, né? (...)” [Entrevista a Luciana, 12 de junho de 2019]. Para além desta participação na GCEC, os ativistas revelaram que participam também em outras organizações em simultâneo, associadas maioritariamente com a defesa dos direitos humanos ou com o ambientalismo, como a *SDDH*, a *Greenpeace Brasil*, a *Re-Feed*,⁵⁹ a *Liberators International*⁶⁰ e a *Litter Hero Figueira da Foz*⁶¹. Alguns, para além das experiências de voluntariado já mencionadas, assim como algumas ações pontuais de limpeza de espaços públicos, pertenceram ou participaram também em organizações ambientalistas como a *From Kibera With Love*⁶² e a *Let's Save Portugal*⁶³ e outros em manifestações como a manifestação antifascista na FEUC, manifestações feministas do 8 de março e marchas contra a homofobia e transfobia de Coimbra.

Questões do foro identitário, associadas com a interseção entre formas de opressão e exploração são relevantes para a aproximação da juventude à política, como já demonstrado pela anterior citação do Tiago. A defesa da causa feminista, por parte da Raquel, por exemplo, foi também algo que a ajudou a despertar para a necessidade de lutar pelo clima, tornando-se, para ela, duas questões indissociáveis – “(...) tive uma fase em que me preocupava essencialmente com direitos das mulheres e sobretudo das crianças, (...) só que, há coisa de um ano e pouco, me apercebi que são duas lutas que dependem necessariamente uma da outra, (...)”, elaborando que,

(...) Cheias, guerras, tufões, qualquer cenário apocalíptico, há sempre aquela guerra de os primeiros a serem salvos serem as mulheres e as crianças, mas há muitos que ficam para

⁵⁹ Organização nacional com o objetivo de reduzir o desperdício alimentar ao recolher comida não servida em restaurantes e outras instituições, de forma a redistribuir entre pessoas necessitadas.

⁶⁰ Movimento internacional com a missão de reunir pessoas em atos participativos para a promoção da liberdade, sustentabilidade, igualdade, harmonia e humanidade.

⁶¹ Seção local da organização internacional *#LitterHero*, cuja iniciativa se prende com a criação de consciência acerca dos fluxos de lixo e desperdício que percorrem os oceanos e os ecossistemas, promovendo iniciativas comunitárias de limpeza de espaços públicos.

⁶² Associação sem fins lucrativos de apoio a pessoas carenciadas ou vítimas de catástrofes naturais, em Kibera, uma das maiores favelas do mundo.

⁶³ Coletivo de jovens que se junta para a limpeza de praias, rios e outros espaços públicos naturais de forma a consciencializar a população contra a acumulação de lixo nesses espaços.

trás e, mesmo assim, os que são resgatados, podemos ver o caso de Moçambique agora, com mulheres a comprar alimento ou medicamentos em troco de sexo, as crianças, nem quero imaginar o que está a acontecer (...) então acho que seria muito hipócrita da minha parte estar a ser seletiva, porque este também é um problema feminista. (...) [Entrevista a Raquel, 23 de maio de 2019]

A identificação com determinadas causas faz com que os ativistas sintam a necessidade de pesquisarem mais informações acerca dos temas, de se envolverem de uma forma mais direta, como explica a Cátia: “(...) É como no movimento feminista ou no movimento LGBT, por eu estar e por me identificar, se calhar, não ativamente em termos de fazer coisas de ativismo propriamente dito, mas por eu me identificar, ir a marchas... Envolve-me nesse sentido. (...)” [Entrevista a Cátia, 7 de junho de 2019].

Estas questões identitárias associam-se também à procura de hábitos de consumo ou de estilos de vida alternativos e representam fatores importantes para a sua integração em comunidades e culturas alternativas, que funcionam, como diz Cohen (2001), como bússolas para a identidade individual. Assim, como já demonstrado no final do subcapítulo 3.3 pela citação da Raquel, estes hábitos suscitam uma pesquisa de informação de forma a justificar as novas normas ou fronteiras que desenham para si mesmos e, para a Sofia, por exemplo, o que a leva a pensar no ambiente e, mais tarde integrar a GCEC, foi mesmo o facto de se ter tornado vegetariana – “(...) desde que me tornei vegetariana que eu comecei muito a pensar no planeta, (...)” –, e a partir daí começou a adotar novas práticas e um novo estilo de vida – “(...) zero plástico, lixo zero, não consumir vegetais ou fruta de supermercados, fazer a minha própria horta biológica, ir a supermercados biológicos. (...)” [Entrevista a Sofia, 29 de maio de 2019]. A Raquel explica ainda como começou a adotar novas práticas de consumo e que a internet a ajudou a encontrar “(...) uma comunidade de pessoas que se preocupam com o mesmo que nós, porque pode parecer que estamos sozinhos, mas, no fundo, é fácil encontrar pessoas que tenham as mesmas preocupações e comecei a introduzir algumas alterações na minha vida, (...)” [Entrevista a Raquel, 23 de maio de 2019].

A proximidade e o impacto de fenómenos climáticos extremos, como foi o caso dos incêndios de 2017, de outubro e de Pedrógão Grande, produziram também influência sobre alguns dos ativistas da GCEC, que habitam nas regiões afetadas ou que têm familiares que participaram no combate. As situações particulares do Diogo e da Raquel são exemplos notórios:

(...) no meu caso foram os incêndios de 2017, nem tanto os de Pedrógão como os de a seguir, de outubro. Veres a tua aldeia completamente rodeada de fogo, assim da noite para o dia, e sem saberes o que fazer, (...) a meio de outubro que, em teoria já teríamos um tempo mais ameno, mais fresco e, enfim, estão a acontecer catástrofes daquelas. Saber que nós temos algum tipo de influência naquelas questões, que sofremos com aquelas questões por mera culpa, enfim... Não é que seja necessária uma catástrofe para todos nós acordarmos e nos mexermos, mas, naturalmente, não há maior motivador do que sentir na pele os efeitos do mal que temos feito ao mundo. (...) [Entrevista a Diogo, 22 de maio de 2019]

(...) Pedrógão Grande fica a dez minutos da minha zona. Não cabe na cabeça de ninguém ser a Proteção Civil lá de Lisboa a liderar os bombeiros da minha zona que conhecem aqueles cabeços todos, percebes? Havia muita gente parada nos ICs porque não tinha autorização para se mexer. Eles sabiam para onde o fogo estava a ir e não podiam mexer-se. Há aqui uma falta de comunicação enorme. A minha zona de Cernache do Bom Jardim ficou cercada de fogo, na noite de 19 para 20 de junho, porque só tinha os serviços mínimos dos bombeiros lá, que não era suficiente para combater o fogo, então teve de deixar arder tudo à volta. Ficou completamente cercada, percebes? Porque tudo o resto estava destacado pela Proteção Civil em Pedrógão. Quando se fala em incêndios de Pedrógão não se fala só dos de lá, mas destes também. (...) Se estamos assim tão mal para situações de calamidade pública como aquela, então como é que estamos preparados para lidar com o ambiente? É também nesta premissa que a Greta se levanta e diz (...) «Se os líderes agem como crianças, as crianças tornam-se os líderes». [Entrevista a Raquel, 23 de maio de 2019]

Se para o Diogo e para a Raquel, este pesadelo os despertou para questões políticas e ecológicas nacionais, para o Tiago, que acompanha de perto a realidade do combate aos incêndios através do seu pai – “(...) O meu pai é bombeiro, então queimou-se em Pedrógão, na altura dos incêndios. Então eu sei o quão difícil era aquela realidade. (...)” –, não foi tão certo que tenha sido um estímulo, nomeadamente para fazer parte do movimento; no entanto, assume que “(...) estas foram as duas grandes viragens políticas em Portugal, os incêndios e a crise. (...)” [Entrevista a Tiago, 29 de maio de 2019].

Por último, a figura de Greta Thunberg, catalisadora do movimento internacional, tem também uma forte influência nas iniciativas e no interesse ecologista dos ativistas da GCEC. Apesar de entrar na organização apenas após o 15M, a Sofia diz que, “(...) eu já conhecia a Greta, já sabia aquilo que ela fazia, e quando soube que estava cá em Portugal foi incrível, quis logo participar, (...)” [Entrevista a Sofia, 29 de maio de 2019]. No caso do Tiago, foi também muito relevante – “(...) Comecei assim a ter mais interesse, para aí a partir de novembro do ano passado, assim mais no movimento *Fridays for Future*, através do *speech* da Greta. Naquele momento comecei a ter mais aquela noção do quão importante é lutar pelo ambiente (...)” [Entrevista a Tiago, 29 de maio de 2019] – e para a Raquel foi inspiradora:

(...) Mas depois, lá está, surgiu a Greta. Ela começou isto em agosto, não ficou logo viral, mas quando alastrou também à Suíça e à Alemanha, aquilo começou a rebentar. Começaram a contar a história dela, e eu fiquei tipo, isto faz muito sentido e se ela tem coragem, porque é que eu não tenho, não é? (...) [Entrevista a Raquel, 23 de maio de 2019]

Os catalisadores do processo de politização e de contacto com o ativismo, acima identificados, estabelecem concordância com as principais instituições identificadas por Castro e Mattos (2009), a família e a escola que, de facto, se apresentam como as mais relevantes. Porém, e como as autoras também identificam, apresenta-se como fundamental para este processo a participação e organização juvenil prévia em movimentos sociais, coletivos e outras associações, em que se formam novas redes de contactos e de amizades que influenciarão a tomada de novas iniciativas, práticas, hábitos e estilos de vida. É de sublinhar, contudo, que a instituição familiar continua ainda a representar uma forte pertinência neste processo, apesar das instituições educativas se apresentarem como mais relevantes para estes jovens; no entanto, de acordo com os mesmos, a influência parece restringir-se cada vez mais à família nuclear, não tanto pela identificação direta com os próprios familiares, mas pelo apoio, espaço e estímulos que recebem destes para o desenvolvimento de um pensamento crítico. Também é uma possibilidade que os jovens se afastem de algum modo desta identificação política direta com as suas famílias nucleares, ao procurarem progressivamente uma certa autonomia neste processo, identificando-se mais facilmente com colegas, amigos ou professores, num contexto educativo, com base em questões associadas com categorias identitárias como o género, a raça, a etnia, as orientações sexuais e a classe, assim como pela integração em comunidades e contraculturas assentes em hábitos e éticas

de consumo alternativos. A ausência de concordância e a hesitação relativamente ao papel da escola e da educação formal na formação política dos jovens, questão que Viola (2020) identifica e será tratada no próximo subcapítulo, assim como o crescente afastamento da identificação política com familiares, poderão surgir como um reflexo da crise de legitimidade do Estado moderno e das democracias representativas, na medida em que ambas as instituições familiar e educativas, cumprem, de certa forma, o papel do Estado no quotidiano da vida dos jovens. Certamente haverá outras instituições, agentes e outros estímulos que colocam este processo em marcha, no entanto não seria possível, nesta investigação, identificar todos.

4.2. A política e o sistema educativo

As perceções dominantes, por parte dos ativistas da GCEC, quanto à influência da política no sistema educativo, prendem-se com o potencial de influência ideológica e partidária por parte de professores, a partir da sua própria experiência ou da sua rede de contactos. Para além dos professores, indicam também entender existir influência política nos programas educativos e nos currículos das disciplinas, assim como no investimento alocado pelo Estado para a educação e para a investigação. Possuindo visões distintas quanto a um papel mais direto da educação formal na formação política, uns apontam criticamente para a necessidade de criação ou de desenvolvimento curricular de disciplinas relacionadas com a educação para a cidadania e direitos humanos, como a Formação Cívica, Área de Projeto ou Educação para a Cidadania, outros defendem uma formação política autónoma por parte dos jovens, a partir da sua própria iniciativa, e há também quem se refira à importância do papel do associativismo estudantil e de ocupações extracurriculares nesta vertente.

De uma forma mais ou menos crítica, os ativistas denunciam, sobretudo, a influência ideológica ou partidária de professores, ao longo da sua instrução ou de colegas seus – “Ora bem, eu tenho um professor que é especificamente extrema-esquerda e que nos chama de camaradas, mas nunca nos tentou endoutrinar. (...)” –, porém, apesar de alguns professores demonstrarem certo cuidado para não influenciarem os jovens, para a Cátia, isso nem sempre é uma realidade, prosseguindo “(...) Sinto que alguns professores que se sabe que são de algum partido ou de um determinado partido ou inclinação, não fazem nada para esconder, têm as suas opiniões e, se tiverem de as dar nas aulas, dão. (...)” [Entrevista a Cátia, 7 de junho de 2019]. No entanto, admite que, “(...) não sinto que o meu local de estudo, em psicologia, a política influencie o ensino. (...)”,

embora o mesmo não aconteça em outras faculdades, “(...) Agora, sei que há cursos em que isso é perigoso. A minha colega de casa está em relações internacionais e sei que ela ou colegas mais velhos, (...), têm professores que, certas aulas, é uma endoutrinação total. (...)” [Entrevista a Cátia, 7 de junho de 2019]. Esta influência é também notória no ensino secundário, de acordo com a Raquel – “(...) eu tinha uma professora espetacular de história, só que, mesmo a explicar a organização política pós-25 de abril, mesmo assim, como ela é retornada, e não só por isso, mas havia ali um bocadinho de *bias*, percebes? (...)”, mas é sobretudo nos planos curriculares de alguns cursos universitários que vê maior influência – “(...) O curso [de direito na UC] dá-nos ferramentas enormes para sermos muito críticos quer à direita, quer à esquerda, só que o plano de estudos cá e em Lisboa está muito virado para pessoal de direita. (...)” –, e afirma que, noutros cursos, a influência provém do espectro político oposto ao dominante na sua faculdade – “(...) Há pessoal em RI [Relações Internacionais] que se queixa do contrário, que está muito virado para a esquerda, mas é engraçado que RI é um ramo de direito e mesmo assim aqui é tão oposto... (...)” [Entrevista a Raquel, 23 de maio de 2019]. A Sofia denuncia também a preferência de professores por certos alunos, ao mesmo tempo que não tem dúvidas acerca da forte influência do partidarismo nos professores – “(...) Sabemos sempre que os professores têm sempre os seus preferidos e eles acabam sempre por ser os dos papás médicos e advogados. Obviamente que depois com partidos também poderá influenciar, porque os professores deixam-se influenciar muito. (...)” [Entrevista a Sofia, 29 de maio de 2019].

O facto de ter uma irmã mais nova, permite ao Diogo assistir às vantagens de reformas nos programas educativos – “(...) fui sempre a última fornada dos programas. Agora a minha irmã está a aprender coisas totalmente novas e é muito positivo que haja esta reforma sucessiva daquilo que se ensina e daquilo que se dá aos jovens e crianças. (...)” [Entrevista a Diogo, 22 de maio de 2019]. O Rod e o Tiago criticam a retirada do orçamento às universidades brasileiras, durante o governo de Bolsonaro, alertando para os seus perigos – “(...) Quer tirar o orçamento das universidades em trinta por cento, o que compromete totalmente o orçamento anual, sabe? (...)”, explica Rod, prosseguindo sobre a base ideológica que sustenta o corte “(...) a gente percebe que é um discurso ideológico disfarçado de uma política para preservar o orçamento do Brasil em prol de uma crise não solucionada. (...) Eles não querem o povo pensando, ainda mais um povo pobre pensando. (...)” [Entrevista a Rod, 12 de junho de 2019] –, e o Tiago concorda – “(...) Imagina, basta seis meses desta verba cortada, que pode impactar anos e anos de ensino e de investigação. (...)” – e

relaciona com a crescente falta de investimento na investigação em Portugal – “(...) O ensino está a melhorar e a crescer, mas a verdade é que a investigação está muito apagada, e ainda para mais no nosso departamento [DCV]. (...)” [Entrevista a Tiago, 29 de maio de 2019]. A Maria revela ter sentido falta de investimento e preocupação com componentes e atividades extracurriculares, nas suas escolas, – “(...) estudei na Casa Pia, numa das Casas Pias (...) era uma escola também muito fechada (...), nós não tínhamos tanto essa coisa de «Ah, vamos plantar árvores para não sei o quê», (...)” – e a mesma realidade prossegue no ensino secundário, já numa escola pública:

(...) A minha escola do secundário era uma escola de crianças desfavorecidas e então eles não sentiam tanta necessidade de nos tentar fazer coisas. Há escolas que têm tipo clubes de leitura, clubes de não sei o quê... A minha não tinha nada disso. Eles partiam do princípio que as crianças já tinham a cabeça tão chateada com a vida que levavam, que eles não nos queriam tipo – se bem que acho que isso podia ser uma maneira de escapar à vida que eles tinham, que os meus colegas tinham. Mas pronto, a minha escola não era dessa opinião. [Entrevista a Maria, 18 de junho de 2019]

Na perspetiva da Maria, a escola deveria ter um papel mais forte e direto na educação política – “Nós passamos a maior parte do nosso tempo na escola. Não vamos aprender noutro lugar se não for ali, né? (...)” [Entrevista a Maria, 18 de junho de 2019]. A Sofia e a Ana também defendem essa posição, como sugere a primeira: “(...) Sou a favor de que nas escolas se ensine um pouco de política. (...) Devia ensinar às crianças um pouco mais sobre política e retirar outras coisas que podem não ser tão importantes. (...)”. No entanto para ambas tal papel seria reservado a disciplinas como a Formação Cívica ou outras reservadas para o efeito – “(...) Podia ser uma disciplina sobre comunidade, em que se explica como viver, o que é política, finanças... (...)” [Entrevista a Sofia, 29 de maio de 2019], “(...) Temos sempre, nas aulas de história, quem é que foram os bons e quem é que foram os maus, mas, entretanto, as coisas mudaram, (...) acho que devia haver, em formação cívica ou assim, deviam falar sobre isso. (...)” [Entrevista a Ana, 4 de junho de 2019].

Numa perspetiva contrária às anteriores, a Raquel explica a sua posição: “(...) Organização do poder político, acho muito bem que mostrem, só que explicar os partidos é muito perigoso e corre pior do que melhor e, se o pessoal passa tanto tempo no PC, (...) não pode ir ao *Google* pesquisar?” [Entrevista a Raquel, 23 de maio de 2019]. A Cátia refere-se a uma discussão no

Twitter, no âmbito das eleições europeias, onde jovens que se queixam de desconhecerem em que candidatos devem votar culpam a escola por não os ter ajudado – “(...) estão errados, porque eu não acho que eles devam ensinar nas escolas em quem tu deves votar, (...)” –, porém, dá razão aos jovens, no sentido em que a escola poderia fazer mais – “(...) mas acho que há uma parte das escolas que, se calhar, não está a funcionar bem a incentivar os jovens a não serem só corpos que se sentam e que vão estudar. (...)” – e vê como possíveis soluções para este problema o desenvolvimento de áreas disciplinares de cidadania, mas também alternativas extracurriculares como:

(...) os professores poderiam abrir a possibilidade, se calhar não apenas os professores, mas a associação de estudantes, a criar um grupo de debate nas escolas, ou um grupo que discuta situações políticas, e aí já seria uma situação de debate, mas eu acho que estas coisas, clubes de debate, cidadania, são tudo coisas que podem incentivar os estudantes e os jovens a ingressarem mais na política, que é uma cena que na faculdade tu vês mais, porque também é outro mundo e as pessoas começam a descobrir-se a si próprias e aquilo que realmente defendem, porque no secundário tu só sabes testes de matemática, de português e das outras disciplinas que tiveres. Acho que é importante haver movimentos destes que puxem os jovens, e também era importante que as escolas cooperassem com estes movimentos (...) [Entrevista a Cátia, 7 de junho de 2019]

O Diogo, que partilha da mesma posição, sublinha que a escola deve proporcionar aos alunos as ferramentas para serem autónomos na procura de informação acerca da política:

(...) muitas pessoas dizem, «Ah, mas ninguém nos ensina nas escolas o que é que são os partidos ou quais são as suas ideias de cada partido.» e tudo isso, mas também não têm que ensinar, e ainda bem que não ensinam. A informação está disponível. Nós temos que a procurar. O que a escola nos pode ensinar é a ter espírito crítico, a ter o impulso de interesse e motivação para procurar essa informação (...) [Entrevista a Diogo, 22 de maio de 2019]

O Tiago, que assistiu à mesma discussão no *Twitter*, partilha da posição da Cátia e do Diogo, no entanto sublinha a importância do estímulo à criatividade – “(...) sinto que a criatividade, em si, é algo super desvalorizado na sociedade portuguesa. Seria uma mais-valia para a política em si. Uma

pessoa que tenha que lidar com as artes aprende a libertar-se mais, a dar a sua opinião, (...)” [Entrevista a Tiago, 29 de maio de 2019].

Como vimos, estas posições não são completamente conflitantes entre si, pois até mesmo os que não concordam com um papel direto da educação na formação política jovem, indicam alternativas e formas mais ou menos indiretas de como estas instituições podem participar e assumir um papel mais ativo nesta formação, destacando-se sobretudo, a relevância, para este efeito, de disciplinas com componentes de formação para a cidadania e direitos humanos. Para além disto, a recusa de um papel direto da educação no desenvolvimento deste processo parece dever-se sobretudo às influências partidárias que daí poderão advir, surgindo como reflexo da desconfiança relativamente aos partidos, fortemente associados à “endoutrinação” e à manipulação ideológica e eleitoral.

4.3. A relação da juventude com a política

A relação da juventude com a política é um tema complexo e polémico que tem sido debatido com cada vez mais frequência a nível mediático, sendo uma questão habitualmente associada a questões estruturais como o futuro da democracia representativa e os possíveis contributos do desenvolvimento tecnológico na elaboração de novas formas e práticas de participação política democrática. A caracterização desta relação tem sido também, hegemonicamente, rodeada de estereótipos acerca da juventude, que toldam ou dificultam uma análise mais aprofundada desta relação, menosprezando as circunstâncias e os constrangimentos que os jovens atravessam ao longo do seu desenvolvimento individual, no contexto atual. Para além disto, o tema é recorrentemente retratado a partir de uma análise de práticas políticas tradicionais, ancoradas na participação em atos eleitorais ou na militância partidária. Ao questionar os ativistas da GCEC acerca da sua perspetiva quanto a esta relação, não se procura obter respostas certas ou erradas, até porque existem constrangimentos incontornáveis às suas respostas, resultado da realização das entrevistas em momentos distintos, antes da ação do 24M e das eleições europeias, como foi com o Diogo e a Raquel, tendo as restantes entrevistas ocorrido posteriormente a ambos momentos. Assim, é importante ter-se presente que as repostas poderão ter sido influenciadas pela redução no número de participantes no 24M, quando comparado com o 15M,

assim como pelos resultados das eleições europeias, onde a abstenção portuguesa atingiu 69.3%⁶⁴ e a nível europeu 49.4%⁶⁵. Ainda que os resultados europeus indiquem um aumento da participação de jovens abaixo dos 25, em 14%, e entre os 25 e os 39, em 12%, face aos resultados de 2014, em Portugal, apesar de os dados nacionais não se encontrarem discriminados por idades, de acordo com o *Jornal de Notícias*, a juventude integrou, em grande medida, a percentagem de abstenção (“É preciso “agir urgentemente” junto dos jovens para combater abstenção”, 2019, 28 de maio, *Jornal de Notícias*).

Entre os que perspetivam uma relação mais próxima da juventude com a política encontra-se o Diogo, a Raquel, o Tiago, a Maria e o Rod. “Acho que tem vindo gradualmente a melhorar, apesar da abstenção jovem não revelar nada de positivo (...)”, considera o Diogo, apontando também que o contexto global das mobilizações jovens sugere esta aproximação – “(...) pode ser de algum egocentrismo ou até falta de humildade, mas creio que, não necessariamente pelas manifestações em Portugal, mas pelo contexto global de manifestações que têm ocorrido por todo lado, que tem necessariamente a ver com os jovens. (...)” –, e indica também uma maior presença de jovens na política – “(...) tem havido um certo renovar das pessoas na política e do modo como se faz política, (...) Há de facto uma aproximação entre os jovens e a política, quer a chegar lá, quer a olhar para lá.” [Entrevista a Diogo, 22 de maio de 2019]. O Diogo acrescenta ainda que existe “(...) Uma questão cultural muito grande que dificultou o acesso [dos jovens à política] ou que dificultou até aqui o interesse, principalmente, porque o acesso sempre esteve lá.” [Entrevista a Diogo, 22 de maio de 2019]. Para a Raquel, esta questão cultural parece também representar um entrave – “Acho que há pessoal com medo da palavra política, dos partidos, (...) acho que existe na mesma [interesse dos jovens], mas há uma alienação cada vez maior. (...)” –, e pondera se esta alienação será mesmo inerente aos jovens ou “(...) não sei se isso é culpa dos mais velhos, por deixarem a política de lado, dizendo coisas como «Ó pá, não penses nisso agora» ou «O que é que tu sabes? És um puto, tens só quinze anos», mas dali a três anos está a votar, não é? (...)” [Entrevista a Raquel, 23 de maio de 2019]. Já o Tiago vê a sua geração como interessada – “(...) a verdade é que nós temos interesse em política, mas as coisas ainda estão muito paradas. (...)” –

⁶⁴ Dados relativos ao território nacional e estrangeiro (“Resultados e mapa completo das eleições europeias 2019”, SGMAI-AE 2019, 26 de maio, Observador).

⁶⁵ A adesão a estas eleições foi a maior desde 1994 (“2019 European elections: Record turnout driven by young people” Press Releases 2019, 24 de setembro, European Parliament).

, mas tem mais esperança nas gerações futuras, quanto à perspectiva de uma transformação social mais ampla, que na sua geração:

(...) Vejo muitas pessoas a dizer que as pessoas da geração de 2000 vão salvar o mundo, mas eu não sinto muito isso, sabes? Acho que vão ser as de 2010 para a frente, sabes? Estas crianças que estão a crescer agora estão a crescer com os jovens a lutar (...) [Entrevista a Tiago, 29 de maio de 2019]

Ademais, afirma que a sua geração é um reflexo dos pais – “(...) Eu sinto que nós somos o reflexo dos nossos pais. (...), já discuti bastantes vezes com o meu pai por causa disto. Eles não tiveram de lutar por alguma coisa que eles precisassem (...)” – e explica que este reflexo se relaciona muito com o discurso dos pais relativamente à “classe política”,

(...) A verdade é que nós estamos agora numa geração em que – quantas vezes não ouves os teus pais ou algum familiar a dizer que «São todos iguais» ou «Para quê votar?», sabes? E isso passa para os jovens, porque realmente nós somos aquilo que os nossos pais são, muitas das vezes, embora nós tenhamos capacidade para refletir, a verdade é que isso às vezes chega muito tarde. (...) [Entrevista a Tiago, 29 de maio de 2019]

Na visão do Rod, a juventude preocupa-se com a política e toma posições políticas com uma maior intensidade em torno de diversos temas contemporâneos, embora questione se a sua perspectiva se prende com o seu círculo social restrito:

Demais. (...) mas assim, eu percebo – não sei se é o meu meio social ou se estou circulado por essas pessoas, pode ser uma segregação social também nisso, de pessoas que são privilegiadas por informação, que são privilegiadas por poder de fala, vontade de expressão, talvez seja isso, mas eu posso falar do meu meio – o que eu vejo assim é uma juventude mobilizada ou que pelo menos tenta se mobilizar. Acho que a nossa geração, ela está gritando muito em diversas questões, seja com os direitos humanos, LGBT, de enfim, seja da temática ambiental, eu acho que a gente está conseguindo que os discursos sejam mais palpáveis no quotidiano da sociedade. Eu acho que a juventude tem um papel fundamental nisso e acho que a gente está começando a – logicamente que teve um trabalho muito grande atrás da gente, né, a gente não pode desconhecer isso, de movimentos

anteriores que foram extremamente importantes para a gente chegar até aqui e ter essa voz – mas acredito que a gente está fazendo um papel legal na contemporaneidade, sabe? (...), seja no espectro da direita e da esquerda, você percebe que a juventude hoje ela tem uma posição, sabe? Há um argumento para questões políticas. Não é uma juventude que está dispersa totalmente, sabe? Pode haver uma dispersão, mas acredito que está começando a se alertar para várias coisas, assim, sabe? Talvez nossa geração futura seja até melhor e superem isso, né? [Entrevista a Rod, 12 de junho de 2019]

Esta aproximação à política da juventude pode também ser vista como uma moda das gerações mais recentes, como a Maria sugere; “(...) eu acho que está na moda. Pelo menos na minha faixa etária tá na moda fazer de conta que se interessam pela política, que entendem, que fazem parte dos jotinhas todos... (...)”, principalmente quando comparando com gerações anteriores – “(...) Mas, de um modo geral, há um interesse muito maior do que havia, por exemplo, quando eu andava praí no sexto ano. Os miúdos mais velhos, quando andava no sexto ano, ‘tavam nem aí para a política. (...)” [Entrevista a Maria, 18 de junho de 2019].

A Sofia e a Ana partilham da opinião contrária de que a juventude não tem interesse na política. Para a Sofia, os resultados das eleições são uma prova desse desinteresse:

Acho que os jovens não se interessam por política. Isso viu-se agora nas eleições europeias e calculo que também vai acontecer nas legislativas porque é a tal coisa, houve uma enorme abstenção, o que não deveria acontecer, mesmo que haja gerações mais antigas, entrou toda uma nova geração para votar neste ano, falou-se disso. (...) [Entrevista a Sofia, 29 de maio de 2019]

Na experiência da Ana, o papel dos pais, enquanto impulso para os jovens procurarem mais informações acerca da política, é definidor do seu interesse:

Não acho que se preocupem. Só se forem, por exemplo, aqueles que vão sendo cativados pelos pais a se preocuparem, e não sei quê... No meu caso, por exemplo, nunca tive esse impulso, aquele apoio de «Ah, vai pensando nessas coisas». Os meus pais umas vezes votavam, outras vezes não votavam, e eu às vezes perguntava «Então pai? Em quem é que votaste?» e ele dizia e eu, ok... Não tínhamos aquele interesse do «Vai pensando nisto», ou «Este é bom por causa disto», ou «Aquele é mau por causa daquilo», então só agora mesmo

com esta coisa dos verdes e do pensamento verde é que eu estou a pensar mais. E não percebo nada. Vou vendo as propostas, mas sei que na realidade nem se muda nada. É sempre aquela esperança... [Entrevista a Ana, 4 de junho de 2019]

Denotando alguma ambiguidade e um certo relativismo nas respostas, a Cátia e a Luciana não assumem uma posição clara quanto a questão. A Cátia responde que, depois das eleições europeias, já não se encontra tão otimista quanto anteriormente e refere ter esperado uma maior afluência ao voto fruto do resultado das greves, apontando também para questões geracionais como o Tiago, que tanto podem resultar numa aproximação à política, como num afastamento:

Eu antes das eleições teria-te dito que sim, com certeza, estava super otimista mesmo. É assim, nós também vemos um bocado o que está à nossa volta, não é? Nós vemos que em Portugal tivemos dez mil pessoas em Lisboa, vinte mil ao todo, na primeira greve, nesta greve não sei se já fizeram contabilização, mas sei que em Lisboa foram tipo sete mil. Ou seja, uma pessoa está otimista, primeiro porque primeiro pensamos que vinte mil é muito, o que nem é, pelo menos em termos da população portuguesa nem é, mas para nós parecemos um número gigante, então nós assumimos que toda a gente que apareceu vai votar. (...) A partir do momento em que se tem de mudar um dia de jogo de futebol para as pessoas irem votar já diz muito, e nós temos muitos jovens que querem arranjar desculpas para serem medíocres, no sentido em que eu acho que um grande defeito que nós temos na nossa geração é que ou há muito desenrasque ou não há nenhum. Temos pessoas que são desenrascadas, proativas e tudo mais, mas a nossa geração em Portugal também tem muita gente que não é desenrascada, e tem tudo a ver com os nossos pais terem sido mais mimados que os nossos avós e nós somos uns bebés, completamente. (...) o país também não puxa muito pela política, então os jovens, muitas vezes, juntam o útil ao agradável – «A culpa não é minha» – e siga ... (...) [Entrevista a Cátia, 7 de junho de 2019]

A Luciana problematiza o contexto da cidade de Coimbra, denotando que, culturalmente, enquanto centro estudantil é uma cidade muito politizada, porém, a realidade exterior já não será a mesma, na sua perspetiva,

Coimbra é uma cidade super política, né? Mesmo começando dos núcleos – em relação aos estudantes, tipo, tem sempre competições, há os núcleos e são jogos políticos.... Então,

desde os núcleos à Associação Académica em si, as partes dentro – eu acho que Coimbra é uma cidade muito política, mas quando você sai desses centros estudantis eu acredito que ainda falta muita informação chegar lá e ter esse movimento. [Entrevista a Luciana, 12 de junho de 2019]

Conclui-se que a maioria dos ativistas mantém algum otimismo quanto à relação da juventude com a política, embora ao longo das suas respostas denotem alguns entraves à sua participação e interesse, que têm sido já identificados ao longo deste trabalho, e que se intersejam e se afetam mutuamente. Está patente nas respostas dos ativistas que, nesta relação entre a juventude a política, os agentes se encontram então constrangidos com base não apenas em recursos materiais, mas também culturais. Será também possível identificar nos seus discursos e dos que apresentam, de familiares ou conhecidos, múltiplas interpretações e significados distintos acerca do que é político e da sua relação com partidos, à luz de experiências idiossincráticas divergentes. Será também importante considerar a motivação individual de cada um dos participantes e a forma como as suas expectativas, relativamente ao movimento, à sua participação no mesmo e ao seu impacto político, alteram a sua perceção desta relação.

Até certo ponto, podemos identificar também, nos discursos de alguns jovens da GCEC e também em expressões que reproduzem de familiares ou conhecidos, vestígios de uma ideologia de estigma em torno dos jovens. Torna-se relevante então, perceber até que ponto a identidade de ativista, bem como os desafios que os ativistas enfrentam nas suas práticas (por exemplo, a nível de mobilização), poderá constituir uma categorização identitária que pode resultar numa certa demarcação ou até num aparente afastamento relativamente à restante juventude. Esta categoria identitária, com as suas fronteiras definidas em torno da sua atividade e participação política, poderá reproduzir-se tanto em interações sociais com adultos, como com jovens, e pode basear-se numa procura de superação do estigma que condiciona as interações sociais da juventude. Parece existir também um carácter aparentemente cíclico entre gerações, culpabilizando ou responsabilizando as anteriores ou as procedentes, por problemas sociais correntes ou pela sua resolução, com um forte recurso a *frames* geracionais, denunciando a presença de um conflito entre gerações que poderá ser aprofundado pelo envelhecimento geral da população, nomeadamente em Portugal, e pelo prolongamento do estatuto jovem. Este crescente fosso entre gerações impede ou dificulta a formação de laços de solidariedade intergeracionais e, conseqüentemente, a possibilidade de ações concertadas e coletivas para a transformação da realidade social.

Conclusões, balanço e perspectivas

No primeiro capítulo, através de Gluckman (1965), Turner (1974) e Bowie (2006), pudemos compreender o papel de processos ritualísticos na manutenção e gestão de crises e conflitos inerentes às estruturas sociais e vimos também como estes processos, como peregrinações ou manifestações, tanto podem contribuir para um fortalecimento de laços e relações de *communitas*, como também para o destaque de tensões internas, já que as experiências dos participantes são únicas e pessoais. Identificou-se também, com Cohen (2001), que o caráter altamente simbólico, interpretativamente maleável, de comunidades ou movimentos sociais, permite acomodar as identidades dos seus membros, tornando-se num repositório e num referente para a sua identidade. Através de Goffman (1963) percebeu-se como a experiência e a interpretação de interações sociais são alteradas na presença de um estigma, sendo frequente a racionalização de tal estigma com relação a outras categorias diferenciais e identitárias, formando-se uma ideologia de estigma que inferioriza e descredita quem o possui. Para além disto, concluiu-se, com Goffman (1986[1974]), que interpretamos e tornamos significativos eventos e ocorrências do quotidiano através de *frames* que podem ser transformados para alterar a definição de tais situações. Por fim, vimos ainda como agentes se situam e competem em diferentes e diversas arenas sociais, na disputa por posições sociais, através de Bourdieu (1992), informando-nos acerca do seu *habitus* e acerca da importância de recursos culturais e materiais nesta disputa.

No capítulo II aprofundaram-se e identificaram-se algumas das principais correntes teóricas de análise de movimentos sociais, desenvolvidas inicialmente em separado, porém fundindo-se a partir dos anos 90, com a abertura de um novo ciclo de ação coletiva e com o surgimento dos “novíssimos” movimentos sociais. Vimos como nestes movimentos sociais se encontram presentes características dos velhos e dos novos movimentos sociais em simultâneo (Della Porta e Diani 2006), batendo-se por reivindicações materiais e culturais, e como estes movimentos, pelo seu caráter flexível, permitem preservar a autonomia dos intervenientes individuais e coletivos, viabilizando a participação política de base, informal, sendo importantes polos de atração para a juventude, num momento em que cresce a insatisfação com a política institucional formal (Juris et al. 2012). Recorrendo a Blumer (1995), pudemos observar como os movimentos sociais se desenvolvem no sentido de se tornarem autênticas sociedades com costumes, tradições, lideranças, divisão de trabalho, regras e valores sociais, e também os

principais mecanismos através dos quais crescem e se organizam. Considera-se também como a viragem digital, com o desenvolvimento das redes sociais, proporcionou novos canais de comunicação e arenas políticas de disputa de poder, erodindo a distinção entre o real e o virtual e o local e o global, permitindo a *reperformance* de ações políticas, sob novas condições, contextos e audiências, numa nova forma de *agitprop* para os movimentos sociais (Raposo 2017). Através de Snow e Benford (1988), percebeu-se como é que os movimentos sociais, assim como os *media* e outros agentes, incorrem em esforços de *framing* de forma a disputar o controlo sobre a forma como problemas sociais são interpretados, mas também para a mobilização e canalização de apoio, com a sua eficácia a depender da ressonância do *frame* com o sistema de crenças ou ideologia a que o movimento pretende efetuar algum alinhamento, assim como do período em que o movimento atua mediante os ciclos de protesto. Observou-se também, através da aplicação do pensamento de Bourdieu à análise de movimentos sociais com Husu (2012), como a perceção de problemas sociais por parte de agentes se dá à luz do seu *habitus*, como as tomadas de posição de movimentos sociais podem informar-nos acerca das suas condições, relações objetivas, estratégias de alianças e procura de apoio, e também como podemos olhar os próprios movimentos como arenas políticas. Finalmente, vimos como os movimentos sociais representam, de certa forma, as dificuldades dos sistemas representativos em crise, na resposta a novas reivindicações impostas pela progressiva transformação social (Della Porta e Diani 2006), e também como quebram as teorias e práticas democráticas vigentes (Maeckelbergh 2009) ao contribuírem para a proliferação de abordagens mais participativas em democracias representativas (Della Porta e Diani 2006; Van Vossle 2015).

Vimos como, no capítulo III, a juventude atual se encontra numa posição social de desvantagem ou subalternidade (Bowman 2020), atravessando um período de múltiplas crises e perspetivando um futuro fora do seu controlo, num crescente fosso entre gerações que se agudiza com a diluição de laços comunitários e familiares, da sua ritualização, e com o prolongamento, no tempo, da condição “jovem” (Estanque 2008). Identificaram-se ainda os principais constrangimentos à ação política jovem e estudantil na cidade de Coimbra, através de Estanque (2008), e traçaram-se os principais fenómenos climáticos e movimentações que rodearam o surgimento da GCE. Testemunharam-se os constrangimentos apresentados pelos jovens ativistas da GCEC, quanto à sua ação política, sobretudo em torno de questões relacionadas com a gestão da sua vida pessoal e educativa, salientando-se as dificuldades acrescidas do contexto da cidade

de Coimbra, identificados por Estanque (2008). Caracterizou-se a GCEC como um movimento social específico reformista, num estágio intermédio de desenvolvimento entre a fase de excitação popular e a fase de formalização, através do repertório teórico de Blumer (1995). As greves, as manifestações e as performances organizadas mostraram a importância do papel das emoções para o reforço de laços de solidariedade e de identificação mútua, promovendo o desenvolvimento de um *esprit de corps* que garante a coesão do movimento. No 15M, pudemos analisar como o facto desta greve ter sido a primeira, a um nível internacional, fez com que existisse um elevado recurso a *frames* de diagnóstico, numa disputa de “discursos em competição”, pela forma como é interpretada a crise climática e as suas origens. Vimos como o *frame* dominante utilizado tanto pela GCEC, como pelos *media* pode ser visto como um *frame* geracional, que se ancora numa responsabilização dos mais velhos, pela crise climática, alimentando e/ou denunciando uma clivagem geracional. Já no 24M, este *frame* geracional conviveu com uma presença mais frequente de *frames* anticapitalistas, fruto de uma maior participação e influência de outros movimentos e coletivos anticapitalistas, em tentativas de acrescentar uma dimensão anticapitalista ou de transformar o *frame* dominante. Analisámos também como, apesar destes jovens e o movimento da GCE terem obtido uma elevada cobertura mediática, sentiram também constrangimentos a nível cultural, na relação com a opinião pública, mas também com os *media*, resultantes da presença de uma ideologia de estigma em torno da juventude. Esta ideologia de estigma modifica de forma significativa a forma como o movimento é percecionado e como se apresenta nas suas interações com agentes e instituições. Para além disto, pudemos também entender que estes jovens, assim como a opinião pública generalizada, parecem possuir uma interpretação ou representação do político associada fortemente com partidos e com a política formal, contribuindo, a par da ideologia de estigma, para um afastamento ou recusa da sua participação na arena política. Contudo, em simultâneo, alguns reconhecem o movimento como um movimento político, embora apartidário, e identificam a omnipresença do político em vários atos, hábitos e práticas do quotidiano, não apenas restritos ao parlamento e à política partidária.

No capítulo IV, traçámos o percurso de politização, de entrada no ativismo e de consciencialização ambiental destes jovens, identificando-se os agentes, instituições e fenómenos que acompanham este processo gradual. O papel da família, nomeadamente da família nuclear, mostrou-se fundamental, não tanto por uma identificação direta dos jovens com os familiares, mas sim pelos recursos materiais e culturais, bem como pelo espaço proporcionado pelos mesmos, para

que os jovens possam embarcar, autonomamente, neste processo. As instituições educativas parecem representar o espaço onde os jovens mais desenvolvem a sua socialização política pela identificação direta com professores e colegas, representando uma instituição fundamental para o alargamento da sua rede de contactos e para as suas experiências iniciais de participação política, através do associativismo ou de atividades extracurriculares. Destaca-se o papel dos professores no desenvolvimento de um espírito crítico e criativo nos estudantes. Embora não se produza consenso sobre a necessidade de as instituições educativas adotarem um papel direto na socialização política jovem, concordam que é necessária uma educação cívica e comunitária mais consolidada, com disciplinas reservadas para o efeito. Acresce como fundamental para este processo também a participação prévia em manifestações e outras ações ou a organização prévia ou atual em movimentos sociais, coletivos e associações, nomeadamente, a própria GCEC, inspirando os ativistas a uma maior procura de informação relativamente à política. Relevantes ainda para este processo são questões associadas à identidade, nomeadamente a pertença ou identificação com comunidades ou categorias identitárias baseadas na interseção entre diferentes formas de opressão e exploração – categorias como a identidade de género, orientações sexuais, etnias e raças – mas também com comunidades baseadas em práticas, éticas e hábitos de consumo alternativos, apresentando-se também como fortes motivadores para a procura de informação acerca das causas políticas que rodeiam estas identidades. A experiência de fenómenos climáticos extremos, embora se afigure como menos pertinente para a maioria, é também relevante para motivar iniciativas e preocupações com questões em torno da crise climática. Por fim, neste processo, foi também relevante o papel da ativista Greta Thunberg que, apesar da polémica gerada em torno da mesma, envolta também sob uma ideologia de estigma, ao tomar esta iniciativa, capacitou milhares de jovens por todo o mundo, encorajando-os para a tomada das suas próprias iniciativas na arena política.

Quanto à perspetiva destes jovens acerca da relação da juventude com a política, conclui-se, assim, que, na sua maioria, estes ativistas veem os jovens como preocupados e interessados em questões políticas. Identificam-se, porém, entraves e constrangimentos nesta relação com base em questões materiais e culturais, que se interseccionam e se afetam mutuamente. Reconhece-se nos discursos de alguns jovens da GCEC e em expressões reproduzidas por estes, de familiares ou conhecidos, reflexos característicos da ideologia de estigma em torno da juventude, sendo possível que a identidade ativista que assumem e os desafios que rodeiam esta categoria identitária,

produzam um certo afastamento ou demarcação relativamente à restante juventude, numa tentativa de superação do estigma. Por fim, denota-se, novamente, a forte presença de um *frame* geracional, que parece cumprir um propósito aparentemente cíclico entre gerações de responsabilização ou culpabilização de gerações anteriores ou posteriores pelas causas ou pela resolução de problemas sociais atuais, alimentando-se um conflito geracional que prejudica a possibilidade de ações concertadas e coletivas para a transformação social.

Assim, pode concluir-se que, embora o *frame* geracional produza um alinhamento ou uma ressonância dialética entre as orientações interpretativas da GCE e o público que pretende mobilizar, é possível que esta tarefa de *framing* entre em colisão com a ideologia de estigma que existe em torno da juventude, não sendo certo se esta utilização será eficaz, pois poderá ter implicações na eficácia de *frames* de prognóstico e motivacionais posteriores, reduzindo o debate em torno da crise climática e da sua resolução a questões geracionais, à medida que os esforços, vitórias e derrotas da juventude em luta se mantêm interpretadas à luz do seu estigma. É também notório que a posição social e o *habitus* da maioria dos jovens entrevistados da GCEC, embora com exceções, é favorável à perceção de aberturas estruturais e de problemas sociais, como é o caso da crise climática, proporcionando os recursos necessários para que estes jovens tomem iniciativas como a da GCEC e se integrem gradualmente na arena política.

Entende-se, assim, que a GCEC, assim como outras iniciativas e experiências de organização, de participação e de ação coletiva, contribuem de forma significativa para a socialização política da juventude, apresentando-se como importantes meios para o desenvolvimento de laços solidários entre pares, ao mesmo tempo que servem como motivadores para a procura de mais informação acerca da política. É possível também concluir que estes movimentos sociais representam importantes polos de atração para a participação política jovem, em alternativa à descrença e desconfiança que a juventude, mas também a opinião pública generalizada, sente relativamente à participação política institucional formal. Desta forma, expondo-se fortes constrangimentos associados a uma ideologia de estigma em torno da juventude, contraria-se, assim, a visão dominante e estereotipada da juventude enquanto despreocupada ou desinteressada pela política, sendo fundamental dissociar tal caracterização com o seu grau de participação e interesse na política institucional formal.

Conclui-se ainda que, no seu processo de politização, a juventude procura desenvolver-se de uma forma relativamente autónoma quanto à identificação direta com familiares e, somando-se

à hesitação e ao dissenso demonstrados quanto ao papel das instituições educativas neste processo, poderá estar em causa um reflexo da crise de legitimidade do estado moderno e das democracias representativas. Desta forma, ainda que a família nuclear e as instituições educativas se manifestem centrais neste processo, ao proporcionarem as ferramentas e o espaço necessário para o efeito, acresce em importância, sobretudo, a identificação política com pares, colegas e professores, tanto em contexto escolar como ativista, com base em categorias identitárias e em comunidades e contraculturas assentes em hábitos e éticas de consumo alternativos.

Balanço e reflexão

Como refiro na introdução, o esforço interpretativo que esta investigação representa é iluminado pela experiência idiossincrática do antropólogo, sendo construída a partir de questionamentos com base no meu percurso ativista na cidade de Coimbra e pensada através de uma perspetiva marxista. Assim, tendo em conta o contexto académico e avaliativo desta dissertação, foram detetadas limitações com base na identidade assumida enquanto investigador-ativista e as contradições entre ambos os espaços académicos e ativistas. Tais limitações surgiram sobretudo na divisão e distribuição de prioridades entre tarefas associadas com esta investigação, com a minha militância no SE e com a minha atividade no seio da GCEC.

As dificuldades na gestão de tempo e de prioridades foram notórias, por exemplo, na minha participação nas greves e manifestações, já que as tarefas de observação e de recolha de material empírico foram realizadas em simultâneo com outras atividades de militância, como foi o caso da distribuição de panfletos. Houve também atividades e algumas reuniões à distância da GCEC, que não pude integrar ou participar devido a esta dificuldade na gestão pessoal das pressões da vida académica e ativista, para além de incompatibilidades que espelham as limitações identificadas nesta investigação, quanto ao contexto da atividade política e ativista na cidade de Coimbra, não tendo sido possível acrescentar tais episódios na ilustração desta dissertação.

Salienta-se também a existência de tensões no campo, demonstradas ao longo da dissertação que, embora comuns a qualquer metodologia, foram de carácter político, devido a posições divergentes entre mim e alguns ativistas da GCEC, impossibilitando uma postura neutra por parte do investigador. Tais discordâncias políticas, aliadas à minha idade – 26 anos – durante o período de trabalho de campo e de participação na GCEC, penso que se apresentaram como entraves para a formação de um vínculo mais forte à própria organização, quando comparado, por

exemplo, com o SE ou outros movimentos em que participei previamente. As limitações a nível da dimensão da dissertação, não permitiram também a inclusão de material empírico resultante de tais experiências prévias, que poderiam também contribuir para um entendimento mais claro do contexto ativista na cidade de Coimbra. Por fim, a componente colaborativa desta investigação foi também limitada devido ao contexto avaliativo enquanto dissertação de mestrado, representando um produto final inevitavelmente individual, embora possa ainda servir como objeto de discussão entre ativistas, acerca dos vários temas explorados.

Posfácio: Perspetivas para trabalhos futuros

Ao longo da realização desta dissertação, foram-se colecionando várias ideias e perspetivas para trabalhos e investigações futuras. A nível metodológico, por exemplo, seria pertinente conjugar os métodos utilizados nesta investigação com entrevistas realizadas em momentos de protesto e de manifestações, não apenas a organizadores de movimentos sociais e coletivos, mas também aos vários públicos e participantes de tais ações. Igualmente interessante poderia ser a criação de um espaço físico ou digital de discussão entre ativistas acerca do tema desta dissertação.

Outros temas de futuras investigações, poderão apoiar-se num aprofundamento sobre a cisão e dissolução da GCEC, em 2020, assim como da progressiva institucionalização da GCE, tendo em conta a perspetiva do drama social de Turner (1974), o repertório teórico de Castells (2010b) acerca da institucionalização destes movimentos sociais e também os avisos de Tarrow (2011) quanto à rotinização destes movimentos por parte dos Estados.

Poder-se-á também analisar o impacto da crise financeira, do período de austeridade e das mobilizações políticas subsequentes, na socialização política da juventude atual, com especial atenção à deterioração da sua confiança e da restante população em relação à política institucional formal. Para tal efeito, seria interessante perceber até que ponto é que existe também alguma espécie de ideologia de estigma em torno da política, que parece ser fortemente associada a interesses partidários e ideológicos. Também poderá ser relevante uma investigação semelhante, a partir da identificação de elementos, agentes e instituições por detrás de fenómenos de despolitização, em diálogo com a teoria crítica existente em torno de conceitos como o “pós-político”.

Como mencionado no final da introdução, é igualmente relevante continuar este tipo de investigações durante o período pandémico atual, procurando discernir a contribuição desta

pandemia e das medidas estatais de controlo sanitário, para o desfecho do ciclo de protesto aparentemente aberto em 2018. Investigar as adaptações dos movimentos sociais a este período, poderá também contribuir para um maior entendimento sobre o papel das redes sociais e do mundo digital para a organização e para a mobilização de protestos coletivos. Para além disto, entram em “cena” novos movimentos, como movimentos negacionistas relativamente à pandemia, que poderão produzir consequências na forma como os Estados respondem às mobilizações coletivas.

Por fim, seria muito importante uma investigação aprofundada e interdisciplinar acerca da temática da politização juvenil, passível de ser analisada e interpretada sob diversas lentes teóricas, com contributos disciplinares oriundos, por exemplo, da psicologia, da pedagogia, história, filosofia e de outras ciências sociais e humanas.

Bibliografia

BAER, Hans A., 2012, “Engaged Anthropology in 2011: A View from the Antipodes in a Turbulent Era”, *American Anthropologist*, 114 (2): 217-226.

BALANDIER, Georges, 1972 [1967], *Political Anthropology*. Harmondsworth, Penguin Books Ltd.

BALANDIER, Georges, 1971, “Réflexions sur une anthropologie de la modernité”, *Cahiers Internationaux de Sociologie*, 51: 197-211.

BATESON, Gregory, 1972, *Steps to an Ecology of Mind*. New York (N.Y.), Ballantine Books.

BAUMAN, Zygmunt e Neal LAWSON, 2017, *A chronicle of crisis: 2011-2016*. London, Social Europe Edition.

BIERSCHENK, Thomas e Jean-Pierre OLIVIER de SARDAN, 1998, “ECRIS: Enquête collective rapide d’identification des conflits et des groupes stratégiques”, em (eds.), *Les Pouvoirs au Village: La Bénim rural entre démocratisation et décentralisation*, Éditions Karthala, 253-272.

BLUMER, Herbert, 1995, “Social Movements”, em Stanford M. Lyman, (ed.), *Social Movements: Critiques, Concepts, Case-Studies*, Palgrave Macmillan Press Ltd, 60-83.

BOURDIEU, Pierre, 1985, “The social space and the genesis of groups”, *Social Science Information*, 24 (2): 195-220.

BOURDIEU, Pierre, 1992, *The Logic of Practice*. Stanford University Press.

BOWIE, Fiona, 2006 [2000], “Pilgrimage”, em *The Anthropology of Religion: An Introduction*, 2ª edição, Blackwell Publishing Ltd, 237-262

BOWMAN, Benjamin, 2020, “They don’t quite understand the importance of what we’re doing today: The young people’s climate strikes”, *Sustainable Earth*, 3 (16): 1-13.

- CARVALHO, Tiago, 2014, “Modernidade, classes sociais e cidadania política: Portugal sob um olhar internacional”, *Análise Social*, XLIX (3.º, 212): 650-674.
- CASAS-CORTÉS, Maribel, Michal OSTERWEIL e Dana E. POWELL, 2013, “Transformations in Engaged Ethnography: Knowledge, Networks, and Social Movements”, em Jeffrey S. Juris e Alex Khasnabish, (eds.), *Insurgent encounters: Transnational activism, ethnography, & the political*, Durham, Duke University Press, 199-228.
- CASTELLS, Manuel, 2010a, *The Rise of the Network Society*. 2ª edição, vol. I, The Information Age: Economy, Society, and Culture, Wiley-Blackwell.
- CASTELLS, Manuel, 2010b, *The Power of Identity*. 2ª edição, Vol. II, The Information Age: Economy, Society, and Culture, Wiley-Blackwell.
- CASTELLS, Manuel, 2019, *Rupture: The Crisis of Liberal Democracy*. Polity Press.
- CASTRO, Lucia Rabello e Amana Rocha MATTOS, 2009, “O que é que a política tem a ver com a transformação de si? Considerações sobre a acção política a partir da juventude”, *Análise Social*, XLIV (193): 793-823.
- CIAVOLELLA, Riccardo, 2015, “Alterpolitics or alterotopies: A critique of nomadology with reference to West African Fulbe”, *Foocal – Journal of Global and Historical Anthropology*, 72: 23-36.
- CIAVOLELLA, Riccardo. e Stefano BONI, 2015, “Aspiring to alterpolitics: Anthropology, radical theory, and social movements”, *Foocal – Journal of Global and Historical Anthropology*, 72: 3-8.
- COELHO, Maria Zara Pinto, 2009, “Jovens no discurso da imprensa portuguesa: um estudo exploratório”, *Análise Social*, XLIV (191): 361-377.
- COHEN, Anthony P., 2001 [1985], *The Symbolic Construction of Community*. Taylor e Francis Group.
- COMAROFF, Jean e John L. COMAROFF, 2012, *Theory from the South: or, How Euro-America Is Evolving Toward Africa*. New York (N.Y.), Taylor & Francis Group.
- DELEUZE, Gilles e Félix GUATTARI, 1988 [1980], *A Thousand Plateaus: Capitalism and Schizophrenia*. London, University of Minnesota Press.
- DELLA PORTA, Donatella e Mario DIANI, 2006 [1999], *Social Movements: an Introduction*. 2ª edição, Blackwell Publishing Ltd.
- DESAI, Manisha, 2013, “The Possibilities and Perils for Scholar-Activists and Activist-Scholars: Reflections on the Feminist Dialogues”, em Jeffrey S. Juris e Alex Khasnabish, (eds.), *Insurgent encounters: Transnational activism, ethnography, & the political*, Durham, Duke University Press, 89-107.

- EADE, John e Michael J. SALLNOW, 2013 [1991], “Introduction”, em (eds.), *Contesting the Sacred: The Anthropology of Christian Pilgrimage*, Eugene (O.R.), Wipf & Stock, 1-29.
- ESTANQUE, Elísio, 2008, “Jovens, estudantes e ‘repúblicos’: Culturas estudantis e crise do associativismo em Coimbra”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 81: 9-41.
- FARMER, Paul, 2011, *Haiti after the Earthquake*. New York, Public Affairs.
- FLORÊNCIO, Fernando, 2003, “Capítulo 2: A construção de uma abordagem teórica”, em *As Autoridades Tradicionais Vandau, Estado e Política Local em Moçambique*. Lisboa, ISCTE-IUL, tese de doutoramento, <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/12208/1/As_Autoridades_Tradicionais_Vandau.pdf> (consultado em 03/08/2021).
- GEERTZ, Clifford, 1973, “Thick Description: Toward an Interpretive Theory of Culture”, em *The Interpretation of Cultures*, Basic Books, 3-32.
- GIBB, Robert, 2001, “Toward an Anthropology of Social Movements”, *Journal Des Anthropologues*, 85-86: 233-253.
- GLUCKMAN, Max, 1962, “Les Rites de Passage”, em Daryll Forde, Meyer Fortes, Max Gluckman (ed.) e Victor W. Turner, *Essays on The Ritual of Social Relations*, Manchester University Press, 1-52.
- GLUCKMAN, Max, 1965, *Politics, Law and Ritual in Tribal Society*. Oxford, Basil Blackwell.
- GOFFMAN, Erving, 1956, *The Presentation of Self in Everyday Life*. University of Edinburgh Social Sciences Research Centre.
- GOFFMAN, Erving, 1963, *Stigma: Notes on the Management of Spoiled Identity*. Englewood Cliffs (N.J.), Prentice-Hall.
- GOFFMAN, Erving, 1986 [1974], *Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience*. Northeastern University Press.
- GRAMSCI, Antonio, 1979, *Introdução à filosofia da praxis*. 2ª edição, Lisboa, Edições Antídoto.
- GREENWOOD, Davy J. e Morten LEVIN, 2007, *Introduction to Action Research: Social Research for Social Change*. 2ª edição, Sage Publications.
- HUSU, Hanna-Mari, 2012, “Bourdieu and Social Movements: Considering Identity Movements in Terms of Field, Capital and Habitus”, *Social Movement Studies*, 12 (3): 264–279.
- IPCC, 2018, *Global Warming of 1.5°C: An IPCC Special Report on the impacts of global warming of 1.5°C above pre-industrial levels and related global greenhouse gas emission pathways, in the context of strengthening the global response to the threat of climate change, sustainable development, and efforts to eradicate poverty*. [Masson-Delmotte, V., P. Zhai, H. -O. Pörtner, D. Roberts, J. Skea, P.R. Shukla, A. Pirani, W. Moufouma-Okia, C. Péan, R. Pidcock, S. Connors, J.B.R. Matthews, Y. Chen, X. Zhou, M.I. Gomis, E. Lonnoy, M. Tignor, e T. Waterfield (eds.)]. In Press.

- JURIS, Jeffrey S., Inês PEREIRA e Carles FEIXA, 2012, “La globalización alternativa y los 'novísimos' movimientos sociales”, *Revista Del Centro De Investigación*, 10 (37): 23-39.
- JURIS, Jeffrey S. e Alex KHASNABISH, 2013a, “Ethnography and Activism within Networked Spaces of Transnational Encounter”, em (eds.), *Insurgent encounters: Transnational activism, ethnography, & the political*, Durham, Duke University Press, 1-36.
- JURIS, Jeffrey S. e Alex KHASNABISH, 2013b, “The Possibilities, Limits, and Relevance of Engaged Ethnography”, em (eds.), *Insurgent encounters: Transnational activism, ethnography, & the political*, Durham, Duke University Press, 367-390.
- KELLETT, Peter, 2009, “Advocacy in Anthropology: Active engagement or passive scholarship?”, *Durham Anthropology Journal*, 16 (1): 22-31.
- KIRSCH, Stuart, 2010, “Experiments in Engaged Anthropology”, *Collaborative Anthropologies*, 3 (1): 60-80.
- KURTZ, Donald V., 2001, *Political Anthropology: Power and Paradigms*. Routledge, Taylor & Francis Group.
- LENINE, Vladimir I., 1975 [1894], *Em Defesa do Marxismo*. Coimbra, Centelha.
- LIMA, Maria da Paz Campos e Antonio Martin ARTILES, 2014, “Descontentamento na Europa em tempos de austeridade: Da ação coletiva à participação individual no protesto social”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 103: 137-172.
- MAECKELBERGH, Marianne, 2009, *The Will of the Many: How the Alterglobalization Movement is Changing the Face of Democracy*. Pluto Press.
- MARCUS, George E., 1995, “Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography”, *Annual Review of Anthropology*, 24: 95-117.
- MELUCCI, Alberto, 1980, “The new social movements: A theoretical approach”, *Social Science Information*, 19 (2): 199-226.
- O'BRIEN, Karen, Elin SELBOE e Bronwyn M. HAYWARD, 2018, “Exploring youth activism on climate change: dutiful, disruptive, and dangerous dissent”, *Ecology and Society*, 23 (3): 42-55.
- PICKARD, Sarah e Judith BESSANT, 2018, “Introduction”, em (eds.), *Young People Re-Generating Politics in Times of Crises*, New York (N.Y.), Springer International Pub, 1-16.
- POSTILL, John, 2014, “Democracy in an age of viral reality: A media epidemiography of Spain's indignados movement”, *Ethnography*, 15(1): 51-69.
- RAPOSO, Paulo, 2017, “Performance, activismo e esfera pública: arquivo, repertório e reperformance nos novíssimos movimentos sociais”, em Ana Pais, (ed.), *Performance na Esfera Pública*, 1ª edição, Lisboa, Orfeu Negro, 199-209.
- READINGS, Bill, 1999, *The university in ruins*. Cambridge (M.A.), Harvard University.

- SCHEPER-HUGHES, Nancy, 1995, “The Primacy of the Ethical: Propositions for a Militant Anthropology”, *Current Anthropology*, 36 (3): 409-440.
- SEIXAS, Ana Maria, 2005, “Aprender a democracia: Jovens e protesto no ensino secundário em Portugal”, *Revista Crítica das Ciências Sociais*, 72: 187-209.
- SNOW, David A. e Robert D. BENFORD, 1988, “Ideology, Frame Resonance, and Participant Mobilization”, *International Social Movement Research*, 1: 197-217.
- SOEIRO, José, 2012, “Estou aqui por reear o meu futuro: Juventude, precariedade e protesto”, *Configurações*, 9: 103-119.
- SPENCER, Jonathan, 1997, “Post-Colonialism and the Political Imagination”, *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, 3 (1): 1-19.
- SUSSER, Ida, 2010, “The Anthropologist as Social Critic”, *Current Anthropology*, 51 (S2): S227-S233.
- TARROW, Sidney, 2011, *Power in Movement: Social Movements and Contentious Politics*. 3ª edição, Cambridge University Press.
- TAYLOR, Diana, 2003, *The Archive and the Repertoire: Performing Cultural Memory in the Americas*. Duke University Press.
- TOURAINÉ, Alain, 1985, “An Introduction to the Study of Social Movements”, *Social Research*, 52(4): 749-787.
- TURNER, Victor, 1967, *The Forest of Symbols: Aspects of Ndembu Ritual*. Ithaca (N.Y.), Cornell University Press.
- TURNER, Victor, 1974, *Dramas, fields, and metaphors: Symbolic action in human society*. Ithaca (N.Y.), Cornell University Press.
- VAN VOSSOLE, Jonas, 2015, “Post-political articulations of democracy: a critical review of the anti-austerity protest discourses”, em Eloísa Nos Aldas, Alex Ivan Arevalo Salinas e Alessandra Farne, (eds.), *La información y sus contextos en el cambio social*, Madrid, Fragua, 211-222.
- VAN VOSSOLE, Jonas, 2020, *Crisis and Democratic Legitimacy: The divergence of narratives on democracy in the Portuguese social conflict*. Coimbra, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, tese de doutoramento, <<https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/95300/4/PhD%20thesis%20-%20Jonas%20Van%20Vossole.pdf>> (consultado em 31/08/2021).
- VASSALLO, Francesca e Pauline DING, 2016, “Explaining Protest in the Aftermath of the Great Recession in Europe”, *The Open Journal of Sociopolitical Studies*, 9 (1): 101-126.
- VIOLA, Julianne K., 2020, *Young People’s Civic Identity in the Digital Age*. Palgrave Macmillan.
- WHITTIER, Nancy, 1995, *Feminist Generations: The Persistence of the Radical Women’s Movement*. Philadelphia, Temple University Press.

Webgrafia

- BBC NEWS (2020, 30 de janeiro). “Greta Thunberg to trademark ‘Fridays for Future’”. <https://www.bbc.com/news/world-europe-51308536> (consultado pela última vez 14/10/2021)
- BEAUCHAMP, Zack (2019, 22 de janeiro). “Social media is rotting democracy from within”, Vox. <https://www.vox.com/policy-and-politics/2019/1/22/18177076/social-media-facebook-far-right-authoritarian-populism> (consultado pela última vez 15/09/2021)
- BRIGADA ESTUDANTIL (2020, 18 de novembro). Facebook. <https://www.facebook.com/brigadaestudantil/posts/199861978265968> (consultado pela última vez 16/03/2021)
- CHAPPELL, Bill (2015, 8 de outubro). “‘It Was Installed For This Purpose,’ VW’s U.S. CEO Tells Congress About Defeat Device”, NPR. <https://www.npr.org/sections/thetwo-way/2015/10/08/446861855/volkswagen-u-s-ceo-faces-questions-on-capitol-hill?t=1630671095443> (consultado pela última vez 03/09/2021)
- COLEMAN, Aaron Ross (2020, 16 de julho). “Police reform, defunding, and abolition, explained”, Vox. <https://www.vox.com/21312191/police-reform-defunding-abolition-black-lives-matter-protests> (consultado pela última vez 31/08/2021)
- EDITORIAL (2019, 7 de fevereiro). “The Guardian view on teenager activists: protesters not puppets”, The Guardian. <https://www.theguardian.com/commentisfree/2019/feb/07/the-guardian-view-on-teenage-activists-look-whos-pulling-the-strings> (consultado pela última vez 31/08/2021)
- LUSA (2019, 24 de maio). “«Emergência climática já», gritaram os jovens. Ministro do Ambiente recebido por protesto em Coimbra”, P3. <https://www.publico.pt/2019/05/24/p3/noticia/clima-ministro-ambiente-recebido-protesto-jovens-coimbra-1873982> (consultado pela última vez 31/08/2021)
- MITCHELL, Robert (2019, 4 de dezembro). “The police raid that killed two Black Panthers, shook Chicago and changed the nation”, The Washington Post. <https://www.washingtonpost.com/history/2019/12/04/police-raid-that-left-two-black-panthers-dead-shook-chicago-changed-nation/> (consultado pela última vez 31/08/2021)
- PRESS RELEASES (2019, 24 de setembro). “2019 European elections: Record turnout driven by young people”, European Parliament. <https://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20190923IPR61602/2019-european-elections-record-turnout-driven-by-young-people> (consultado pela última vez 07/09/2021)
- SGMAI-AE (2019, 26 de maio). “Resultados e mapa completo das eleições europeias 2019”, Observador. <https://observador.pt/interativo/resultados-e-mapa-completos-das-eleicoes-europeias-2019/#/> (consultado pela última vez 07/09/2021)
- SOEIRO, José (2019, 1 de abril). “Teatro do Oprimido”, Dicionário Alice. https://alice.ces.uc.pt/dictionary/?id=23838&pag=23918&id_lingua=2&entry=24558 (consultado pela última vez 31/08/2021)

Figuras

Figura 1.



Figura 2.



Figura 4.



Figura 5.



Figura 6.



Anexos

Anexo 1.

A SOLUÇÃO ESTÁ NA NOSSA GERAÇÃO

GREVE
ESTUDANTIL
MUNDIAL
15 MARÇO
PELO CLIMA

COIMBRA
C. Municipal
10h30

PASSA AO PRÓXIMO!
NÃO DESPERDICES ESTE FOLHETO!

#FAZPELOCLIMA @greveclimaticaeestudantil

@doravante

GREVE ESTUDANTIL MUNDIAL PELO CLIMA

15 MARÇO

As greves climáticas estudantis iniciaram-se na Suécia quando **Greta Thunberg**, aluna de 15 anos, começou a preocupar-se com a tendência que os políticos têm de ignorar os problemas iminentes a que o mundo reage agora. Começou a protestar pacificamente contra a falta de políticas ambientalistas sentando-se, todas as sextas-feiras, em frente ao parlamento sueco. Rapidamente colegas juntaram-se a ela e o país seguiu o seu exemplo, bem como todo o mundo.

"Quero que ajam como se a casa estivesse a arder, porque está mesmo" disse Greta na conferência COP24 para o Fórum Económico Mundial(?) na Polónia. O seu discurso tocante e eloquente numa conferência da ONU, que proferiu enquanto sentada ao lado do Secretário-Geral, ficou viral na internet e reúne mais apoiantes à sua causa diariamente. Todos os dias, um novo grupo de estudantes preocupados começa a trabalhar por uma GREVE ESTUDANTIL GLOBAL PELO CLIMA.

Este evento dar-se-á em mais de **40 países**, à volta do globo, na sexta-feira **15 de março**. Alunos, pais, professores e todos os interessados são convidados a participar neste protesto pacífico por medidas melhores e mais ambiciosas relativas às alterações climáticas. Queremos um compromisso verdadeiro com o nosso planeta, os recursos escassos e o futuro.

Cada um dos grupos agradece ajuda! Temos muito a fazer. (Contacta o grupo do teu país e, se este ainda não existir, porque não criá-lo tu mesmo?)

Países participantes: Suécia, Finlândia, Portugal, Espanha, França, Alemanha, Suíça, Bélgica, Itália, Países Baixos, Luxemburgo, Áustria, Canada, EUA, Irlanda, Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia, Uruguai e muitos mais

Em Portugal, muitas cidades vão fazer a sua própria manifestação: Lisboa, Porto, Coimbra, Braga, Faro, Évora e Funchal.

Contamos com o teu apoio!

#SCHOOLSTRIKE4CLIMATE

#FRIDAYSFORFUTURE

Anexo 2.

CANCIONEIRO GREVE CLIMÁTICA ESTUDANTIL

Oh senhor ministro
Explique por favor
Porque é que no inverno
Ainda faz calor

A Costa a desaparecer
O António não quer saber
O clima a aquecer
Os políticos a ver

O que é que nós queremos?
Mudar enquanto podemos
Mudar porquê?
Não há planeta B

Última chamada de atenção
Nos somos a revolução
Menos conversa mais ação,
Aquecimento global não

Gás /petróleo / carvão
Deixá-los no chão
O sol é solução

Agora Faz Pelo Clima
Agora Faz Pelo Clima

Gás, petróleo, carvão
Deixá-los no chão
O sol é a solução

A mãe natureza não serve para a vossa
riqueza

Planeta unido
Jamais será vencido

Estamos fartos de blá blá blá
Queremos mudança já

O petróleo é retrocesso
Justiça Climática faz sucesso

Ó senhor Ministro
Que vida é a sua
Ó senhor Ministro
Os estudantes estão na rua
Queremos justiça, queremos justiça
Não há mais desculpas

Deixa passar,
Deixa,
Deixa passar
Sou ambientalista
E o Sistema vou mudar

Salvem as gambas
Não os Gaiambas

A Costa a desaparecer
E o António não quer saber

Menos Conversa, Mais ação
Aquecimento Global não

Precisamos de um novo clima,
Não de um novo banco

15 MARÇO GREVE ESTUDANTIL EUROPEIA

A luta contra a destruição do planeta tornou-se numa questão de sobrevivência vital. O último relatório da ONU sobre as alterações climáticas estima que "a humanidade tem 12 anos para evitar um desastre ambiental catastrófico". O ano passado foi o quarto mais quente desde 1850 e nos próximos 5 anos prevêem-se recordes de temperaturas nas maiores cidades, onde já vive mais de metade da população mundial. Os oceanos estão a perder oxigénio rapidamente devido ao aquecimento marítimo. O nível global do mar vai subir mais de meio metro nos próximos 80 anos, o que provocará sérios problemas a muitas cidades costeiras. Calcula-se que em dez anos, devido a esse aquecimento global, o Ártico ficará totalmente sem gelo no Verão.

O SISTEMA CAPITALISTA CONDUZ-NOS À CATÁSTROFE ECOLÓGICA!

Perante esta realidade, a hipocrisia dos governos capitalistas de todo o mundo não tem limite: convocam numerosas cimeiras sobre o clima e aprovam protocolos ambientais que não são cumpridos sistematicamente pelas grandes multinacionais do petróleo, do gás, da siderurgia e de electricidade. Milhares de hectares são desmatados a cada ano na floresta amazónica em território brasileiro, os oceanos são delapidados de recursos piscatórios e tratados como lixeiras, os despejos tóxicos das minas são quotidianos, e

a contaminação provocada pela indústria automobilística e de processamento de alimentos chegou a um ponto insustentável. Mas para os diferentes governos tudo isto não é mais do que a lógica implacável do sistema capitalista.

A responsabilidade desta destruição ambiental é muito concreta: são as grandes empresas, e os governos a seu serviço, que colocam em primeiro lugar a acumulação de lucros à custa do que quer que seja. Calcula-se que 63% das emissões de CO2 a nível mundial sejam consequência da actividade de 90 empresas multinacionais, e, só na Europa, 60% de toda a contaminação é produzida por cinco destas. Como é possível que, num momento em que os avanços científicos permitiriam travar as alterações climáticas e garantir um mundo ecologicamente sustentável, a situação se tenha agravado de forma alarmante? A razão é óbvia: o sistema capitalista baseia a sua produção na maximização do lucro de uma minoria ainda que isso signifique desemprego generalizado, precariedade, cortes, privatização de serviços públicos e destruição do meio-ambiente em que vivemos.

15 DE MARÇO: GREVE GERAL ESTUDANTIL EUROPEIA CONTRA AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Desde o último mês de Novembro dezenas de milhares de estudantes na Bélgica, na Alemanha, no Reino Unido, na

Austrália e muitos outros países têm protagonizado mobilizações de massas contra as alterações climáticas e os efeitos catastróficos que este sistema provoca no meio-ambiente.

Para este 15 de Março foi lançada uma convocatória de greve estudantil europeia para continuar a luta e o Sindicato de Estudantes junta-se activamente a esta, apelando a todos os estudantes de escolas secundárias e universidades a que participem na greve e nas manifestações que vão acontecer nas principais cidades às 10:30.

A mobilização pela sobrevivência do planeta não está separada do resto das reivindicações sociais ou das exigências específicas para a educação por que temos lutado ao longo de anos.

Temos que construir um grande movimento internacional que una a juventude, os trabalhadores e trabalhadoras, a todos os sectores oprimidos para alcançar uma mudança real na sociedade: terminar com o controlo asfixiante que um punhado de grandes multinacionais exerce sobre a produção mundial, e estabelecer a planificação da economia de maneira racional e respeitosa do meio-ambiente, garantido o pleno emprego, salários e serviços públicos dignos, e justiça social. Somente acabando com a opressão capitalista e construindo uma sociedade autenticamente democrática e baseada na justiça social poderemos preservar o nosso planeta e livrar-nos da catástrofe que nos ameaça.

EXIGIMOS:

- Nacionalização de todas as multinacionais de energia e combustíveis (empresas de electricidade, mineiras, de petróleo e gás, empresas de produção de energia eólica e solar, etc...), e um plano público de investimentos para estabelecer uma indústria energética 100% ecológica e sustentável. Não à pobreza energética!

- Por uma rede de transportes pública, gratuita, de qualidade e ecológica. Plano massivo de investimento para tornar as cidades 100% sustentáveis.

- Nacionalização das indústrias automóveis, aeronáuticas e navais, e adaptação da sua produção para torná-las viáveis e não poluentes!

- Nacionalização da terra, da indústria agropecuária e das indústrias de processamento de alimentos. Pelo fim da exploração florestal capitalista que possibilita incêndios catastróficos. Não à exploração capitalista dos oceanos. Por uma alimentação sustentável, ecológica e saudável para o conjunto da população!

- Empresas públicas de reciclagem sob controlo democrático por trabalhadoras e trabalhadores. Chega de fazer dinheiro à custa do ecologismo!

- Por uma produção sustentável planificada democraticamente pelo conjunto da classe trabalhadora e da juventude.



SINDICATO DE ESTUDANTES

TODAS E TODOS À GREVE E ÀS MANIFESTAÇÕES!

ÀS 10:30 NA TUA CIDADE!

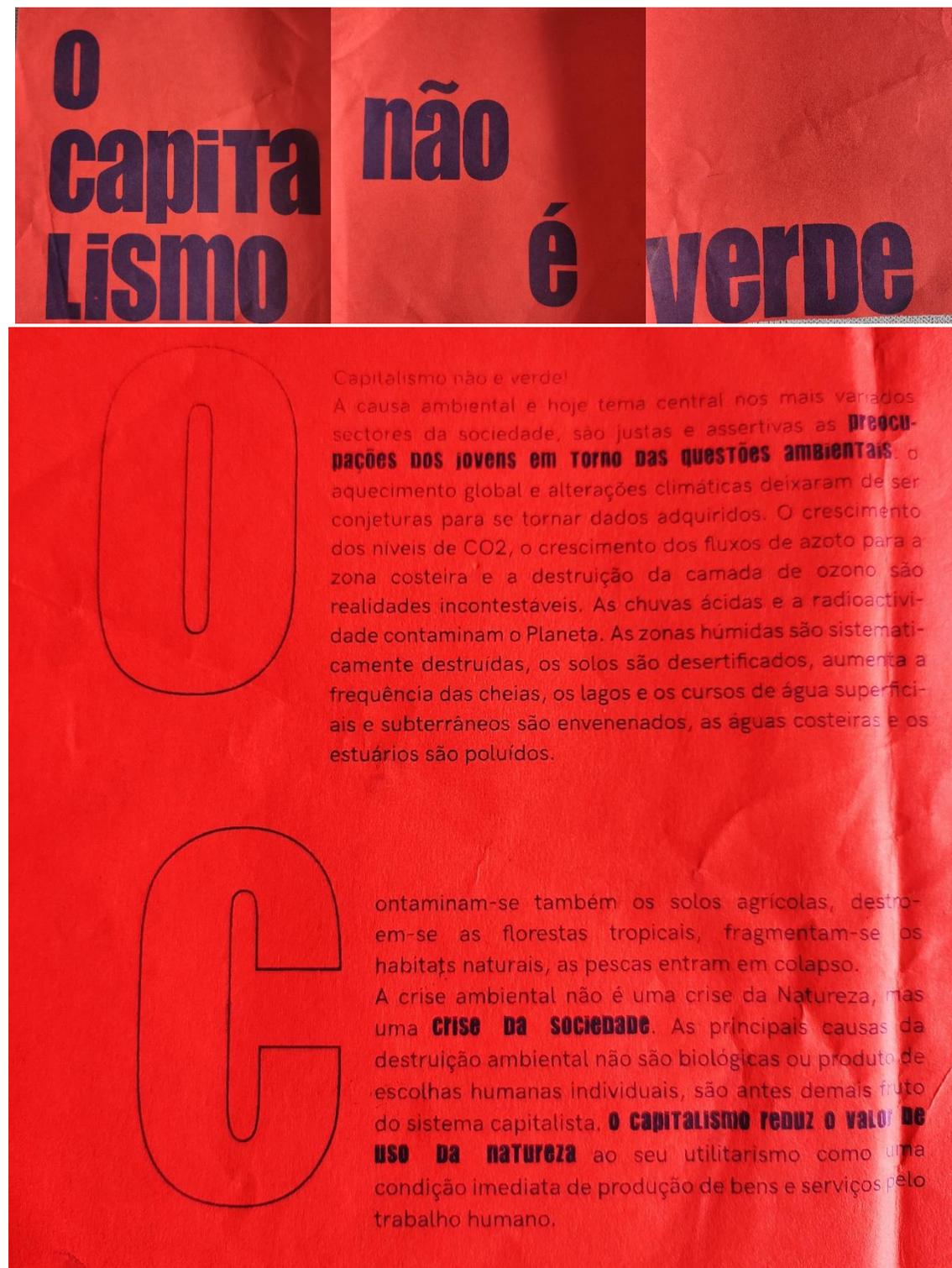
LISBOA LARGO CAMÕES | PORTO C. MUNICIPAL |
COIMBRA C. MUNICIPAL

 sindicatodeestudantes.wordpress.com

 [/SindicatoDeEstudantes/](https://www.facebook.com/SindicatoDeEstudantes/)

 [/sindicato.de.estudantes/](https://www.instagram.com/sindicato.de.estudantes/)

Anexo 4.



O capitalismo não é verde

O Capitalismo não é verde!

A causa ambiental e hoje tema central nos mais variados sectores da sociedade, são justas e assertivas as **preocupações dos jovens em torno das questões ambientais**. O aquecimento global e alterações climáticas deixaram de ser conjecturas para se tornar dados adquiridos. O crescimento dos níveis de CO₂, o crescimento dos fluxos de azoto para a zona costeira e a destruição da camada de ozono são realidades incontestáveis. As chuvas ácidas e a radioactividade contaminam o Planeta. As zonas húmidas são sistematicamente destruídas, os solos são desertificados, aumenta a frequência das cheias, os lagos e os cursos de água superficiais e subterrâneos são envenenados, as águas costeiras e os estuários são poluídos.

Contaminam-se também os solos agrícolas, destroem-se as florestas tropicais, fragmentam-se os habitats naturais, as pescas entram em colapso.

A crise ambiental não é uma crise da Natureza, mas uma **crise da sociedade**. As principais causas da destruição ambiental não são biológicas ou produto de escolhas humanas individuais, são antes demais fruto do sistema capitalista. **O capitalismo reduz o valor de uso da natureza** ao seu utilitarismo como uma condição imediata de produção de bens e serviços pelo trabalho humano.

O

uso irresponsável da Terra. O uso e abuso indiscriminado da Natureza, a destruição do ambiente são consequências da ética da produtividade para o lucro, da imposição dos imperativos de mercado. Na sua lógica de acumulação, **o capitalismo produz desperdícios massivos** e, ao mesmo tempo, aprovisiona freneticamente recursos muito para além das necessidades básicas das pessoas.

P

artindo de problemas que o próprio sistema cria, tentam inverter o ónus da degradação ambiental e a responsabilidade da sua resolução e com isto criar ainda novas estratégias para a acumulação capitalista e aprofundar injustiças. A fiscalidade dita verde assenta na lógica de que quem pode comprar bens ou serviços menos poluentes, paga menos taxa, quem não pode, paga mais. São, portanto, as **camadas mais empobrecidas a pagar pelos grandes grupos económicos.**

S

ob a etiqueta "verde", servem-se para favorecer processos de concentração de riqueza e não para resolver os problemas da humanidade.

A mercantilização da natureza é mais um instrumento que o capitalismo utiliza para favorecer os processos de concentração e acumulação de riqueza, com a máscara de defender o ambiente. Os mecanismos implementados, muitas vezes resumidos a mera operação propagandística, não visam a resolução dos problemas ambientais e **assume-se a lógica do pagar para poluir**, coloca-se a capacidade da Terra reciclar carbono nas mãos das mesmas corporações que estão a delapidar recursos e a degradar o ambiente, apaga-se a responsabilidade histórica dos países industrializados e divide-se a factura com os chamados países em desenvolvimento, limitando-os e e potenciando a dominação imperialista dos seus recursos.

É

realmente **urgente**, além da acção individual de cada um, uma outra resposta. Uma outra política de gestão de recursos, de desenvolvimento científico e produção ao serviço dos interesses das populações e do país.

#ocapitalismonãoéverde